

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 4 de Maio de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1117 • Director: Carlos Brito

1.º de Maio nas ruas!



Págs. 19, 20 e 21

No próximo número
Suplemento
sobre a

**II
Guerra
Mundial**



**Abiel
Prieto**

**CUBA
e o futuro**

Entrevista págs. centrais

No próximo
número

**Entrevista
com
Álvaro
Cunhal**



**Cabeças
de Listas
CDU**

Pág. 32

**Abutres
e
«classe
política»**

• Artigo de Luís Sá Pág. 18

**ENCONTRO
NACIONAL
DO PCP**

*Legislativas 95
ALMADA
6 de Maio*

Pág. 9

Editorial Para o êxito do Encontro



Centenas de milhar de pessoas participaram nas comemorações do dia do trabalhador organizadas pela CGTP-IN em todo o País (foto de Guimarães, onde foram centradas as incliativas do distrito de Braga)

RESUMO

26 Quarta-feira

A fábrica Ford/Volkswagen é inaugurada em Palmela ■ A comissão parlamentar de inquérito a Camarate decide prolongar os seus trabalhos ■ António Champalimaud concretiza a compra do Banco Totta & Açores ■ O Tribunal de Dili condena cinco timorenses a penas de prisão por terem participado em manifestações anti-Indonésia ■ O Conselho da Europa lança um ultimato a Ancara, exigindo adaptações às normas da organização em termos de regras democráticas e de direitos humanos ■ Aumentam as dúvidas sobre a atitude dos militares da Missão da ONU para o Ruanda durante o massacre de Kibeho ■ Israel anuncia que vai retirar as suas tropas de três bases de treinos, na Cisjordânia ocupada ■ O Tribunal Internacional para os crimes de guerra na ex-Jugoslávia inicia a sua actividade.

27 Quinta-feira

Carlos Carvalhas reclama, em Beja, a declaração de estado de calamidade pública para o Baixo Alentejo ■ Inicia-se o julgamento do processo de droga da «Malha Branca», com 55 arguidos, entre os quais dois agentes da GNR e um guarda prisional ■ É revelado que foi descoberta uma figura humana gravada numa rocha de Foz Côa ■ A União Europeia suspende as negociações com Marrocos sobre o novo acordo de pescas ■ O Presidente argentino admite a hipótese de revogar as leis que asseguram a impunidade dos militares responsáveis pelos «excessos» da ditadura militar ■ Passa um ano sobre as primeiras eleições multirraciais sul-africanas.

28 Sexta-feira

A CGTP escreve ao primeiro-ministro a reivindicar a actualização do salário mínimo para cerca de 57 contos ■ O Governo anuncia que vai indemnizar os pescadores portugueses durante o impasse nas negociações de pescas entre a UE e Marrocos ■ O Procurador-Geral da República ordena a reabertura do «dossier» Camarate ■ Na Coreia do Sul, uma explosão de gás provoca mais de cem mortes ■ Deflagra um grande incêndio no gasoduto da República de Komi, na Rússia.

29 Sábado

Carlos Carvalhas apoia abertamente todas as reivindicações que as autarquias têm apresentado ao Governo ■ O ministro dos Negó-

cios Estrangeiros visita a cidade bósnia de Mostar ■ 12 mil manifestantes protestam, em Santiago de Compostela, contra a política de pescas espanholas ■ No Reino Unido, o Partido Trabalhista consagra uma renovação na sua constituição ■ A Alemanha adverte Moscovo para o perigo do seu exército defender as minorias russas nas antigas repúblicas soviéticas, como foi anunciado por Kosirev.

30 Domingo

Álvaro Cunhal regressa a Portugal, após uma visita ao Brasil ■ O primeiro-ministro bósnio rejeita a prorrogação da trégua na guerra da Bósnia-Herzegovina, proposta pelo enviado especial da ONU ■ Israel decide encerrar durante quatro dias os territórios palestinos de Gaza e da Cisjordânia ■ Jonas Savimbi confirma que vai encontrar-se em breve com o presidente angolano ■ Gases vulcânicos acumulam-se na Chã das Caldeiras, na Ilha do Fogo ■ Um grande desfile, em Ho Chi Minh, marca o 20º aniversário da retomada de Saigão e da reunificação do Vietname.

1 Segunda-feira

Nas comemorações do Dia do Trabalhador, a CGTP-IN apela à redução dos horários de trabalho, como forma de garantir mais emprego ■ Agricultores de Moimenta da Beira vão ao ministro da Agricultura, durante uma visita deste à zona de Trás-os-Montes ■ Depois de Bill Clinton anunciar a imposição de um embargo económico, o Irão ameaça lançar uma guerra aos EUA ■ O exército croata lança uma poderosa ofensiva contra uma bolsa controlada pelos sérvios na Eslovénia ocidental ■ Os independentistas tchetchenos rejeitam o cessar-fogo anunciado por Boris Ieltsin, ao combater as forças russas em várias zonas da República.

2 Terça-feira

O relatório da Organização Mundial de Saúde revela que a pobreza é a principal causa de morte no mundo ■ Lionel Jospin e Jacques Chirac, candidatos à presidência da França, realizam um debate televisivo ■ O Exército turco retira a maioria dos seus efectivos do Norte do Iraque onde foi lançada uma operação contra os curdos, a qual provocou seis centenas de baixas dos dois lados ■ Os cerca de 180 trabalhadores do Hotel madeirense Atlantis recusam as notificações de despedimento, cujo prazo legal terminou, e permanecem na empresa lutando pelos seus postos de trabalho.

Para o êxito do Encontro



Encontro Nacional do PCP, que se efectua depois de amanhã, dia 6 de Maio, em Almada, constitui um acto preparatório da maior importância da arrancada dos comunistas e dos seus aliados da CDU para as eleições legislativas.

Trata-se de uma instância especialmente adequada para debater e aprovar as grandes linhas da pré-campanha e da campanha eleitorais, tanto no que respeita aos temas, ideias e propostas, como aos aspectos mais directamente relacionados com a organização, imagem, comunicação e tudo que respeita ao trabalho de esclarecimento e propaganda.

Com propriedade se pode dizer que, assegurar o êxito deste Encontro, é meio caminho andado para assegurar uma boa campanha eleitoral.

As organizações e aos militantes, e não só aos que participam no Encontro, está então colocado o desafio de contribuírem da melhor maneira para que ele atinja cabalmente os objectivos que lhe foram fixados.

As principais tarefas do Encontro são, por um lado, unificar as grandes orientações e as ideias-força da campanha, e por outro, estabelecer o quadro da sua coordenação ao nível do país.

A boa resolução destas tarefas exige uma base suficientemente ampla de presenças, como a que está prevista, mas exige também a activa participação e intervenção dos que nele vão tomar parte.

Precisamos de um Encontro muito participado em que cada um traga o melhor da sua experiência, da especificidade da sua região e da reflexão criativa nelas baseada e se prepare para levar de volta as conclusões e as sínteses unificadoras que o Encontro vai alcançar.

O Encontro vai naturalmente influenciar todo o perfil da pré-campanha e campanha eleitorais da CDU e terá uma influência decisiva na dinamização do trabalho preparatório presentemente em curso.

É da maior importância que ele contribua para o êxito dos Encontros Regionais que se vão realizar a seguir, durante o mês de Maio e princípios de Junho, estes já efectuados no quadro da própria Coligação Democrática Unitária e com a desejável intervenção muito activa dos representantes de todas as suas componentes, além dos comunistas, do PEV, da ID e, naturalmente, dos independentes.

Precisamos, por isso, de um Encontro todo balanceado para o diálogo com o país, o contacto directo com os trabalhadores, as populações e os eleitores, de um modo geral.

Isto tem evidentes implicações no tipo de propaganda, nas formas de organização da campanha e nas prioridades a definir para a gestão das forças e recursos.

Precisamos de um Encontro todo virado para a batalha no terreno e para o trabalho de rua sem minimizar, antes acautelando, melhorando e aperfeiçoando todas as outras formas de transmissão da nossa mensagem, destacadamente as que se relacionam com a comunicação social.

É sabido, no entanto, que a CDU não pode contar com os favores e as protecções da grande comunicação social de que gozam os seus principais adversários eleitorais, o PSD, o PS e até o PP, tendo sido vítima, mesmo, nos mais recentes actos eleitorais, de formas de hostilidade e discriminação verdadeiramente antidemocráticas e influenciadoras dos resultados da eleições.

Lutando contra todas estas formas de discriminação, procurando superá-

Precisamos de um Encontro muito participado em que cada um traga o melhor da sua experiência, da especificidade da sua região e da reflexão criativa nelas baseada e se prepare para levar de volta as conclusões e as sínteses unificadoras que o Encontro vai alcançar.

las com criatividade e exigindo que se cumpra o princípio da igualdade de tratamento de todas as candidaturas por parte da comunicação social, a campanha da CDU tem que compensar através da sua excepcional capacidade de contacto directo com o povo, a descomunal desproporção dos seus meios de propaganda e de dinheiros investidos em relação aos do PSD e do PS.

O contacto directo com os eleitores feito nas grandes aglomerações e nas diversas modalidades de porta-a-porta, apresenta-se como particularmente apropriado nas condições de crise socioeconómica que avassala o nosso país.

Caíram por terra todos os «oásis» da propaganda laranja.

O que marca hoje a vida dos portugueses é a erosão dos salários reais, reformas e pensões, é o desemprego que atinge praticamente todas as famílias da população laboriosa, é o sentimento cres-

cente de que o país está mais pobre, que está a perder a agricultura, as pescas e até a indústria, que vem tudo de fora.

Já se percebeu que as estradas e as auto-estradas, sendo um bem, não dão só por si comer a ninguém, depois de estarem feitas, e até tiram algum, pois facilitam a entrada dos produtos espanhóis e de outros países comunitários que vêm concorrer com os nossos.

Os ouvidos estão disponíveis para os esclarecimentos das causas desta dura crise que afecta o nosso povo e o nosso país, para saberem quem são os culpados e como são culpados, para se informarem de outros caminhos que representem alternativas, soluções, a possibilidade de uma verdadeira saída.

As condições estão realmente maduras para um debate nacional sobre os pesados custos das políticas de Maastricht e as penosas consequências da estratégias de restauração monopolista acelerada seguidas pelos Governos do PSD, com a cumplicidade activa ou a anuência silenciosa do PS.

As condições são especialmente favoráveis à passagem da mensagem do PCP e da CDU.

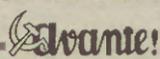
São favoráveis para se proceder à condenação sem remissão do PSD e para demonstrar como é imperativo o seu afastamento do poder.

São também favoráveis para se proceder à responsabilização do PS que tem sustentado as políticas mais desastrosas do PSD e que se propõe, afinal, continuar aspectos essenciais dessas políticas com outras caras.

As grandes respostas do PCP à afli-tiva situação do país adquirem também particular acuidade nas condições presentes.

Carlos Carvalhas, no seguimento de outras tomadas de posição do PCP, apresentou-as muito claramente no programa «Prova Oral», da RTP1, da passada, terça-feira, numa síntese de cinco pontos que merecem ser recordados: «Pôr termo aos processos destrutivos dos sectores produtivos nacionais e promover o desenvolvimento»; «Fazer do aumento de salários, reformas e pensões não só um factor de justiça social, mas um elemento de alargamento do mercado interno, dinamizador do investimento, da produção e do emprego»; «Dar prioridade à educação, formação e investigação científica e tecnológica»; «Reestruturar o Estado e aprofundar a democracia»; «Defender um Portugal aberto ao Mundo numa Europa de paz e cooperação».

São, afinal, os grandes tópicos de uma nova política pela qual o PCP se bate e que urge levar e defender junto do eleitorado, de todas as formas possíveis, especialmente através do contacto e do diálogo directo com os eleitores.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cape Roxa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A luta faz a diferença

As manifestações, desfiles, concentrações e outras iniciativas, com que a CGTP-IN celebrou o 1º de Maio, impressionaram fortemente pela participação, a combatividade e o grande vigor das palavras de ordem.

Foi verdadeiramente um 1º de Maio de luta.

Neste quadro, merece contudo um relevo especial a apresentação da nova semana de acção pelas 40 horas fixada para 5 a 9 de Junho e o apelo para que nesse período «os trabalhadores não cumpram mais de 40 horas de serviço».

Como salientou o coordenador da Central, Carvalho da Silva: «O período que vivemos é propício à apresentação de reivindicações e à obtenção de resultados.»

É naturalmente a esta luz que se deve entender a nova campanha pelas 40 horas e, bem assim, os outros objectivos de luta adiados, nomeadamente, contra o desemprego, por melhores salários e pelo respeito dos direitos conquistados.

Apesar dos títulos niveladores de certa imprensa, foi completamente diferente a atmosfera que se respirou nos jardins da Torre de Belém, na festa da UGT, a que

Marco Paulo deu o seu toque musical inconfundível.

Aí o orador de serviço em vez de encorajar os trabalhadores à luta neste período pré-eleitoral, incitou-os à expectativa de mais um «contrato social» a fazer com o governo que há-de sair das próximas eleições; em vez da luta concreta contra o desemprego, anunciou um mirífico plano para «criar 250 mil novos empregos até ao ano 2000» (ainda pior do que os planos do Cavaco); em vez de condenar o grande patronato e o Governo por estar a desrespeitar e esvaziar a contratação colectiva, censurou os sindicatos da CGTP por se recusarem a assinar acordos e contratos que significam a entrega abjecta de direitos e interesses dos trabalhadores, como têm feito sindicatos da UGT.

Lembrem-se, a propósito, destes abjectos acordos e contratos, os da Telecom, dos ferroviários, dos têxteis, da TAP, da construção civil, dos bancários, da «Expo-98», para só citar alguns recentes.

Ouvimos Jorge Sampaio explicar, para as câmaras de televisão, o gesto, este ano inaugurado, de apresentação de cumprimentos aos representantes dos sindicatos que enca-

beçavam o desfile promovido pela CGTP, dizendo que o fazia não na qualidade de «candidato presidencial», mas na de Presidente da Câmara de Lisboa e de cidadão «preocupado com as questões laborais e a situação de desemprego» e ainda acrescentando: «Identifico-me com muitos destes ideais».

Ao vê-lo logo depois não só cumprimentar da mesma forma a UGT, mas estanciar e ilustrar demoradamente na sua festa da Torre de Belém, ficámos-nos a perguntar se não haveria qualquer equívoco em matéria de identificações.

É que a luta faz a diferença.

E o espírito de luta no desfile da Inter não está apenas naquela imensa manifestação combativa e nas suas vigorosas palavras de ordem, está acima de tudo - como um verdadeiro ideal - na necessidade de uma nova política que respeite os direitos, conquistas e interesses do mundo do trabalho e que compreenda o seu papel decisivo no desenvolvimento do país e na consolidação do regime democrático.

■ Carlos Brito

A mãe de todas as imitações

Depois de um período de maior discricção em matéria de à maioria absoluta, durante o qual os dirigentes do PS se dedicaram mais a espalhar a simétrica falsificação de que, mesmo sem ela, se viessem a ser o partido mais votado, governariam automaticamente e fariam o que muito bem entendessem, o Eng. Guterres resolveu, no passado sábado, fazer regressar ao discurso do PS o objectivo da maioria absoluta, para tanto apelando à «concentração» de votos no PS alegando que, segundo as sondagens, seria o PS que estaria em condições de a obter.

A maior gravidade destas declarações do Secretário-Geral do PS não está tanto neste terreno da fantasia ou da ambição ou sequer no facto de as querer sustentar em resultados de sondagens que ele é o primeiro a saber que só dão o PS à frente do PSD dez, doze ou mesmo 17 pontos porque se trata de «sondagens» que não cuidam minimamente da representatividade política da amostra e onde, entre outros, os cidadãos que votaram PSD em 1991 estão manifestamente sub-representados.

A nosso ver, a extraordinária gravidade destas declarações está sobretudo nos argumentos e concepções que António Guterres voltou desenvolver como justificação para este objectivo eleitoral do seu partido.

Com efeito, copiando milimetricamente o que Cavaco Silva anda infatigavelmente a dizer desde 1987, António Guterres voltou a proceder à falsa e inteiramente abusiva identificação da maioria absoluta com a estabilidade e, não contente com isso, ainda acrescentou que «Portugal tem gravíssimos problemas para resolver que não se compatibilizam com a instabilidade política e com permanentes negociações interpartidárias» que, na sua opinião decorreriam da inexistência de uma maioria absoluta de um só partido.

Sejamos claros e directos: quem fala assim não está apenas a mandar às urtigas todo o justo combate que amplos sectores democráticos, incluindo destacados socialistas (e, entre eles, recentemente o

próprio Presidente da República) têm movido a esta mistificação cavaquista. Quem fala assim, está também a subscrever uma concepção profundamente perversa e indiscutivelmente autoritária e arrogante do funcionamento do regime democrático e das suas instituições.

É isto o essencial e é em torno desta questão da concepção de fundo que as declarações de Guterres desvendam que será muito interessante ver se algumas personalidades independentes, que costumam fazer gala do seu rigor e impecabilidade de postura em questões de regime e que se agregaram ao PS nos «Estados Gerais», dela se demarcam ou se, pelo silêncio, não se importam de dela ficarem cúmplices.

Sendo aqui que bate o ponto, apetece dizer acessoriamente que, além do mais, o Secretário-geral do PS ou brinca com coisas sérias ou então não se importa grande coisa com a eventualidade de uma nova vitória do PSD. De outra forma, não se perceberia que, ao reabilitar os viciosos argumentos do PSD, viesse ao mesmo tempo favorecer reflexamente que o eleitorado à direita seja reconquistado para a alegada indispensabilidade de uma maioria absoluta do PSD e seja remobilizado para uma «concentração de votos» no PSD.

Que ninguém se iluda pensando que se trata de deslizos ou precipitações ditadas apenas pela desmedida gula do Eng. Guterres e do PS.

Na origem da sua imitação do PSD no objectivo da maioria absoluta, da sua imitação do PSD nos argumentos justificativos e da sua imitação do PSD nas concepções de fundo, está a mãe de todas as imitações: a imitação da política do PSD e o desejo do PS de a poder vir a executar com a mesma arrogância, inflexibilidade e impunidade que a maioria absoluta garantiu ao PSD.

■ Vítor Dias

O baile de máscaras

A tradição já não é o que era... e Primavera adiante, insensíveis à seca e à gada, sinais diversos irrompem por toda a parte.

Fernando Nogueira, depois de assinalar o «25 de Abril» com a vídeo-conferência do PSD, aproveitou o «1º de Maio» amarelo-alaranjado dos TSD para acusar os capitalistas de «só pensarem no lucro fácil» e de «fazerem dos dinheiros públicos fortunas privadas, com desprezo pelos postos de trabalho». E entre juras doces aos desempre-

gados que contribuiu para desempregar, promete que «a partir daqui (sic) o PSD é um partido que pensa neles».

Pelo lado de Guterres também «as surpresas não param». Do PGV ao PPV - do partido de geometria variável ao partido de política variável - vão-se tornando cada vez mais ousadas as experiências: «é agora a altura de Rui Pena dirigente histórico da direita portuguesa assumir de facto o seu compromisso ao lado do PS (...) e chega ainda a cola-

boração de Carlos Santos Ferreira, administrador da Mundial Confiança, seguradora do grupo Champalimaud» (relata no «Público» o cronista fiel Jerónimo Pimentel).

Repetindo a história como farsa, «maoístas» cinquentões encontram-se ao almoço em Lisboa e no Porto. E entre relatos da fantasilândia que o «Público» regista - onde não falta um jornal «sofregamente lido à luz de pilhas sob a protecção natural dos rochedos

da Foz do Douro transformados em refúgios secretos abrigados da perseguição da Pide»... -, narizes no ar, farejam a meteorologia. E na senda dos Pereiras, Barrosos e Lamegos, interrogam-se divididos: «para o PS ou para o PSD?»

A tradição já não é, de facto, o que era... É necessária atenção.

■ Edgar Correia

VIETNAM Solidariedade

Há 20 anos, a 30 de Abril de 1975, o tanque nº 985 do exército vietnamita rebenta o portão férreo do palácio presidencial de Saigão e três bandeiras revolucionárias são hasteadas no refúgio do ditador-lacaio Thieu; ao mesmo tempo, dos telhados da embaixada dos EUA descolavam à pressa os helicópteros que levavam em fuga os últimos militares americanos, após a sua bárbara guerra de mais de uma década. O povo do Vietnam - que antes tivera de vencer sucessivamente o colonialismo francês, a ocupação japonesa e de novo os exércitos franceses - infligia agora uma derrota decisiva à potência imperialista mais poderosa do mundo. A plena independência da pátria reunificada era finalmente alcançada. No ano seguinte, o Vietnam socialista é consagrado em eleições gerais.

A luta do povo vietnamita escreveu páginas exemplares de heroicidade que inspiraram os combatentes pela liberdade e o progresso social em todo o mundo. Um dos mais amplos e vibrantes movimentos de solidariedade internacionalista abrangeu todo o planeta, todos os países, inclusive os próprios EUA. Várias foram as gerações cuja formação cívica e humana ficaram marcadas por esse movimento de solidariedade para com o povo indómito do Vietnam. É natural que hoje comemorem com eles a data da vitória.

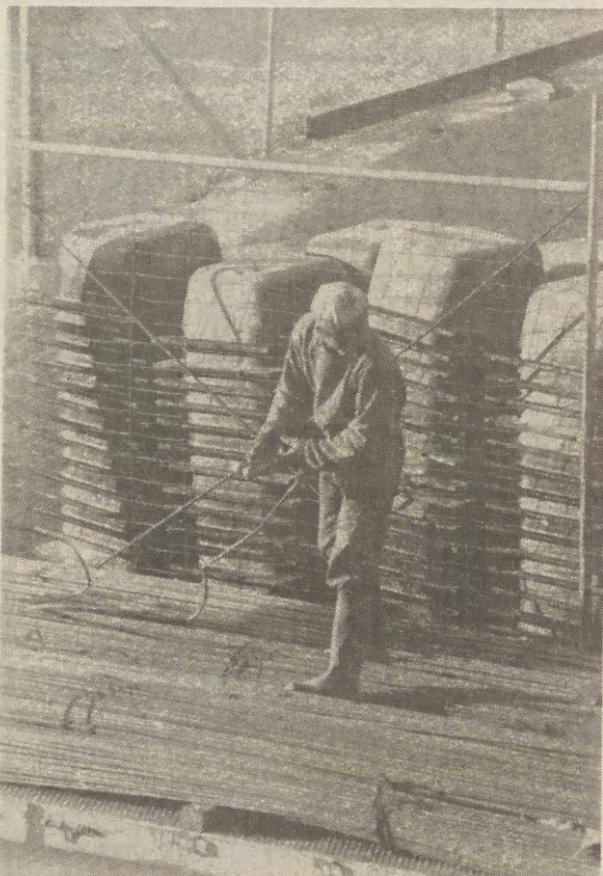
Os 20 anos passados desde então não foram contudo fáceis, com todo o país completamente devastado, a população dizimada, uma situação de intranquilidade prolongada às suas portas, o embargo total americano a impor um garrote à sua volta. O colapso da URSS acarreta dificuldades acrescidas. País atrasado, marcado ainda hoje pelas feridas extensas das guerras de décadas, o Vietnam decidiu entretanto lançar-se, após o 6º Congresso do PC do Vietnam, num esforço hercúleo para vencer o atraso, com o processo de reformas e renovação (doi moi).

O processo conseguiu já alguns resultados espectaculares. Com a reforma da agricultura foi vencida a penúria, alcançada a auto-subsistência, e o país tornou-se mesmo o 3º país exportador mundial de arroz. Significativos progressos foram obtidos na indústria ligeira e nos serviços. O turismo mais que triplicou de 93 para 94 (um milhão de turistas). A produção de energia fez alastrar a electrificação, chegando mesmo a extensas zonas rurais. Desde 1991 que o Vietnam consegue exportar cada ano mais de 5 milhões de toneladas de petróleo e 1,5 milhões de toneladas de carvão. O chá vietnamita penetra cada vez mais no mercado internacional. A taxa de crescimento de PNB atingiu em média anual mais de 7% de 1989 a 1992, ultrapassando depois os 8% e chegando aos 8,8% no último ano. A inflação, que era de 700% em 1987 foi reduzida para 5,2% em 93 e 14% em 94, sob controlo apesar da pressão do acelerado crescimento. O nível de vida das populações elevou-se: sendo ainda uma população pobre, nas cidades vietnamitas não se pode encontrar a degradante miséria de Jacarta, Bangkok ou Manila.

Este é apenas um começo, as dificuldades são ainda grandes, o caminho é árduo pela frente. As necessidades em infra-estruturas, capitais, tecnologia, são imensas. Mas as portas já se começaram a abrir e até os EUA tiveram agora que levantar o embargo de 18 anos (para não perderem o comboio...). Novos problemas e perigos surgem no caminho do socialismo. Mas os comunistas do Vietnam (que preparam o seu 8º Congresso para este ano) estão atentos e decididos a prosseguir o seu esforço de avanço e renovação na via do socialismo. Tenhamos confiança na sua independência e determinação, prudência e audácia, tenacidade e criatividade, de que deram sobejas provas já. E sejamos, hoje como há décadas atrás, activamente solidários com o heróico povo do Vietnam.

■ Carlos Aboim Inglez

Exigido em encontro internacional na Alemanha Igualdade para os destacados em qualquer país de acolhimento



Qualquer trabalhador destacado deve ter as mesmas condições de trabalho e o mesmo salário que os trabalhadores do mesmo sector no país de acolhimento - defendeu a CGTP-IN no encontro internacional que teve lugar de 25 a 27 de Abril, em Frankfurt. A *Inter* esteve ali representada por uma delegação que integrou Carlos Trindade, da Comissão Executiva da central, Carlos Carvalho e José Dinis, do Conselho Nacional, e Giorgio Casula, funcionário do departamento de Relações Internacionais.

Os subempreiteiros da construção civil pagam a um trabalhador português na Alemanha quatro vezes menos que a um operário alemão, denunciam os sindicatos, exigindo medidas contra esta nova forma de escravatura (foto de arquivo)

Tema principal do encontro - em que participaram ainda a DGB alemã e a UGT portuguesa - foi a exigência da aprovação de uma directiva comunitária que defina as condições de destacamento de trabalhadores nos países da União Europeia.

Mereceu particular atenção a situação dos mais de 50 mil trabalhadores portugueses destacados para a Alemanha através de subempreiteiros e que "estão submetidos a condições que, nalguns casos, são escravatura moderna", relata a agência Lusa, adiantando que a DGB alemã e a CGTP e UGT portuguesas exortaram, numa declaração final, o Governo português e outros Estados membros da União Europeia, "que até agora têm impedido uma regulamentação pela UE, a renunciar à sua posição obstrucionista".

Segundo dados sindicais, existem actualmente mais de 50 mil trabalhadores portugueses na construção civil na Alemanha que foram contratados por subempreiteiros que lhes pagam em média 25 por cento do que ganham os alemães na mesma profissão.

A maioria destes emigrantes não tem direito a assistência médica, trabalha em estaleiros onde não são respeitadas as normas mínimas de segurança no trabalho e está alojada em condições deploráveis.

Carlos Trindade referiu-se a "uma estratégia internacional para lesar gravemente os rendi-

mentos dos trabalhadores" e acusou o Governo português de estar a exportar mão-de-obra barata para a Europa, ao mesmo tempo que importa força de trabalho das ex-colónias.

Os sindicalistas portugueses e alemães pretendem ver aprovada a directiva sobre o destacamento de trabalhadores no espaço europeu para "combater o *dumping* social, as formas modernas de escravatura e o aumento do desemprego nos países de acolhimento". Criticaram o Governo português por ter vetado aquela directiva no Conselho de Assuntos Sociais da União Europeia (UE), em Dezembro último.

Por sua vez, o governo alemão é exortado a transpor imediatamente para o Direito nacional a directiva sobre estaleiros temporários e móveis, para que as autoridades germânicas possam exigir também de empresas estrangeiras, neste caso os subempreiteiros portugueses, o cumprimento das prescrições sobre segurança no trabalho.

Os sindicatos exigem igualmente instrumentos jurídicos contra infracções ao direito laboral, nomeadamente, o direito de defender os seus associados em processos jurídicos colectivos.

Congresso da CES

Emilio Gabaglio, secretário-geral da Confederação Euro-

peia de Sindicatos, divulgou no dia 27 os principais temas que estarão em debate no 8º Congresso da CES, que tem lugar em Bruxelas, entre os dias 9 e 12 de Maio.

Carvalho da Silva, em declarações prestadas em Lisboa (após a conferência de imprensa transmitida via satélite de Bruxelas para o Centro Jean Monet, em Lisboa), salientou que "o caminho da Europa não é o liberalismo e desregulamentação, mas sim o factor humano, que tem que ser tido mais em conta". O coordenador da CGTP defendeu igualmente o reforço, a nível nacional, da "correcta utilização das disponibilidades financeiras", e sublinhou que "Portugal não tem solução" se continuar a aplicar os modelos relativos ao cumprimento dos critérios de convergência nominais, os quais estão "muito afastados dos critérios reais".

Carvalho da Silva e João Proença (da UGT) defenderam um maior aprofundamento da Europa em termos sociais, considerando que o actual modelo de desenvolvimento seguido "não tem futuro" por ter um peso excessivamente monetário. Os sindicalistas portugueses partilharam as posições de Gabaglio quanto às prioridades da Europa em termos sociais e sobre as futuras tendências do movimento sindical, temas que vão estar em debate no congresso da CES.

Valente de Oliveira ao STAL reafirma posições «inaceitáveis»

O Governo aceitou finalmente reunir com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, mas reafirmou as velhas posições quanto aos problemas centrais colocados.

A reunião entre uma delega-

ção do STAL e o ministro Valente de Oliveira teve lugar dia 26 de Abril, depois de «muitas insistências junto do Governo», que culminaram com a ocupação do átrio do Ministério do Planeamento e Administração

do Território na quarta-feira da semana passada - refere uma nota distribuída pelo sindicato à comunicação social.

Neste documento, informa-se que os sindicalistas sublinharam ao ministro a «necessidade urgente» de discutir e negociar de forma séria a Carta Reivindicativa há muito entregue ao Governo. São de seguida apontados os problemas principais apresentados pelo STAL e as respostas do ministro:

- **higiene, segurança e saúde** no local de trabalho: o Governo reconheceu a existência de más condições de trabalho e revelou-se «sensível para o diálogo sobre a matéria e para a sensibilização das autarquias»;

- **salários**, adicional de 2 por cento e índice 106: o Governo «revelou uma clara e inequívoca falta de vontade política para a resolução dos problemas salariais e a integração no vencimento do adicional de 2 por cento; o ministro declarou que tais questões não são da sua responsabilidade»;

- **privatizações**: foram reafirmadas ao STAL as posições do Governo conhecidas, e o ministro disse que *há que privatizar primeiro e que os problemas do emprego dos trabalhadores se resolverão pontualmente*;

- **decreto-lei 55/95** (limite de 20 mil contos para obras autárquicas por administração directa): o Governo justificou a letra e a filosofia do diploma com a pressão exercida pela associação de empreiteiros e pela CIP.

Para o sindicato, tais posições são consideradas «inaceitáveis».

A Sic não viu

O STAL protestou contra a cobertura que o terceiro canal fez da manifestação de trabalhadores e autarcas contra o «decreto dos 20 mil contos»

«A Sic ocultou ao País uma das maiores manifestações de protesto realizadas nos últimos tempos em Évora», acusa a direcção regional eborense do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, numa nota em que protesta pela forma como, no «Jornal da Noite» daquela televisão, foi noticiada a manifestação de trabalhadores e autarcas ali realizada (como nas demais capitais de distrito alentejanas) no passado dia 27.

Na concentração, na Praça do Giraldo, e na manifestação que depois seguiu para o Governo Civil, «participaram mais de mil trabalhadores», mas «a Sic, presente no local, minimizou o evento, ao referir, no «Jornal da Noite», como tendo participado meia centena de pessoas», o que leva a direcção regional do STAL a expressar o seu «mais veemente protesto».

As concentrações e manifestações realizadas em Évora, Beja e Portalegre tiveram por objectivo protestar contra o recente decreto-lei (55/95, de 29 de Março), que representa «um verdadeiro colete de forças, com o qual o Governo pretende impor modelos à gestão do poder local», como referiu um dirigente do STAL que interveio em Évora.

Subscrevendo «na íntegra» os objectivos que levaram o Grupo Parlamentar do PCP a apresentar um pedido de ratificação daquele diploma (agendado para dia 12), o sindicato tem em curso diversas acções para protestar contra o decreto-lei que o Governo pretende aplicar a partir de 29 de Maio e que levará ao despedimento de milhares de trabalhadores das autarquias, que ficam impedidas de efectuar por administração directa obras superiores a 20 mil contos.

Salários a meio gás na hotelaria do Norte

O salário médio praticado na indústria de hotelaria, turismo, restaurantes e similares do Norte é 49 por cento inferior ao salário médio nacional, denuncia o sindicato do sector.

Numa recente informação à imprensa — em que anuncia ter solicitado a passagem à fase de negociação no processo de revisão do contrato colectivo —, o Sindicato da Hotelaria do Norte protesta por a associação patronal recusar a negociação de salários dignos e a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, com dois dias de descanso.

«O patronato pretende manter uma política de salários miseráveis e impor a flexibilização do horário de trabalho, dos turnos e polivalências», acusa o sindicato, para quem «é a dignidade dos trabalhadores e a qualidade dos serviços que, de forma muito grave, está a ser posta em causa».

O sindicato — com sede no Porto e delegações em Braga, Bragança, Chaves, Guimarães, Ofir e Viana do Castelo — afirma que «o sector está a degradar-se», enquanto a Inspeção Geral do Trabalho «não funciona», «as câmaras municipais, as comissões regionais de Turismo, a direcção-geral do Turismo e outras entidades a quem compete a fiscalização das condições de higiene e segurança e da qualidade dos serviços não actuam» e «os estabelecimentos são licenciados e estão a laborar

sem condições de funcionamento e sem classificação turística».

Defendendo que «o sector comporta uma política social diferente» e que «é necessário humanizar as relações de trabalho e preservar e melhorar a qualidade dos serviços», o Sindicato da Hotelaria do Norte reafirma as exigências apresentadas



aos representantes patronais: «As empresas podem pagar melhor. Não aceitamos o comportamento da associação patronal, de recusa sistemática de uma negociação séria. Exigimos salários dignos e melhores condições de trabalho, que fixem os quadros no sector, e repudiamos as propostas do patronato de flexibilização e polivalências.»

Além de solicitar a intervenção do Ministério do Emprego no processo de revisão do CCT, o sindicato «está a desenvolver acções de protesto junto das empresas e de denúncia e sensibilização junto dos clientes», informa ainda a nota de imprensa

Iniciativas da CGTP-IN em mais de 60 localidades

Maio de festa e luta assinalado em todo o País

Anunciada para o início de Junho uma semana de acções pela redução do horário de trabalho

Centenas de milhar de pessoas participaram nas comemorações do Dia do Trabalhador que a CGTP-IN levou a cabo em mais de 60 localidades, incluindo as capitais de distrito e das regiões autónomas. Num primeiro balanço divulgado pelo departamento de informação da central, de entre as «grandiosas manifestações, concentrações, comícios» realizadas por todo o País, são realçadas as grandes manifestações em Lisboa, no Porto, em Aveiro, Guimarães, Setúbal e Évora.

Neste 1º de Maio, a *Inter* anunciou que vai promover, na semana de 5 a 9 de Junho, uma jornada de luta pelo horário máximo de 40 horas (35 horas para as profissões e trabalhos de maior penosidade e risco). É proposto aos trabalhadores que, naquele período, não ultrapassem o limite reivindicado pela CGTP, prometido pelo PSD na campanha eleitoral e assumido como compromisso do Governo e da CIP em 1991.

Depois de referir outras propostas e reclamações principais apresentadas pela CGTP (aumentos salariais, com correcção imediata do salário mínimo nacional para 56800 escudos e correcção equivalente das pensões de reforma inferiores ao salário mínimo), o comunicado afirma que elas mereceram «viva e significativa» adesão.

«Os milhares e milhares de trabalhadores que participaram nas acções do 1º de Maio manifestaram inequívoca vontade de contribuir para a construção de uma alternativa política, económica e social, alternativa que a CGTP-IN considera só ser possível com um novo governo que assuma compromissos com os trabalhadores e dê garantias de que os cumprirá» - conclui o comunicado de imprensa divulgado anteontem ao fim da tarde.

Nas vésperas do 1º de Maio, foi dada a conhecer uma lista de iniciativas programadas (festas, comícios, manifestações, provas desportivas, etc.) pelas estruturas do movimento sindical unitário e que abrangia as seguintes locali-

dades: Alcácer do Sal, Alcanena, Aljustrel, Amarante, Angra do Heroísmo, Aveiro, Avis, Beja, Borba, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Entroncamento, Évora, Faro, Felgueiras, Figueira da Foz, Foros do Arrão, Funchal, Gouveia, Grândola, Guarda, Guimarães, Horta, Lamego, Lisboa, Lousã, Mangualde, Mantegias, Marinha Grande, Mirandela, Montargil, Odemira, Ponta Delgada, Portalegre, Porto, Régua, Santarém, Santiago do Cacém, Santo Tirso, São Romão, Serpa, Setúbal, Sines, Torres Vedras, Tortosendo, Unhais da Serra, Valença, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu.

(Ver reportagem do 1º de Maio em Lisboa nas páginas 19, 20 e 21.)



Para uma nova política económica e social

A CGTP-IN REIVINDICA

A Plataforma da CGTP-IN para uma Nova Política Económica e Social é a expressão fiel dos anseios e das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores portugueses. Constitui também um sério contributo para a resolução dos graves problemas que o nosso país enfrenta, em resultado duma política economicamente cega e socialmente injusta. Ela merece o apoio de todos nós. Vamos divulgá-la e defendê-la através da nossa acção, do nosso esclarecimento e da nossa luta.

1 Emprego

- Paragem dos despedimentos colectivos
- Salvaguarda e modernização do aparelho produtivo
- Aposta no investimento produtivo e não nas actividades especulativas
- Combate à descapitalização das empresas e às falências fraudulentas
- Promoção do desenvolvimento local e combate à desertificação das regiões do interior

2 Duração do Trabalho

- Semana máxima de 40 horas semanais em 1995
- Semana de 35 horas nos trabalhos penosos, perigosos ou insalubres, no trabalho nocturno e na laboração contínua
- Respeito pelas normas legais aplicáveis ao trabalho extraordinário
- Semana de 5 dias, com dois dias seguidos de descanso

3 Salários

- Aumento dos salários reais
- Actualização anual do salário mínimo, com aumentos superiores à média salarial
- Direito ao subsídio de Natal para todos os trabalhadores

4 Direitos dos Trabalhadores

- Efectividade do direito ao trabalho e à segurança no emprego
- Respeito pelo exercício do direito de greve
- Reposição da legalidade em todos os casos em que os direitos dos trabalhadores estão a ser violados
- Exercício pleno do direito de contratação colectiva a todos os níveis
- A melhoria da justiça no trabalho
- Reforma global do Direito Penal Laboral
- Combate à precariedade do trabalho
- Erradicação do trabalho infantil

5 Educação e Formação

- Elaboração de um plano nacional de educação pré-escolar
- Medidas para o efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória
- Acesso dos jovens com a escolaridade obrigatória a uma formação profissional qualificante de pelo menos um ano
- Desenvolvimento da formação contínua
- Desenvolvimento da formação de reconversão
- Elaboração de planos de formação profissional nas empresas e nos sectores

6 Segurança Social

- Reforço da segurança social na base dos princípios da universalidade, da igualdade, da eficácia, da solidariedade e da participação
- Garantia de financiamento pelo OE dos regimes não contributivos e da acção social
- Estudo do reforço do financiamento da Segurança Social
- Criação de um rendimento mínimo
- Prolongamento do subsídio social de desemprego para desempregados de longa duração
- Aumento anual das prestações sociais e das pensões de reforma
- Combate a uma política de aumento da idade legal de reforma

7 Saúde

- Termo de uma política que visa a privatização da saúde
- Revogação da actual lei da gestão hospitalar
- Criação dum Instituto de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Saúde
- Desenvolvimento e apetrechamento dos centros de saúde
- Melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde
- Melhoria das comparticipações de medicamentos

10 Sector público e Privatizações

- Existência de uma sector público forte
- Avenigação e correcção das irregularidades e ilegalidades nas privatizações
- Promoção do acesso de bens e serviços públicos de melhor qualidade
- Participação, consulta e informação dos trabalhadores e dos cidadãos nos níveis e órgãos adequados

8 Saúde Ocupacional

- Cumprimento integral do Acordo sobre Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho
- Criação de um Plano Nacional de Prevenção
- Melhoria da reparação de doenças profissionais
- Melhoria das pensões por acidentes de trabalho

9 Política Fiscal

- Reforma do sistema fiscal
- Redução dos benefícios e das isenções fiscais nos rendimentos do capital
- Combate à fraude e à evasão fiscal
- Reforma do IRS para diminuir a tributação sobre os rendimentos do trabalho
- Efectiva tributação dos rendimentos não provenientes do trabalho
- Redução dos impostos sobre bens e serviços de amplo consumo popular (alimentos, medicamentos, livros escolares, etc.)

No 1º de Maio foi incluída a distribuição de um número especial do «Alavanca», com uma tiragem de 200 mil exemplares, onde é sintetizada a «Plataforma para uma nova política económica e social», que a CGTP-IN apresenta aos partidos políticos e à sociedade neste período pré-eleitoral

MP Roldão marcha até Leiria



Na banca que funcionou no 1º de Maio, na Alameda Afonso Henriques, foram recolhidos mais de 800 contos, resultantes da venda da Jarra «Solidariedade» e de outras peças produzidas pelos vidreiros da MP Roldão

Os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão realizaram ontem de manhã uma marcha até ao Governo Civil de Leiria, com o objectivo de protestar contra a falta de respostas do Governo às propostas que, com o sindicato vidreiro, têm apresentado para concretizar a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

Os trabalhadores saíram da Marinha Grande cerca das 8.30 horas, e percorreram a pé os doze quilómetros que separam as duas cidades.

Sérgio Moiteiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, explicou que os manifestantes pretenderam protestar contra a passividade do Governo em toda a crise que na empresa se tem vivido desde Novembro. «Vamos tentar sensibilizar o Governador Civil para a necessidade de ser transferida a posse da empresa para quem estiver interessado em viabilizá-la e vamos pedir igualmente apoios especiais para, entretanto, podermos manter a fábrica em laboração», disse o dirigente sindical à agência Lusa.

Trabalhadores da MP Roldão e activistas sindicais estiveram em Lisboa, nas comemorações do 1º de Maio promovidas pela CGTP na Alameda Afonso Henriques, onde funcionou uma banca de solidariedade com os vidreiros daquela empresa. Além da jarra «Solidariedade», foram vendidas outras peças produzidas na MPR. Ao fim do dia, apurámos junto dos responsáveis da banca que já estavam contabilizados mais de 800 contos.

Mantém-se aberta a conta de solidariedade aberta pelos trabalhadores e o sindicato vidreiro, na agência do BPA na Marinha Grande, com o número 730/15900962.

Com data de 28 de Abril, o tribunal judicial da Marinha Grande despachou favoravelmente o requerimento do STIV para declarar um novo período de gestão controlada na MPR. O sindicato anunciou ainda que solicitou audiências a todos os grupos parlamentares, estando já marcadas reuniões com o PCP (ontem) e o PSD (dia 11).

PROBLEMAS SOCIAIS E TAXA DE NATALIDADE

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses reagiu «com grande perplexidade» à publicação recente de um despacho do ministro da Saúde que, depois de referir a acentuada quebra de fecundidade na população portuguesa, aprova o relatório e programa elaborado em 1993 pelo grupo de trabalho para o estudo da medicina familiar, fertilidade e reprodução humana. No despacho é dado particular relevo à legislação a elaborar sobre reprodução humana medicamente assistida (utilização de técnicas e métodos de procriação por meios artificiais).

Para o SEP, tal legislação «é necessária e de grande importância, em especial se a reprodução medicamente assistida for posta ao serviço de todos aqueles que desejam ardentemente ter filhos sem o conseguirem». Considera, contudo, «no mínimo, estranho (para não dizer atentatório dos direitos dos cidadãos)», o facto de ser dado muito pouco relevo aos factores económicos e sociais. Como problemas que «levam casais, e em especial as mulheres, a reflectir seriamente antes de decidirem, responsabilmente, ter um filho», o sindicato aponta a carência de meios económicos, o desemprego, a instabilidade no emprego, as condições de habitação, a ausência de infra-estruturas de apoio aos filhos de trabalhadoras, a incerteza quanto à futura assistência à saúde, as dúvidas quanto à efectiva possibilidade de dar a um filho a necessária escolaridade (e formação profissional), a frequente prática de biscates devido aos baixos salários, e a incerteza quanto ao futuro.

São ainda referidas as dificuldades que as mulheres (muitas vezes sujeitas a trabalhar com vínculos precários) têm para se deslocarem a consultas pré-natais, ao mesmo tempo que perspectivam obstáculos semelhantes quanto às futuras consultas a que deverão acompanhar as crianças. Esta situação é agravada por «não poderem usufruir, na prática, do tempo que lhes é concedido por lei para assistência ao recém-nascido, por temerem perder o emprego». O sindicato regista, a propósito, que «o Governo está mesmo a dificultar a aplicação da directiva da CE que preconiza o alargamento desse período de assistência» (licença de maternidade).

Admitindo que a resposta ao problema da baixa de natalidade «passa, em casos pontuais, pela reprodução medicamente assistida», o SEP sublinha que «se existisse uma real vontade política de resolver os problemas apontados, se fossem tomadas medidas concretas nesse sentido, certamente a baixa de natalidade seria resolvida, pois ter filhos deixaria de ser encarado como um encargo assustador e um problema irresolúvel, para poder ser uma opção consciente, feita com alegria e confiança no futuro».

PEDIDA SUSPENSÃO NO HOTEL ATLANTIS

Cada um dos 180 trabalhadores do Hotel Atlantis atingidos pelo despedimento colectivo solicitou anteontem no Tribunal de Trabalho a suspensão daquele processo, confirmou Leonel Nunes, do Sindicato da Hotelaria da Madeira, à agência Lusa. De acordo com aquele sindicalista, a Grão Pará/Interhotel devia ter celebrado um acordo com os trabalhadores até às 24 horas de 1 de Maio; como tal não sucedeu, a empresa «entrou num processo de ilegalidade». Por esta razão, os trabalhadores, através do seu sindicato, decidiram acionar o processo de suspensão do despedimento colectivo.

A empresa proprietária do Atlantis, com o argumento de que as obras de ampliação do aeroporto do Funchal prejudicam a exploração, decidiu encerrar aquele hotel de cinco estrelas, situado em Água de Pena, no concelho de Machico, e reivindica uma indemnização de 12 milhões de contos ao Governo Regional. Desde 31 de Janeiro que o hotel não recebe clientes, mas os trabalhadores têm ocupado diariamente os seus postos de trabalho e desenvolveram várias acções de luta, defendendo a viabilidade do hotel e a manutenção dos empregos.

PRIVATIZAÇÃO E DESTRUIÇÃO

Está em distribuição o último número do «Jornal do STAL», que dedica especial atenção à destruição de serviços públicos e à entrega a privados de áreas

tradicionalmente de actividade das autarquias. As primeiras adjudicações de sistemas municipais, refere-se, foram feitas a multinacionais, com destaque para a Generale des Eaux.

Federação da Função Pública acusa O Governo não protege as florestas

Numa reacção à vaga de fogos em florestas e matas, ocorrida no início de Abril e que forçou a antecipação do período oficial de combate aos incêndios, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública reafirma que «é na prevenção que está a grande aposta para pôr termo a este flagelo a que anualmente assistimos».

A federação critica o Governo porque este, «numa atitude de índole eleitoralista, insiste em investir milhões e milhões de contos na aquisição e aluguer de equipamentos de combate aos fogos florestais, sem que tal se transforme numa redução drástica» dos incêndios. «Trata-se de uma medida conjuntural que só leva à progressiva destruição do rico património florestal nacional e a prejuízos materiais, sociais e morais de valor incalculável para as populações», considera a FNSFP, numa nota de imprensa em que acusa o Governo de não proteger as florestas.

Para acabar com os fogos que anualmente devastam vastas áreas da floresta nacional, a federação entende que é indispensável «uma política de desenvolvimento integrado das regiões rurais e florestais do

País, pondo cobro à desertificação humana e ao abandono das potencialidades endógenas que as mesmas possuem».

A federação reafirma mais uma vez que deve competir ao Instituto Florestal a protecção do património florestal nacional,

vagas no quadro deste corpo», mas «o Governo, numa atitude de clara contenção orçamental, escandalosamente descongelou apenas 10 vagas para serem postas a concurso em 1994». Além disso, «protela a revalorização da carreira profissional de

impôs a disponibilização de uma grande parte deles».

Citando ainda a situação que se vive no Instituto Florestal, a FNSFP aponta um caso real que contraria as «sistemáticas referências» de membros do Governo à necessidade de dotar a Fun-



pelo que aquele necessita ser dotado de meios financeiros suficientes. Hoje «faltam recursos humanos e escasseiam os meios técnicos».

É apontado o caso dos guardas-florestais, cujo número tem vindo a diminuir, devido à aposentação de muitos destes profissionais. Actualmente, protesta a FNSFP, «há mais de 200

guarda-florestal, reivindicada desde 1982».

Semelhante atitude manifesta o Governo também relativamente aos trabalhadores rurais, pois «apesar de conhecer a sua real utilidade para a manutenção e limpeza das matas, numa intervenção que, anualmente, deve ser feita antes da época dos fogos,

ção Pública de mais e melhores técnicos: «O Instituto Florestal, para poder suprir as necessidades ao nível de pessoal técnico superior, nomeadamente de engenheiros silvicultores, é obrigado a contratá-los em regime de recibo verde, ou seja, numa situação que hoje é classificada pela Segurança Social como ilegal».

Mineiros do Pejão querem clarificar as acessibilidades

Como resultado do recente processo de luta dos mineiros do Pejão contra o encerramento da mina sem serem cumpridas as promessas de incentivar a criação de emprego na região, foi conseguido um acordo onde o Governo e a administração (por ele nomeada) da Empresa Carbonífera do Douro assumem, entre outras, obrigações para a construção da variante à Estrada Nacional 222 e do parque industrial de Lavagueiras.

Posteriormente, e no quadro das reuniões entre a comissão de luta dos mineiros e a administração da ECD, esta reafirmou os compromissos fixados no acordo e informou que o Ministério do Planeamento já definira o montante a investir no troço Inha-Arda da variante à EN 222 (1600 mil contos) e a sua origem. O Ministério, por sua vez, informou disso oficialmente a CM de Castelo de Paiva em 25 de Fevereiro.

Este processo é rememorado pela comissão coordenadora da luta dos mineiros do Pejão, numa nota divulgada dia 28 de Abril, depois de uma reunião com a Câmara e as juntas de freguesia de Pedorido, Raiva e São Pedro do Paraíso. A reunião teve lugar depois de terem sido conhecidas notícias contraditórias sobre a matéria, nomeada-

mente, o facto (divulgado pela CM) de não estar prevista qualquer verba para o troço Inha-Arda no programa Pronorte.

Na reunião, realizada dia 27 na sede do Sindicato dos Mineiros do Norte, autarcas e representantes dos trabalhadores con-

cluíram ser necessário reunir urgentemente com a Comissão Coordenadora da Região Norte, para «clarificar a situação e contribuir para que a obra avance, aliás, nos termos definidos no acordo e conforme outras garantias dadas posteriormente».

Relativamente ao parque industrial de Lavagueiras, «o processo está a andar e as verbas para a primeira fase (cerca de 100 mil contos) estão desbloqueadas» - informa ainda o comunicado da comissão de luta dos mineiros.

Seguros do Norte recusam mais cedências ao patronato

O Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, depois dos plenários de trabalhadores realizados nas duas últimas semanas de Abril, vai participar na reunião que a associação patronal marcou para amanhã (e na qual pretende obter a formalização de um acordo final para a revisão da contratação colectiva deste ano), embora recuse o «acordo de princípios» já assinado entre a Associação Portuguesa de Seguradores e o sindicato do Sul e Regiões Autónomas.

Num comunicado em que divulgou aos trabalhadores os principais documentos desta fase final do processo de revisão do CCT, o STSN afirma que aquele acordo não repõe o poder de compra, não compensa as perdas salariais de 1994, não respeita o princípio da solidariedade e anula direitos sociais que têm a ver, não apenas com o passado, mas com o presente e o futuro dos trabalhadores de seguros.

A proposta «final e global» da APS foi apresentada aos sindicatos a 23 de Março e nela o STSN verificou que «eram mantidas as razões de fundo que nos

têm impedido de firmar acordo», nomeadamente a desvinculação da Segurança Social e a negação do princípio da universalidade de atribuição das pensões complementares de reforma (de que ficariam excluídos os novos trabalhadores) e uma tabela salarial actualizada em 9,7 por cento (sobre a tabela de 1993), que não cobre sequer a inflação verificada em 1994 e a esperada para 1995.

Impossibilitado o acordo, foi marcada nova reunião com a APS para 5 de Abril. Na véspera, os sindicatos reuniram e subscreveram uma proposta comum. A associação patronal rejeitou liminarmente esta proposta, ao que o sindicato do Sul e o Sisep responderam com aceitação de reduções salariais e exclusão dos novos no direito às PCRs.

No dia 10 de Abril a APS manteve a sua proposta, enquanto o sindicato do Sul e o Sisep «abdicaram por completo da defesa de princípios há muitos anos consignados no CCT - o regime das pensões complementares de reforma e a sua aplicação ao universo dos trabalhadores de seguros» - refere o STSN.

Os autarcas comunistas e as eleições legislativas

Sob o tema «a participação e contribuição dos eleitos municipais comunistas na batalha das eleições legislativas», decorreu no sábado passado no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma reunião de eleitos da CDU nas últimas eleições autárquicas, que juntou Presidentes de Câmara, de Assembleias Municipais e de Juntas de Freguesia, além de vereadores e outros eleitos municipais, provenientes de diversos pontos do país.

Com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e de Luís Sá, membro da Comissão Política, esta reunião, para além da ideia central expressa no título, discutiu a forma diferenciada como em situações distintas - que vão desde a gestão de Câmaras com maioria absoluta até ao trabalho em minoria - deverão os eleitos comunistas participar no período eleitoral que se avizinha.

Existindo unanimidade sobre a necessidade de aproveitamento do prestígio do trabalho da CDU no Poder Local - e, consequentemente, o prestígio dos autarcas que protagonizam essa forma de fazer política - durante o período de campanha eleitoral para as legislativas, a discussão centrou-se sobre as formas concretas de execução dessa estratégia, tendo em conta, por um lado, o carácter nacional da campanha e, por outro lado, a realidade local onde essa campanha se desenvolve.

A obra da CDU

Várias intervenções sublinharam também a necessidade de a obra da CDU no Poder Local ser convenientemente e diversificadamente assinalada nos materiais de campanha a nível nacional,



como uma das maneiras de demonstração da forma diferente de fazer política dos comunistas e seus aliados.

A consideração de ser esse um exemplo elucidativo do que seria a eventual gestão governamental da CDU, em contraste com a prática das outras forças políticas que tiveram ou têm respon-

sabilidades executivas na Administração Central, foi referida em diversas intervenções.

No final falaria o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas (de cuja intervenção publicamos alguns extractos), a dizer que o Partido encara as próximas eleições «com confiança», que lhe advém de ser um partido «que cumpre o que promete, que critica e constrói e que tem um grande projecto para Portugal».

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

A diferença entre os actos e os factos mediáticos

Falando no final da reunião de autarcas e eleitos da CDU, ocorrida no sábado passado no Centro Vitória, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, salientou que «o prestígio conquistado e confirmado pelo PCP e a CDU no Poder Local está assente, não em profusas campanhas de imagem e de indevida utilização dos meios de comunicação, mas sim no trabalho realizado, na obra feita e nas provas dadas dia a dia». Também a defesa do Poder Local estará em causa no próximo processo eleitoral, dada a ofensiva contra as autarquias do Governo do PSD expressa, por exemplo, na recente legislação tendente a impedir o recurso à realização de obras por administração directa. Para Carlos Carvalhas, que comprometeu o PCP em «prosseguir a luta para restaurar os direitos do Poder Local», se esta lei se confirmasse constituiria «um elemento de graves repercussões sociais, de agravamento do desemprego e de crescimento das desigualdades entre as várias regiões». Carvalhas lembrou que no próximo dia 12 de Maio, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, vai ser debatida na Assembleia da República a ratificação deste decreto-lei. Da intervenção do secretário-geral do PCP publicamos alguns extractos.

(...) A nossa grande preocupação e orientação é a de continuar no quadro das nossas possibilidades e atribuições a tudo fazer para dar resposta aos problemas das populações.

Mas há questões que só podem ter resolução através da Administração Central, através do Governo. E os factos também mostram que com a política deste Governo não se vai lá, que é necessário uma nova política que defenda os sectores produtivos, que valorize a produção nacional, que tenha como grande preocupação promover o emprego, a melhoria do nível e qualidade de vida da população.

A elevação do poder de compra das populações é fundamental, não só como elemento de justiça social, mas também como elemento dinamizador de toda a actividade económica.

O alargamento do mercado interno é um factor importante para a dinamização do investimento e do emprego. A política de concentração da riqueza e de penalização objectiva dos sectores produtivos tem tido gravíssimas consequências no tecido económico e social.

Este quadro foi ainda recentemente agravado pelas graves consequências climáticas, seca no Alentejo e geadas, não só nesta região, mas também na Beira Interior e Douro, o que exige respostas imediatas, nomeadamente em relação ao crédito e subsídios e perdão de dívidas, que minore a muito difícil situação em que se encontram sobretudo pequenos e médios agricultores. Esta situação vem mostrar também como era justo o Projecto de Seguro Agrícola proposto pelo PCP, que o PSD reprovou e que agora quer retomar.

Naturalmente que ao nível do Poder Local nós não cruzaremos os braços, mas temos os meios muito limitados. E é preciso dizer que as medidas agora tomadas pelo PSD são uma pequena gota da

água no conjunto das dificuldades e algumas são mesmo meros paliativos face à situação de verdadeira catástrofe.

E não pode deixar de se sublinhar que não é com demagogias que se responde aos problemas.



De há dez anos para cá, em todos os actos eleitorais o Governo vem anunciando o início das obras do Alqueva, a concretização do projecto da Beterraba Sacarina e planos milagreiros para o desemprego.

E o que se vê é que as diversas barragens do plano de irrigação do Alentejo nunca mais avançaram, que o projecto da beterraba sacarina não passa disso mesmo, um mero projecto, e que o desemprego continua a aumentar.

Esta situação mostra ainda com mais clareza as diferenças entre a postura, a intervenção, as medidas e o trabalho da CDU no Poder Local e a Administração Central, entre o trabalho sério

e a demagogia, entre os actos e os factos mediáticos.

Pode-se afirmar, alicerçados nos factos, que os eleitos comunistas e a CDU têm dado um grande contributo para a valorização do Poder Local e para a sua confirmação como espaço de participação e intervenção democráticas.

Quando são cada vez mais visíveis os sinais de um clima de ausência ou de degradação de valores na vida política nacional, mais significado assume o trabalho da CDU no Poder Local. O compromisso assumido e cumprido da recusa de acumulação de outras funções remuneradas com o exercício a tempo inteiro pelos eleitos comunistas nas autarquias, que a legislação aprovada em 1993 pelo PSD veio possibilitar, ilustra significativamente não apenas a nossa orientação quanto à entrega plena dos eleitos comunistas às tarefas de interesse público como deixa a descoberto a falsidade e a hipocrisia da recente cruzada pela transparência da vida política que o partido do Governo vem encedendo.

As razões que estão na origem da continuada confiança que as populações vêm depositando nos eleitos e na gestão da CDU radica essencial-

resultados da gestão e das vantagens para as populações que daí resultam.

Por isso quando dizemos que vamos para as próximas eleições com grande confiança, ela não é uma confiança cega, mas uma confiança que está alicerçada no nosso trabalho no Poder Local, nos Sindicatos, nas Associações Culturais e Recreativas, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu. Confiança que advém de sermos um Partido que cumpre o que promete, que critica e constrói e que tem um grande projecto para Portugal.

Regionalização adiada

As próximas eleições constituem sem dúvida uma oportunidade para derrotar também a ofensiva do PSD e as concepções políticas de direita assentes numa visão centralista e atentatória da autonomia municipal. A presente legislatura que em breve finda ficou marcada pelo congelamento das reformas indispensáveis para a afirmação e valorização da Administração Local e Regional - adiamento da regionalização, recusa da valorização dos meios e condições de trabalho das freguesias, progressiva degradação do regime e do estatuto dos trabalhadores da Administração Pública... Como ficou igualmente marcada pelo ataque sistemático à autonomia municipal, à redução dos meios financeiros postos à disposição das autarquias e às características colegiais e democráticas de funcionamento dos órgãos de Poder Local.

Já em termo de exercício desta legislatura o Governo e a sua maioria parlamentar, aproveitando a possibilidade aberta pelo prolongamento do seu tempo útil de vida governativa, aprovaram novos instrumentos que ferem gravemente a autonomia municipal e visam limitar a capacidade de realização das autarquias. Em particular a legislação tendente a impedir o recurso à realização de obras por administração directa constituiria, a ser confirmado, um elemento de graves repercussões sociais, de agravamento do desemprego e de crescimento das desigualdades entre as várias regiões. O desenvolvimento da luta e da reclamação para que a Assembleia da República proceda, em sede do processo de ratificação, apresentado pelo PCP, às alterações reclamadas pelos municípios de todo o país constitui um objectivo que merece o activo empenhamento dos eleitos comunistas e dos trabalhadores das autarquias. No próximo dia 12 de Maio, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, vai ser debatida na Assembleia da República a ratificação deste Decreto-lei. As nossas posições correspondem às que foram manifestadas pelos municípios e pelos eleitos autárquicos. Desde já nos comprometemos a, no caso do PSD não recuar, prosseguir a luta para restaurar os direitos do poder local.(...)

Gestão irregular em Paranhos

Em conferência de imprensa, os comunistas de Paranhos vêm reafirmar a existência de ilegalidades cometidas pelo Partido Socialista na gestão na autarquia.

O PCP apresentou documentos ao Ministério da Administração Interna e à Inspeção Geral das Finanças indicando gastos excessivos em gasolina, o desrespeito da regulamentação aprovada pela Assembleia de Freguesia nas obras executadas, para além de falsear o número de jazigos vendidos de forma a justificar a construção de mais unidades e entregar a realização dos projectos a uma firma ligada ao presidente da Junta.

Estas denúncias provocaram de imediato a demissão de dois eleitos do PSD, enquanto o presidente da Assembleia de Freguesia juntamente com mais 13 membros e um do próprio executivo pediram igualmente a sua demissão, afirmando que era impossível pactuar com tal a gestão autárquica.

Mais tarde, porém, dois membros demissionários da Assembleia e outro do Executivo retiraram o pedido de renúncia depois deste ter sido aceite pelo Presidente da Assembleia.

Na actual situação, o PCP insiste que o mais justo seria a realização de eleições antecipadas, de forma a recuperar a credibilidade aos órgãos autárquicos.

Carências na Zona do Pinhal

Os organismos do PCP no distrito de Castelo Branco chamam a atenção para a existência de carências básicas na Zona do Pinhal, que abrange os concelhos de Sertã, Proença, Oleiros e Vila de Rei.

Segundo a sua análise, é urgente a criação de incentivos para combater a desertificação, preservar e aumentar os postos de trabalho, bem como proceder à reflorestação ordenada das áreas ardidas, assegurando mercados para os produtos saídos da floresta.

Os comunistas reclamam soluções para os trabalhadores da Sotima e alertam para a situação existente na UIC, empresa entregue a capitais privados, onde se verifica uma grande instabilidade laboral e social com a tentativa de rescisão de contratos de trabalho.

Calamidade em Bragança

Em comunicado, a DORBA do PCP alerta para a situação de calamidade em que se encontra a agricultura no distrito de Bragança, em consequência das fortes geadas que de um dia para o outro queimaram irremediavelmente muitos hectares de nogueiras, macieiras, cerejeiras, castanheiros, vinha, cereais e produtos hortícolas.

Os comunistas reclamam medidas eficazes de apoio aos agricultores, por parte do Governo, sublinhando que, através do grupo parlamentar do PCP, foram já feitas diligências nesse sentido.

A DORBA denuncia ainda o carácter eleitoralista das inaugurações programadas para o troço do IP4 entre Mirandela/Vila Real, o qual podia e devia estar em funcionamento há mais de ano e meio.

Eléctrico rápido vai chegar a Odivelas

Após anos de reivindicações, a população de Odivelas irá finalmente ver chegar o eléctrico rápido à sua cidade, segundo uma decisão anunciada pelo Ministro das Obras Públicas. Recentemente, o secretário de Estado dos Transportes, em reunião com o Presidente da CM de Loures, confirmou o início dos trabalhos em 1996.

A Comissão de Freguesia do PCP congratula-se com com a resolução deste problema salientando que o prazo de dois anos, estabelecido para a instalação da linha eléctrica tem de ser mais dos que uma promessa eleitoral.

Recordando que ao longo de vários anos a Administração Central não considerou prioritária a criação de um transporte rápido naquela zona, o PCP apela para que os odivelenses mantenham viva esta exigência impedindo que a sua realização possa vir a ser de novo adiada ou mesmo atrasada.

Homenagem a Joaquim Camarada

Mais de 70 pessoas participaram num jantar de comemoração do 74º Aniversário do PCP, no decorrer do qual foi homenageado o militante e dirigente comunista, Joaquim Camarada, figura destacada da actividade partidária e do movimento camponês do Baixo Mondego.

Na iniciativa interveio António Lopes, membro da Comissão Política, considerando que «a homenagem ao Joaquim Camarada é também uma homenagem ao partido, pela verticalidade que tem na vida política, determinação e firmeza na luta por melhores condições de vida para o nosso povo». Pronunciando-se contra a bipolarização da vida política, este dirigente sublinhou que a maioria absoluta do PSD tem sido «um drama pois deixa-nos mais de 400 mil desempregados, a destruição do aparelho produtivo, a corrupção, a droga, o aumento da criminalidade».

Aludindo ao conteúdo das propostas dos socialistas, António Lopes afirmou que «nada se ganharia com uma maioria PS pois faria uma política muito idêntica ao PSD» e que «só o reforço da CDU e do PCP fará com que na Assembleia da República uma maioria de esquerda realize um política diferente tendo em conta os problemas dos trabalhadores e do País».

Pesca em Marrocos

DORAL exige firmeza do Governo

Terminado o período do acordo de pesca da União Europeia com Marrocos permanece o total secretismo por parte deste Governo acerca do futuro de mais de 400 pescadores e das suas famílias que dependem das licenças de pesca em águas marroquinas para exercer a sua actividade.

Conhecem-se entretanto as exigências que o governo de Marrocos está a colocar para um novo acordo e que apontam para uma redução para metade das capturas e das embarcações envolvidas, bem como na redução do número de trabalhadores empregue.

A cedência completa, a falta de firmeza revelada por este Governo na defesa dos interes-

ses do sector no recente conflito com o Canadá, faz prever dias negros e uma profunda crise social nas comunidades pesqueiras de Olhão/Fuzeta, a mais atingida nesta crise, agravada pelo facto de nos últimos meses os pescadores e as suas famílias estarem a viver de um mísero subsídio que lhe foi concedido pela paralisação forçada da sua actividade.

A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP vê com profunda preocupação a falta de alternativas e o beco sem saída a que esta política de pescas tem conduzido o sector. Dentro em breve não haverá subsídios que cheguem para esconder a miséria de milhares de pescadores e suas famílias.

Mais do que esmolos encapotadas, os pescadores e armadores precisam de uma política firme que dê corpo a acordos que defendam com intransigência o direito dos portugueses ao exercício da actividade pesqueira.

A DORAL do PCP desafia desde já o senhor ministro a tornar públicas as condições em que Portugal está disposto a negociar o acordo de pescas com Marrocos ou em alternativa a assumir a sua incapacidade para defender os interesses nacionais que estão em causa.

Esta mesma exigência será colocada pelos deputados do PCP na Assembleia da República, da mesma forma que no

Parlamento Europeu os eleitos do PCP se continuarão a bater pela defesa dos interesses nacionais que estão sendo postos em causa, pela atitude subserviente deste Governo na aplicação de uma política comunitária que cada vez mais se evidencia como contrária aos interesses do nosso país.

A DORAL do PCP apela ainda a que todas as associações do sector, representativas dos pescadores e armadores, para que se recusem a passar um cheque em branco a um governo que vende a preços de saldo direitos inalienáveis do País e através da luta defendam vigorosamente os direitos dos seus associados.

Viseu

Prejuízos nas culturas devem ser compensados

As fortes geadas que atingiram recentemente toda a região da Beira Alta e em particular o Distrito de Viseu, causaram enormes prejuízos nas culturas, em especial da produção frutífera, destruído total ou em grande parte as explorações de milhares de agricultores, afirma uma nota da Direcção Regional de Viseu que recorda:

«A gravíssima situação criada por esta indesejável manifestação climática assume proporções particularmente alarmantes em toda a zona da Beira-Távora, porquanto as produções da grande parte dos fruticultores tinham já sido, nos finais de 94, fortemente atingidas pelas geadas tardias que causaram prejuízos avultadíssimos.

O Organismo para o Trabalho Camponês da DORV do PCP, reafirmando total solidariedade e apoio à luta dos fruticultores de Beira-Távora, alerta para «a urgentíssima necessidade de o Governo assumir as suas responsabilidades, respondendo no imediato às reivindicações dos produtores, no sentido de tomar medidas compensatórias dos vultuosos danos verificados, de proceder à revisão dos subsídios de colheita e créditos bonificados, renegociar as dívidas à banca, conseguir menores custos para os factores de produção e garantias favoráveis nos seguros».

«Mas também no resto do Distrito se evidenciaram grandes estragos, tendo as zonas de Lafões e do Dão sido fortemente atingidas, especialmente na sua produção vitivinícola. Taxas de destruição nas vinhas de 65% a 100%, anunciadas por algumas adegas cooperativas e outras estruturas do Dão, dão bem a nota da gravidade da situação actual.

«A negligência e a hipocrisia do Governo e do partido que o sustenta ficam bem patentes quando o ministro da Agricultura, em resposta aos fruticultores de Beira-Távora, diz tão-somente sentir “enorme preo-

cupação e total solidariedade com todos os agricultores”, quando o que se exige do Governo são resoluções concretas e eficazes no sentido de, desde já, minorar os efeitos da devastação.»

Neste quadro geral, o Organismo para o Trabalho Camponês da DORV do PCP «pronuncia-se claramente pela realização imediata de um inventário rigoroso dos prejuízos verificados, com suporte material governamental e efectuado com o necessário concurso dos próprios agricultores e suas organizações representativas, e pela urgência absoluta em que o Governo assumira claramente as suas responsabilidades, pondo em marcha um sistema célere e funcional de compensações dos prejuízos dos agricultores».

«Não basta proclamar a solidariedade, neste momento é preciso agir em defesa dos agricultores e da nossa agricultura», salienta o comunicado.

DORS exige rigorosa fiscalização à Auto-Europa

O projecto Ford/Volkswagen, que se está a materializar através do Consórcio Auto-Europa é um projecto que pela sua grandeza criou grandes expectativas, sendo visto como um pólo dinamizador do crescimento económico e de criação de emprego na Região de Setúbal, afirma um comunicado da DORS.

A Direcção da Organização Regional de Setúbal do Partido Comunista Português considera que «os avultados investimentos da parte do Estado português naquele projecto exigem do Governo uma rigorosa fiscalização e acompanhamento que garantam no mínimo que as contrapartidas assumidas pela Auto-Europa sejam efectivamente cumpridas».

«Esta exigência justifica-se tanto mais quando começam a ser preocupantes as notícias vindas a público de que dos 5000 postos de trabalho directos inicialmente previstos só seriam criados cerca de 3000 e que dos cerca de 7000 indirectos só seriam criadas 2500 – muitos dos quais em regi-

me de contratados a prazo, quando o investimento efectuado impunha postos de trabalho efectivos.

«Não podemos omitir que os vultuosos investimentos realizados no quadro da Operação Integrada de Desenvolvimento (OID), em vez da diversificação do aparelho produtivo do Distrito, levaram à concentração no sector automóvel cujo mercado está em recessão a nível mundial. Por outro lado, é de registar negativamente o facto de os subsídios à indústria terem sido facultadas, fundamentalmente a grandes multinacionais, em detrimento das empresas com base de actividade na região.

«Os recentes acontecimentos na Renault Portuguesa, em Setúbal, devem servir de exemplo para que o Governo adopte desde o início uma atitude diferente quanto a eventuais comportamentos por parte da Auto-Europa que venham a lesar os legítimos interesses dos trabalhadores e do Estado Português», conclui a regional de Setúbal do PCP.

Álvaro Cunhal termina visita ao Brasil

Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, regressou no passado domingo a Lisboa, depois de concluir uma viagem de cerca duas semanas ao Brasil, sobre a qual contamos publicar no próximo número uma entrevista com o dirigente comunista

No quadro da sua estadia no Brasil, Álvaro Cunhal participou, no passado dia 23 de Abril, num reunião com comunistas portugueses residentes em S. Paulo, tendo-se encontrado no dia seguinte com representantes dos órgãos de comunicação social na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de S. Paulo. No mesmo dia avistou-se com o sociólogo professor Florestan Fernandes e esteve num jantar-convívio com dirigentes e militantes do Partido dos Trabalhadores.

No dia 25 foi recebido na Casa de Portugal e proferiu depois uma intervenção sobre

do seu grupo parlamentar, o vice-presidente do PC do Brasil, Renato Rebelo.

No dia 27, Álvaro Cunhal manteve um encontro com o Governador do Distrito Federal, professor Cristovam Buarque, do Partido dos Trabalhadores (PT), no Palácio do Buriti, sede do DF, que se encontrava acompanhado de alguns membros do seu Governo. Num ambiente de grande compreensão mútua, teve lugar uma troca de opiniões sobre grandes problemas da actualidade. Realizaram-se também encontros com o presidente da Câmara dos deputados, Luís Eduardo Magalhães; com o grupo parlamentar do PT; com o grupo parlamentar do Partido Democrático Trabalhista, incluindo o seu líder, deputado Miro Teixeira, e com o grupo parlamentar do PC do Brasil (constituído por nove deputados), num amigoso almoço-convívio em que participou também o responsável pela Secção Internacional, o camarada José Reinaldo.

Álvaro Cunhal visitou a Administração Regional de Riacho Fundo, cidade saltélite de Brasília com 35 mil habitantes, tendo-se avistado com o seu responsável da direcção do Partido Comunista Brasileiro, camarada Trajano Silva Jardim e com outros camaradas do mesmo partido.

Nesta estadia, em que Álvaro Cunhal foi acompanhado pelo camarada Ale-

xandre Pereira, houve ainda oportunidade de visitar a cidade de Brasília e tomar conhecimento com o seu plano de construção.

Retornando a S. Paulo, no dia 28, Álvaro Cunhal esteve na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a convite do seu presidente, onde foi recebido por deputados do Partido da Social Democracia Brasileiro, do PT, do PC do Brasil, do Partido Democrático Brasileiro, com os quais abordou questões relativas a Portugal.

À noite, proferiu uma conferência na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), que se integrou nas comemorações da Revolução portuguesa organizadas pelo Centro Cultural 25 de Abril, tendo como tema «Portugal no século XXI: ditadura e liberdade». Na iniciativa estiveram cerca de 150 pessoas entre professores e uma grande maioria de estudantes, que animaram o debate que se seguiu.

Álvaro Cunhal visitou ainda uma exposição (integrada nas comemorações do 25 de Abril), que ficou aberta ao público entre os dias 24 e 28 de Abril, no Atrio do Teatro Tuca, que pertence à PUC, constituída por desenhos seus (2º álbum) e por pinturas de Miguel Barbosa, pintor luso-brasileiro, organizada pelo Departamento de Antropologia, faculdade de Ciências Sociais e Museu da Cultura, da PUC.



Álvaro Cunhal à chegada a Lisboa, onde estava a aguardá-lo o camarada Albano Nunes, do Secretariado do CC do PCP

«A Revolução dos Cravos e a situação actual», numa sessão promovida pelo Centro Cultural 25 de Abril que contou com a presença de cerca de 400 pessoas e em que usou também da palavra a escritora Lygia Fagundes Teles.

No dia seguinte, Álvaro Cunhal deslocou-se a Brasília, onde a convite da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Franco Montoro, fez uma exposição na sessão do dia sobre Portugal e a Europa. Durante cerca de duas horas intervieram numerosos deputados que colocaram diversas questões a que o camarada respondeu.

Mais tarde, foi recebido em sessão plenária da Câmara que interrompeu os seus trabalhos, tendo sido apresentado pelo deputado Aldo Rebelo, líder do grupo parlamentar do PC do Brasil. O presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, do Partido da Frente Liberal, saudou Álvaro Cunhal, tendo-se seguido intervenções de diversos deputados dos partidos presentes, que saudaram o dirigente comunista, que foi cumprimentado após a sessão por muitos outros deputados.

Ainda nesse dia decorreu um almoço-convívio com deputados de diversos partidos, em que esteve, entre outros deputados

Sábado em Almada Encontro Nacional do PCP sobre legislativas

É já no próximo sábado que se realiza em Almada o Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições Legislativas que tem como objectivo preparar a acção do Partido e da CDU na campanha que se avizinha.

O Encontro decorre nas instalações da Academia Almadense e irá aprovar uma resolução com as linhas de força que orientarão os comunistas e os seus aliados na CDU durante a campanha.

Os trabalhos começam pelas 10.30 da manhã, em sessão plenária, na qual intervém Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional, estando ainda previstas outras intervenções centrais sobre diferentes áreas e temáti-

cas da campanha eleitoral do PCP e da CDU.

Entre as 14.30 e as 16.15 horas, funcionam duas secções, dedicadas, respectivamente aos «Temas e Ideias da Campanha Eleitoral», e, a segunda, à «Imagem, Comunicação e Organização da Campanha Eleitoral». As secções são abertas à intervenção dos participantes e convidados.

Carlos Carvalhas discursa na sessão plenária de encerramento,

que tem início às 16.45 e se prolonga até às 17.30 horas, na qual será votada a Resolução do Encontro e serão lidos os relatórios dos trabalhos das secções.

Esta grande realização nacional do PCP conta com cerca de um milhar de participantes e convidados, estando representadas todas as organizações regionais e sectores do Partido, para além dos membros da Direcção Central do Partido e de uma delegação da Direcção da JCP.



«Presidência aberta» de Mota Amaral escandaliza Açores

O PCP/Açores denuncia a recente manobra do presidente do Governo regional, que decidiu realizar uma «Presidência Aberta» em Vila Franca do Campo, concelho que se situa a menos de 30 quilómetros da sede governamental em Ponta Delgada.

Os comunistas entendem «normal que os vários membros do Governo, incluindo o seu presidente, se procurem inteirar dos problemas de toda a região e de cada um dos seus concelhos» mas considera ilegítimo que «se pretenda empolar tal prática dando-se um carácter pomposo, rodeado de protocolo estatal totalmente desadequado e para além do mais, muito caro».

De facto, apesar da proximidade do referido concelho, o Presidente do Governo regional achou necessário deslocar-se, com comitiva e serviços, para um Hotel de Água d'Alto durante

vários dias. Trata-se de uma despesa desnecessária, afirma o PCP indicando que «seria perfeitamente possível obter os mesmos resultados práticos, com deslocações normais do Presidente do Governo ao Concelho de Vila Franca».

Assim, esta iniciativa, «uma má cópia de uma prática usada pelo Presidente da República», só pode ser interpretada como uma tentativa de «procurar endeusar, face à opinião pública, a figura do presidente do Governo, criando a imagem que tudo depende da vontade dele».

«Ao pretender criar para si próprio uma imagem não de Presidente do Governo mas de Presidente dos Açores (cargo que não existe), o Presidente do Governo regional está, uma vez mais, a empenhar os meios públicos na tentativa de promoção da sua pessoa e na preparação das eleições de Outubro», sublinha o PCP/Açores.



Aniversário da Revolução assinalado em todo o País

Entre as muitas comemorações do 21.º aniversário do 25 de Abril recebemos a notícia de um almoço comemorativo promovido pela Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP (na foto) no âmbito da CDU, com a participação de 180 pessoas. Fernando Silva, da Direcção Regional, interveio para explicar os objectivos da iniciativa e saudou os convidados presentes, entre os quais o eurodeputado Honório Novo e Henrique de Sousa, do Secretariado do Comité Central. Branca de Carvalho, da DORVIC e do Conselho Nacional do PCP, falou para sublinhar a importância política da iniciativa e referir algumas preocupações sobre problemas regionais, seguindo-se-lhe no uso da palavra Honório Novo e Henrique de Sousa.

Memória de César Anjo

Também a DORV do PCP, no âmbito das comemorações do 25 de Abril, realizou no passado sábado em Viseu uma evocação da figura e da obra de Augusto César Anjo, médico, esperantista, homem de ciência, humanista e comunista, desaparecido há 25 anos.

Esteve patente uma exposição representativa da obra e da actividade política da figura evocada, realizando-se também uma sessão pública em que estiveram dezenas de pessoas, entre antigos amigos, companheiros de luta antifascista, familiares, democratas de várias tendências, muitos camaradas de Partido.

Na sessão usaram da palavra Manuel Rodrigues, do Secretariado da DORV, que presidiu, Fernando Monga, companheiro de luta de César Anjo, Jaime Gralheiro, que foi com este candidato da Oposição Democrática em 1969 no círculo eleitoral de Viseu, Carolina Tavares de Lemos, viúva do homenageado, e, a terminar, António Lopes, da Comissão Política do PCP.

Santo Tirso

No concelho de Santo Tirso, foram realizadas, na noite de 24, dois jantares nas freguesias de Guidões e Vilarinho, que juntaram cerca de quatro centenas de pessoas. Em Guidões, a intervenção política esteve a cargo de José Alberto Ribeiro, da Comissão Concelhia de Santo Tirso, e em Vilarinho, intervieram Adelaide Martins, eleita na Assembleia de Freguesia local, e Emídio Ribeiro, da Comissão Política do PCP.

Braga

As comemorações da Revolução de Abril mobilizaram no distrito de Braga milhares de pessoas nas várias iniciativas promovidas. Nos dias 24 e 25 tiveram lugar almoços e jantares, que contaram com a presença de António Lopes, membro da Comissão Política, em Barcelos, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde. Na cidade de Braga esteve patente ao público, durante cinco dias, uma exposição de cartazes de Abril, tendo-se realizado uma sessão na noite de 22 com poesia e canto.

Também as freguesias do distrito geridas pela CDU promoveram ou apoiaram iniciativas e festas populares, sendo de destacar o programa das comemorações realizado pela Junta de Riba d'Ave que integrou um ciclo de debates, uma festa popular e uma sessão solene.

Em 24 e 25 de Abril, organizações sindicais, colectividades e autarquias promoveram manhãs infantis, provas desportivas, animação musical nas ruas e praças de Braga, Guimarães, Famalicão e outras sedes de concelho.

CAMARADAS FALECIDOS

Américo Machado

Faleceu Américo dos Santos Machado, com 66 anos de idade, natural de Salselas, Macedo de Cavaleiros. Militante do PCP desde 1984, estava organizado em Bragança.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

Campanha Nacional de Fundos Resultados começam a surgir

A Campanha Nacional de Fundos que o PCP lançou começa a dar alguns resultados, tal como revelam as notícias que hoje divulgamos, resultado da resposta ao apelo que aqui temos deixado de aproveitamento do actual período para lançar as principais iniciativas, pois só assim será possível assegurar o bom termo da iniciativa.

O Partido lançou esta Campanha com o objectivo de angariar 150 mil contos que o ajudem a fazer face às despesas das batalhas políticas que se avizinham.

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campa-

nha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando

os outros atrás referidos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concre-



tização de objectivos dessas regiões.

Bom andamento na região de Évora

Contabilizada a 22 de Abril passado, a Campanha Nacional de Fundos na Organização Regional de Évora atingiu já mais de 20 por cento do seu objectivo final. Entre as iniciativas agendadas, teremos duas em Montemor-o-Novo marcadas para 1 de Julho: um almoço-convívio nas Cortiçadas de Lavre e outra na Festa da Cidade.

Em Évora, onde já se atingiu 34 por cento da meta, está marcado um convívio para 10 de Junho na barragem do Monte Novo. Aqui, uma camarada, com mais de 70 anos, ofereceu a sua reforma de 24 contos.

No Redondo está marcado um convívio para o mês de Julho. O trabalho de uma única camarada permitiu arrecadar 70 contos e um simpatizante do Partido ofereceu 20 mil escudos.

Em Arraiolos um militante ofereceu 10 contos enquanto em Bencatel (Vila Viçosa) a 10 de Junho vai

haver uma festa ligada à reabertura do Centro de Trabalho.

Em Vendas Novas, um militante vendeu mais de 20 cupões de mil e 500 escudos e a Comissão Concelhia pretende ter, mais ou menos, a sua meta cumprida em Julho. Em Cabeção (Mora), a festa do 74.º aniversário do PCP rendeu 40 mil escudos.

Com a presença de dezenas de democratas independentes amigos do Partido, bem como elevado número de militantes, realizou-se na Quinta da Atalaia no dia 29 de Abril integrado na campanha dos 150 mil contos, um almoço de confraternização que deixou satisfeitos todos os que nele participaram. Embora não estejam ainda apuradas as contas, pode-se desde já informar que os resultados são bastante positivos, atingindo algumas centenas de contos.



25 de Abril comemorado na Emigração

Durante a última quinzena de Abril realizou-se na Emigração um conjunto muito vasto de iniciativas para assinalar o 21.º aniversário da Revolução dos cravos. O movimento associativo dos emigrantes, mais uma vez, destacou-se nas comemorações que ficaram marcadas por um forte cariz popular.

Brasil – O Centro Cultural 25 de Abril de S. Paulo organizou nesta cidade e no Rio de Janeiro as comemorações do 25 de Abril que contou com a participação do camarada Álvaro Cunha.

Canadá – Em Toronto, a Associação Democrática (PCDA) realizou uma sessão com a participação de 300 pessoas e onde usou da palavra o presidente da Câmara Municipal de Benavente, António José Ganhão que também deu entrevistas a vários órgãos de informação de língua portuguesa.

Promovida pelo Movimento Democrático, realizou-se em Montreal, no Centro de Santa Cruz, uma sessão onde usou da palavra Manuel Rodrigues, presidente da Confederação das Organizações Portuguesas no Quebec.

Angola – A Associação 25 de Abril dos portugueses radicados em Luanda levou a efeito várias iniciativas de âmbito cultural, recreativas e desportivas. Houve também um acto solene que contou com a presença de individualidades oficiais e da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos.

França – Na região de Paris esteve o capitão de Abril, Duran Clemente, que interveio nas iniciativas alusivas à data em Nanterre e Champigny, organizadas respectivamente pela Associação Portugal de Abril e Associação Franco-Portuguesa. Visitou os locais da As-

sociação dos Chauffeurs Originários de Portugal, que também comemorou o 25 de Abril com uma festa, tendo sido entrevistado pelas rádios Alfa e Aligre assim como pela emissão em língua portuguesa na Rádio France Internacional.

Suíça – O destaque vai para a sétima edição da «corrida de liberdade», em Genebra, organizada pela Associação Democrática dos Trabalhadores Portugueses, tendo este ano batido novo recorde em número de participantes, alguns deles vieram de Itália e França, mas também suíços, assim como outros emigrantes portugueses em representação de associações em Neuchâtel, Lausanne e da Casa do Benfica em Genebra. De Portugal estiveram presentes atletas de Viseu e Braga. O tiro de partida foi dado por João Damas, director da prova e grande impulsor, desde o primeiro ano, da «corrida da liberdade». Em Sion, realizou-se um almoço no decorrer do qual Manuel Beja, da Federação dos Sindicatos Suíços (SIB), fez uma intervenção sobre o 25 de Abril.

Inglaterra – A Associação dos Portugueses na Inglaterra, realizou em Londres, com grande êxito, uma festa com 300 pessoas. A intervenção alusiva ao 25 de Abril foi feita por Luís de Sousa Rebelo, presidente da associação, a que se seguiu um espectáculo de fados.

Bélgica – Em Bruxelas, promovida pela APEB, houve uma festa comemorativa da Revolução de Abril onde actuou o grupo coral, o rancho folclórico e o teatro da associação, a alocação sobre o 25 de Abril foi feita por Martins Coelho, presidente da assembleia geral. A organização do Partido em Bruxelas realizou, no dia 25 de Abril, um convívio que contou com a presença dos camaradas Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro, deputados no Parlamento Europeu.

Droga e sociedade

A Juventude Comunista Portuguesa vai organizar na sexta-feira um debate subordinado ao tema «as drogas nas sociedades humanas», que decorrerá na sede nacional da JCP na Rua Sousa Martins, nº. 8, em Lisboa. A iniciativa cabe à Organização do Ensino Superior da estrutura dos jovens comunistas e terá início às 21 horas.

Jovens de Arraiolos

Uma iniciativa da Comissão Concelhia de Évora da JCP, realizada em Arraiolos no passado dia 14 de Abril, juntou 200 jovens do concelho, o que leva a estrutura a afirmar em comunicado que «afinal, os jovens não estão tão desligados da política como alguns querem fazer crer».

Deficientes

Decorre a Semana Europeia de Consciencialização pela igualdade de Direitos e e contra a Discriminação que em Portugal é organizada, desde há três anos, pela Associação Portuguesa de Deficientes. Entre as diversas iniciativas destaca-se, hoje, uma acção cultural e recreativa nos Restauradores, em Lisboa, e amanhã a deslocação de deficientes a serviços públicos diversos para levantar o problema das barreiras arquitectónicas.

Contas de Vilarinho

A representante da CDU na Assembleia de Freguesia de Vilarinho (Santo Tirso) votou contra o Relatório e Contas de Gerência discutido na reunião de 1 de Maio, dado que foi apenas apresentado uma simples Conta de Gerência com a falta de elementos essenciais para uma análise séria e exaustiva. O documento recebeu, mesmo assim, votos favoráveis do PS, abstenção do PSD, para além voto contra da CDU. Na mesma sessão, foi aprovada uma moção sobre o 1º de Maio, apresentada pela CDU.

Taxas em Barcelos

A CM de Barcelos (PSD/PS e CDS) decretou um aumento das taxas dos painéis publicitários acima dos 5 por cento, o que leva a CDU a manifestar o seu desacordo por uma medida que recai sobre os comerciantes da cidade. Para a CDU não há «argumentos que justifiquem tais aumentos». A CDU sublinha a cumplicidade do PS com a gestão do PSD na edilidade, pois o seu presidente já recordou que «das mais de mil propostas debatidas em reunião de Câmara, só meia dúzia não foram aprovadas por unanimidade».

Hipocrisia na Maia

A Comissão Coordenadora da Maia da CDU denunciou a «hipocrisia do PSD e do Presidente da Câmara da Maia» por este, segundo a imprensa, andar em «cruzada» contra as portagens de Ermesinde, Valongo e Maia. A CDU recorda que no passado dia 21 de Abril o PSD, depois de «demorado conciliábulo com o presidente da Câmara» votou contra uma moção da CDU que exigia ao governo o tratamento desta questão semelhante ao dado à de Alverca.

Monumento ao 25 de Abril

A Junta de Freguesia de Aldeia de Paio Pires inaugurou no dia 25 de Abril um monumento à liberdade no espaço envolvente ao edifício da autarquia. O monumento em chapa de ferro, com quatro metros de altura, pesa três toneladas e simboliza a liberdade através de uma forma helicoidal que rasga a parede de chapa, culminando, ao cimo, na figura estilizada de uma ave em voo amplo.



CDU refuta acusações do PS A «gestão tripartida» da Câmara de Sesimbra

A CDU em Sesimbra considerou que o Partido Socialista (PS) «não tem moral nem legitimidade políticas para reivindicar seja o que for» no que diz respeito à gestão municipal, dado o comportamento deste partido de tentativa de marginalização da CDU, desde que o actual executivo foi eleito. No entanto a coligação, que respondeu em comunicado a uma proposta do PS de gestão tripartida da edilidade, aceitou as ideias expostas pelos socialistas acerca do funcionamento de alguns serviços e propôs uma distribuição de pelouros pelos eleitos do PS, que incluem os pelouros do Plano Director Municipal, Lagoa de

Albufeira, Saúde, Ambiente, Protecção Civil, Pessoal e Trânsito, Transportes e Toponímia.

Esta decisão da CDU resulta da «postura de coerência» que sempre caracterizou a coligação, pois esta sempre defendeu a participação de todos os eleitos na gestão do município, tendo mesmo o presidente da Câmara distribuído, no princípio do mandato, pelouros e competências a todos eles.

Mas a nota, distribuída na quinta-feira passada, recorda que desde Janeiro de 1994, depois de os resultados eleitorais terem dado a vitória da CDU na Câmara e o mesmo número de eleitos do PS e CDU na Assembleia Municipal, os

socialista adoptaram uma postura que «demonstrou não querer qualquer partilha do poder que incluísse a CDU, mesmo nos órgãos onde esta foi a força mais votada, marginalizando-a, preterindo-a, pervertendo os resultados eleitorais».

A nota recorda o caso da Junta de Freguesia da Quinta do Conde (a CDU é a segunda força) onde existe uma «anti-relação» da Junta com o adjunto da Presidência e com o próprio Presidente, o que só tem prejudicado a Freguesia.

Por outro lado os vereadores socialistas não cumprem a lei e não prestam informação detalhada do exercício das suas funções ao presidente, o que levou este a

retirar o pelouro da Lagoa de Albufeira a um eleito do PS.

A CDU de Sesimbra acusa o PS de «irresponsabilidade» quando este decidiu a auto-suspensão dos pelouros (figura que nem existe) e de «desconfiança e má-fé» quando aprovou sózinho, na Assembleia Municipal, uma moção sobre um relatório do IGAT que «punha em causa a ética e a moral do presidente da Câmara».

Por fim os socialistas são também acusados de falta de solidariedade institucional ao absterem-se na votação do Plano de Actividades e Orçamento para 1995, depois de serem aceites as suas propostas.

Mobiliza-se a Juventude CDU

A Juventude da Coligação Democrática Unitária (CDU) realizou, no sábado, na Gartejo, em Lisboa, um Encontro-Convívio com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Um encontro iniciou-se com um debate sobre os principais problemas dos jovens e as propostas da CDU para os enfrentar. Seguiu-se depois a actuação de dois grupos musicais após o que Miguel Santinho, do executivo da Direcção Nacional da JCP, proferiu uma intervenção, antes da proferida por Carlos Carvalhas.

Figueira da Foz

Entretanto num convívio realizado no mesmo dia na Figueira da Foz, jovens comunistas, de «Os Verdes» e sem partido deu origem à formação de um núcleo de juventude CDU para a intervenção no concelho nas próximas eleições legislativas.

Os jovens presentes discutiram problemas económicos, sociais e ecológicos da actualidade, com destaque para as temáticas do desemprego, acesso ao ensino superior, reforma educativa e gravuras de Foz Côa.



Carlos Carvalhas esteve na Gartejo num Encontro da Juventude CDU

Artistas e intelectuais homenageiam Ary dos Santos

A homenagem ao «poeta da Revolução de Abril», definição que o próprio José Carlos Ary dos Santos gostava de adoptar, promovida no domingo passado na Voz do Operário, constituiu um assinalável êxito tanto em termos de público — lotação esgotada com pessoas a não poderem entrar — como em termos de espectáculo, dada a qualidade dos artistas presentes e do alinhamento do programa, apresentado por um Cândido Mota particularmente inspirado na recordação

de pequenos episódios que trouxeram à memória dos presentes os traços mais marcantes da personalidade do poeta homenageado.

Antes do espectáculo, o grupo de artistas, intelectuais e instituições (entre as quais a própria Voz do Operário) que lançou a iniciativa esteve, na parte da manhã, numa romagem ao cemitério de Alto de S. João. Aí, as centenas de pessoas presentes ouviram as palavras de recordação de Ary proferidas por José Casanova,

membro da Comissão Política do PCP.

Sob o signo «Poeta Castrado, Não!» esta homenagem incluiu ainda uma exposição fotobiográfica e uma sessão de poesia em café-concerto, à tarde, já na Voz do Operário e com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

No espectáculo participaram António Vitorino D'Almeida, Beatriz da Conceição, Cândido Mota, Canto e Castro, Carlos do Carmo, Fernando Correia,

Fernando Tordo, Maria Armanda, Olga Pratz, Opus Ensemble, Paulo de Carvalho e Simone de Oliveira.

O Opus Ensemble interpretou uma peça de homenagem a Ary dos Santos, composta por António Vitorino D'Almeida.

Durante o Café-Concerto, ocorreram momentos de poesia com a participação de Alvaro Faria, Fernanda Lapa, Henriqueta Maia, Laura Soveral, Maria do Céu Guerra, Mário Viegas, Morais e Castro, Rui Mendes e Varela Silva.



Ary dos Santos homenageado na Voz do Operário



Privatização da Telecom

O deputado comunista Alexandrino Saldanha voltou a pôr em causa a privatização da Telecom, por considerar que se trata de uma empresa estratégica para o país, num sector decisivo como é o das telecomunicações. A questão foi suscitada na sessão de pergunta ao Governo que preencheu a agenda plenária de sexta-feira, com o deputado do PCP a acusar o Governo de, no seu frenético esforço de querer "favorecer uma política de acelerada reconstituição do poder do grande capital", com isso acabar por provocar uma acentuada baixa da avaliação da empresa, que começou por ser entre 1.000 e 1.300 milhões de contos em 1992, baixou depois para os 650 milhões, falando-se agora em 475 milhões de contos. Ora é justamente esta derrapagem que suscita séria dúvidas à bancada comunista, que não entende do mesmo modo como é admissível - e esta foi outra das questões colocadas por Alexandrino Saldanha que não obteve uma esclarecimento cabal - que os consórcios avaliadores sejam os colocadores das acções nos mercados de capital e sejam eles próprios compradores dessas acções.

Por explicar pelo Governo ficou ainda a questão de saber por que razão não foram até ao momento adoptadas medidas no sentido de repor a legalidade democrática na Telecom, designadamente a aplicação do preceito constitucional de a "trabalho igual salário igual".

Ciência e Tecnologia

O deputado comunista Paulo Rodrigues acusou o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia de ser um órgão governamentalizado, sem relevância na sociedade portuguesa e sem influência significativa no percurso da Ciência e Tecnologia em Portugal. Estava-se no debate sobre o Decreto-Lei que reestrutura aquele órgão, recentemente chamado a plenário para ratificação. Para a bancada comunista, "longe de perspectivar qualquer mudança positiva", o diploma representa uma "situação de continuidade sob a aparência de algumas alterações". Significa isto - foi Paulo Rodrigues a lembrá-lo - que o Governo insiste num órgão governamentalizado, onde o peso de elementos directa ou indirectamente designados pelo Governo é excessivo, e em que as competências deveriam ser bastante mais alargadas. Detendo-se numa breve análise ao actual estado da Ciência e Tecnologia, Paulo Rodrigues caracterizou-o, no essencial, pela ausência de uma política neste domínio, pelo agravamento do fosso que separa Portugal dos países mais desenvolvidos, pelo muito baixo nível das actividades de C&T desenvolvidas pelas empresas, pela má utilização dos fundos comunitários, pela ausência de mecanismos de avaliação e pela governamentalização das decisões na área da Ciência e Tecnologia.

Estatuto Social do Bombeiro

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, a proposta de Lei que altera o Estatuto Social do Bombeiro, diploma que baixa agora à Comissão para o debate na especialidade.

Perante mais de uma centena de bombeiros, que assistiram ao debate a partir das galerias, as bancadas do PCP e do PS sublinharam faz hoje oito dias que o governo podia ter ido mais longe nesta iniciativa que estende a aplicação (embora não todas as regalias) do Estatuto aos membros dos órgãos sociais da Liga dos Bombeiros Portugueses.

A proposta de lei consagra o acesso a um "regime especial" da utilização de transportes públicos e a possibilidade de benefício de "esquemas de incentivo ao voluntariado", incluindo ainda a bonificação de tempos de serviço para efeitos de aposentação ou reforma.

Para António Filipe, que se pronunciou sobre esta matéria em nome da formação comunista, estas alterações ao Estatuto constituem do seu ponto de vista não propriamente um benefício, "mas tão-só um pequeno sinal

de reconhecimento" pelo "muito que os bombeiros nos dão abnegadamente, na sua maioria voluntariamente, com o risco das próprias vidas".

Daí que, na sua perspectiva, a extensão agora contemplada do Estatuto Social dos Bombeiros aos titulares dos corpos gerentes das associações de bombeiros deva ser acompanhada - e o compromisso assumido por António Filipe foi no sentido de apresentar esta proposta em sede de especialidade - pela aplicação a estes "bombeiros sem farda"



Os bombeiros desenvolvem uma acção meritória que cumpre reconhecer com actos e não apenas com palavras

de todas as regalias constantes do Estatuto.

Não faz sentido, pois, no entender da bancada comunista - que considera mesmo que se trata de uma grande injustiça -, que os dirigentes das associações de bombeiros não beneficiem do regime de bonificação em tempo para efeitos de aposenta-

ção ou reforma como é proposto para os demais bombeiros, bem como do regime de justificação de faltas ao serviço e do regime especial de utilização de transportes públicos.

Importa, por conseguinte, que os bombeiros sem farda sejam equiparados aos bombeiros fardados para todos os efeitos de

aplicação do Estatuto, do mesmo modo que há que consagrar - e esta é outra das propostas a levar por António Filipe ao debate na especialidade - a isenção de taxas moderadoras no acesso e utilização dos serviços hospitalares ou quaisquer outros no âmbito do SNS a todos os bombeiros.

Os atrasos da Justiça e o aumento da insegurança

A deputada comunista Odete Santos afirmou no Parlamento que grassa entre a população o sentimento de insegurança e intranquilidade e que os cidadãos sentem-se mais desprotegidos com o desaparecimento das esquadras. Estava-se na interpelação ao Governo agendada por iniciativa do CDS/PP com o tema da insegurança em pano de fundo, um debate que contou com a presença do ministro da Justiça, Laborinho Lúcio.

Na sua intervenção, o membro do Governo recusou a consagração de "uma política mais repressiva" para a pequena e média criminalidade, considerando "demagógica" a posição do CDS/PP de defender o aumento das penas.

progressão", apesar de reconhecer a diminuição dos crimes graves.

O deputado do PP atribuiu o aumento da criminalidade ao crescimento da toxicod dependência, em primeiro lugar, mas também à reforma das polícias e do sistema prisional, considerando que a cri-

nismos existentes nesta matéria entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Administração Interna, com o primeiro a enaltecer as cifras de redução da taxa de pendência dos processos crimes, e o segundo a culpabilizar as leis da Amnistia (por colocarem na rua aquilo a que se chama de delinquentes habituais) pelo aumento da criminalidade.

"Neste aspecto, o PSD, que desejava uma amnistia mais

ampla, tem de entender-se com o Ministro da Administração Interna", observou com ironia Odete Santos, que logo de seguida trouxe igualmente a lume a contradição protagonizada pelos mesmos dois ministérios, quando um refere que as medidas de coacção aplicadas pelos tribunais são brandas (gostariam de ver tantos presos preventivos quanto as detenções efectuadas), e o outro considera que é excessivo o número de pre-

sos preventivos e não se cansa de salientar "as virtualidades do sistema que prescreve a prisão preventiva como última medida".

"Neste passar de culpas quem sofre é o cidadão que se inquieta com a sua segurança, que se sente vítima desprotegida ou candidato a vítima e que sentindo mais vivamente o abandono a que é votado na altura em que a sentença é lida, manifesta a sua indignação que se abate ao fim e ao cabo sobre a



A Justiça é tardia

"Vale a pena viver uma solidariedade activa", disse Laborinho Lúcio, recordando os casos de jovens toxicod dependentes em recuperação (muitas vezes responsáveis pela baixa criminalidade) que não merecem ser punidos mais severamente.

Na abertura do debate, o líder parlamentar do CDS/PP, Narana Coissoró, referindo-se ao fenómeno da criminalidade sublinhou que este, "em vez de retroceder mostra teimosamente sinais de

ação das superesquadras constituiu "um fracasso previsível" e que "ajudou unicamente a que a sensação de insegurança das populações aumentasse".

Odete Santos, citando o relatório de Segurança Interna, lembrou por seu turno que "a Justiça é tardia" e que isso "contribui para aumentar o sentimento de impunidade, criar insegurança e contribuir para o aumento da criminalidade".

Evidenciados pela parlamentar comunista foram ainda os antago-

Novos dados sobre Camarate

O presidente da Comissão de Inquérito parlamentar do Acidente de Camarate, Pedro Roseta, considerou "extremamente importantes e positivos" os depoimentos de Jack Crane e Luis Concheiro, especialistas que se pronunciaram sobre o relatório da autópsia de Sá Carneiro, uma das vítimas da queda do "Cessna" em Dezembro de 1980, e as radiografias dos pés do piloto e do co-piloto do avião.

O deputado confirmou, por outro lado, que "muito aponta" para que os fragmentos metálicos detectados nos pés do piloto tenham tido origem na explosão de um engenho.

Pedro Roseta advertiu, no entanto, que as conclusões só serão tiradas pela comissão após a elaboração do relatório, lembrando ainda que um dos peritos ouvidos, Jack Crane, tem uma larga experiência e teve "alguns casos semelhantes".

Jack Crane, um perito da Universidade de Belfast, terá admitido, faz hoje oito dias na Comissão de Inquérito a Camarate, que os referidos fragmentos não poderiam resultar do impacto da queda do "Cessna", defendendo que este caso corresponde "ao padrão de uma explosão".

O especialista da Universidade de Belfast corrobora o relatório do Laboratório de Polí-

cia Científica, confirmado depois por peritos de dois laboratórios britânicos, que concluíra já pela detecção de substâncias explosivas numa peça do avião.

Entretanto, a Comissão parlamentar de Inquérito ao Acidente de Camarate admite voltar a chamar algumas das testemunhas, para acareação, face a depoimentos contraditórios produzidos nas últimas semanas.

José Esteves, que na semana passada voltou a negar qualquer envolvimento no acidente com o avião "Cessna" onde viajava o então Primeiro-Ministro Sá Carneiro, e outra testemunha, um detido no Porto, é uma das hipóteses de acareação admitida pelos deputados da V Comissão de Inquérito.

Outra das possibilidades, que terá ainda de ser debatida na comissão, é ouvir, em conjunto, agentes e oficiais da GNR, já que também existem depoimentos contraditórios acerca de uma operação nessa noite na zona em que se despenhou o avião.

Um elemento da GNR, ainda no activo, testemunhou há três semanas que agentes daquela corporação haviam colaborado na operação de detecção e remoção de destroços, vindo depois a constatar-se que não existia qualquer relatório sobre essa operação.



Há que reduzir o limite máximo das despesas em campanhas eleitorais

Transparência na vida política

A Comissão Eventual para a "transparência na vida política" vai reunir a um "ritmo intenso, sem restrições" e não vai abordar a revisão do estatuto remuneratório dos titulares de cargos públicos, decidiram os seus participantes, na primeira reunião efectuada na semana transacta na Assembleia da República.

Para hoje, de manhã, está prevista nova reunião, onde será votado o regulamento e definida a metodologia, devendo também ser decidido se os trabalhos podem ser abertos à comunicação social.

Com um prazo até ao fim de Maio para terminar os trabalhos, com vista a que as medidas sejam votadas em plenário até final da Legislatura, o consenso entre os grupos parlamentares vai no sentido de se trabalhar em ritmo intenso, "à tarde e à noite".

Presidida por Alberto Martins, a mesa eleita da comissão tem como vice-presidente Rui Carp e como secretários João Amaral e José Cesário.

considerando o CDS/PP e o PCP "imprescindíveis".

O presidente da formação comunista, por sua vez, comentando as palavras de Silva Marques, sublinhou que "mesmo que o PSD quisesse excluir o PCP, não conseguiria", recordando a propósito que "as batalhas pela ética e transparência são antigas, muito anteriores à proposta do líder do PSD".

Batalha antiga

O tema da transparência política foi entretanto tema em debate numa das sessões plenárias da semana finda a partir de uma intervenção do líder da bancada do PSD, Silva Marques, em que propôs a celebração do que designou por "pacto parlamentar" sobre as questões da ética e transparência da vida política que elimine "as disputas verbais inúteis e desnecessárias".

Os partidos da oposição manifestaram abertura para a celebração do Pacto, mas voltaram a desafiar o PSD a apresentar as suas propostas sobre o chamado "pacote da transparência".

Jaime Gama, do PS, pediu a Silva Marques para "clarificar um ponto fulcral" da sua intervenção e dizer à Câmara quais são as propostas do PSD sobre a ética e transparência da vida política.

O líder parlamentar centrista, Narana Coissoró, inquiriu Silva Marques sobre a notícia divulgada nesse mesmo dia por uma rádio de que o PSD pretendia excluir o PCP e o CDS/PP do consenso quanto ao debate da transparência, mas o presidente da bancada do PSD negou.

"Nós não queremos excluir ninguém", assegurou Silva Marques, afirmando que tal notícia não foi mais do que "um boato" e

PCP reapresenta projectos

No âmbito dos trabalhos da Comissão Eventual para estudar as matérias relativas às questões da ética e da transparência das instituições, o Grupo Parlamentar do PCP reapresentou entretanto dois projectos de lei que consubstanciam o essencial das propostas dos comunistas no sentido de garantir uma maior transparência na vida política nacional.

Um dos diplomas, no seu articulado, define um conjunto de propostas sobre o reforço do controlo público da riqueza e das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos.

Nos seus objectivos, o projecto visa tornar acessível a todos os cidadãos o teor das declarações, prevendo simultaneamente, por um lado, a afectiva punição dos que não cumprem a obrigação de declaração ou prestem falsas declarações, e, por outro, a incumbência à Procuradoria-Geral da República da iniciativa de analisar as declarações.

O outro diploma refere-se à proibição de financiamento de partidos políticos e da campanhas eleitorais por empresas, bem como à redução do limite máximo das despesas em campanhas eleitorais.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Alterações à Lei de Defesa Nacional Uma perigosa ingerência nas Forças Armadas

A Assembleia da República aprovou, por maioria qualificada, faz hoje uma semana, a proposta de lei que altera a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. Por se tratar de uma lei orgânica, e como tal exigir uma maioria de dois terços, o diploma governamental só passou em votação final global porque contou com os votos do PSD, PS e CDS/PP. Contra, votaram os deputados do PCP, do Partido "Os Verdes" e o independente Raul de Castro.

Ao modificar o sistema de nomeação das chefias militares - o objectivo central desta proposta - o Governo e o Ministro da Defesa concentram em si mais poderes e mais formas de interferência e ingerência nas Forças Armadas.

Concretamente, ao pretender acabar com a intervenção da Instituição Militar no processo de escolha, auto-reservando para si o papel de escolha, como chamou a atenção o deputado comunista João Amaral, o Governo privilegia critérios político-partidários, limita a autonomia das Forças Armadas e desvirtua a seu favor a aplicação dos princípios de imparcialidade e neutralidade a que elas estão constitucionalmente sujeitas.

No sistema proposto, realce merece ainda o facto de o Governo cortar a ligação do Presidente da República à Instituição Militar, reservando para si o papel de única fonte das propostas, bem como a diminuição de competências específicas das Chefias Militares

res e do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

em favor, no geral, do Ministro da Defesa.

Nos seus objectivos, como bem sublinhou João Amaral, esta proposta é, pois, indissociável do propósito de "governamentalização e partidarização das Forças Armadas" assumido pelo anterior ministro da Defesa, Fernando Nogueira.

O que está em causa, por conseguinte - foi João Amaral a frisá-lo - é a própria neutralidade das Forças Armadas, é a perda das suas características de

autonomia funcional e técnica que garantiam o seu rigoroso apartidarismo e a sua colocação ao serviço do povo português.

"Esta alteração legislativa, de largo alcance, é uma alteração que configura um traço essencial da política de defesa nacional do Governo PSD que tem a nossa clara e frontal oposição", sublinhou João Amaral, antes de observar que as "Forças Armadas não são o braço armado do Governo, nem uma qualquer direcção-geral".



O PSD persegue o objectivo de governamentalizar e partidarizar as Forças Armadas

Privatização dos Cartórios Notariais Quem perde são os cidadãos

A Assembleia da República apreciou faz hoje oito dias um diploma governamental que, ao introduzir transformações no Estatuto do Notariado, prevê a privatização dos Cartórios Notariais. Com as alterações propostas, muitas dúvidas e reservas persistem sobre os méritos da iniciativa, designadamente sobre as vantagens que poderão advir para o cidadão comum.

A questão essencial reside, desde logo, como tratou de chamar a atenção a deputada comunista Odete Santos, no facto de qualquer alteração (a um sistema reconhecido como razoável mas a que faltou, devido ao laxismo do Governo, a adequada modernização em meios técnicos e humanos) dever ser abordada à luz da satisfação dos interesses e direitos dos cidadãos e não apenas, como sucede na proposta de lei, subordinada aos interesses da classe empresarial.

Ora a verdade é que da aplicação desta reforma nada permite concluir - e contrariamente ao que o Ministério da Justiça pretende fazer crer -, que o cidadão venha a ter mais cartórios ao seu dispor, veja diminuídos os custos dos actos notariais ou venha a ter uma qualidade acrescida dos serviços.

À deputada comunista não escapou a fatura de tanta benesse governamental no interesse público, levando-a a inquirir sobre este último ponto sobre qual o motivo, então, por que "não melhorou o Ministério da Justiça os serviços, se é certo que no

cômputo global, apesar de haver cartórios deficitários, o Serviço de Notariado produz rendimentos da ordem dos 30 milhões de contos por ano".

Mas o fundamental da questão, do ponto de vista da parlamentar comunista, reside no facto de o modelo agora proposto prejudicar o cidadão de mais fracos recursos, criar problemas de repartição geográfica na oferta notarial (mais Notários em Lisboa e Porto e menos nos concelhos onde a actividade seja deficitária), e aparecer claramente gizado à medida de grandes interesses económicos que passarão a dispor do seu Notariado privado.

Neste contexto, para Odete Santos - e esta foi uma das críticas que formulou -, o Estado demite-se de cumprir o dever de garantir a certeza e a segurança jurídica em certas relações entre os cidadãos, agindo simultaneamente de forma ruínosa relativamente às próprias receitas do Ministério da Justiça ao prescindir de vultuosos rendimentos fornecidos pelos serviços notariais.

A deputada do PCP chamou ainda a atenção para a situação em que ficam os actuais Notários e os funcionários notariais, com um futuro incerto de onde não está excluído o preenchimento de um quadro excedentário, a opção forçada por um Cartório privado ou a deslocação para outra localidade com a instabilidade daí decorrente para os próprios e suas famílias.

Auxílio de urgência pedido a Bruxelas por deputados comunistas

As graves repercussões que se fazem sentir em várias zonas do País em consequência de condições climáticas anormais, levaram os eurodeputados comunistas portugueses a apresentar a Bruxelas, no passado dia 28 de Abril, um pedido de auxílio de emergência de três milhões de contos para as zonas mais afectadas.

Na proposta de resolução apresentada em nome do Grupo Confederal de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, os eurodeputados do PCP, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo, dão a conhecer as excepcionais condições climáticas que se têm observado nos últimos meses em Portugal, com ausência total de chuvas normais na época numas regiões, e com queda de geadas noutras, fazendo notar que tais condições provocaram já "cortes no abastecimento de água a populações e perda total de algumas produções essenciais para gran-

des zonas do país". Em particular, a exposição reporta-se ao caso do Alentejo, assinando a falta de água e a destruição de vinhas devido à geadas, bem como à Beira Interior e Alto Douro (realçando os casos de Castelo Branco e Moimenta da Beira), onde a geadas destruiu pomares e vinhas, sublinhando que nas referidas regiões se vivem hoje "verdadeiras situações de catástrofe".

É face à gravidade da situação que os eurodeputados solicitam "à Comissão que disponibilize meios para auxílio de emergência, para aplicação imediata, simplificando

o mais possível procedimentos burocráticos". A proposta, a apreciar na próxima sessão do Parlamento Europeu, estima que a dimensão dos dados já verificados e previstos leva à necessidade de disponibilização urgente de, pelo menos, três milhões de contos.

Segundo os eurodeputados, esse auxílio urgente de emergência deverá ser concretizado "através de formas expeditas de colaboração da Comissão com o Governo português e com as autoridades locais e regionais, particularmente com as autarquias que estão a fazer frente a situações de rotura económica e social".

É de salientar que a proposta de resolução a que nos vimos reportando está aberta à subscrição por outros deputados, nomeadamente os deputados portugueses eleitos por outros partidos.

Entretanto, e ainda relacionado com os prejuízos causados pela seca e geadas, bem como os desastres ecológicos que se vêm registando no País (como sucedeu recentemente na rede do Lis, em Leiria), em consequência da utilização de herbicidas nalgumas culturas, nas actuais condições, os eurodeputados Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro questionaram a Comissão. Pretendem os deputados saber "se não seria oportuno" que aquele organismo procurasse "informar-se da situação e dos riscos que dela derivam e tomar uma posição de alerta e prevenção, à luz da competência comunitária de conservação e preservação do ambiente e da prevenção e reparação de situações de desastre ecológico". Não será certamente por falta de informação que a Comissão deixará de actuar.

Rios Ibéricos

Um debate a prosseguir

A propósito do debate sobre os rios ibéricos, promovido pelos eurodeputados do PCP e da IU (Izquierda Unida), o gabinete de apoio aos deputados comunistas no Parlamento Europeu divulgou o comunicado que a seguir se transcreve na íntegra:

No "Encontro Hispano-Português sobre a Situação dos Rios Ibéricos", realizado em Toledo, a 21 e 22 de Abril, no edifício das Cortes de Castilla-La Mancha, as componentes espanhola (Esquerda Unida) e portuguesa (Partido Comunista Português) do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GCEUE/EVN) do Parlamento Europeu, promoveram um debate sobre as bacias dos rios comuns aos dois países, e planos de bacia e hidrológicos nacionais.

Esse debate foi apoiado em participações de especialistas portugueses e espanhóis, que sublinharam a importância das bacias do Douro, Tejo e Guadiana, as maiores bacias internacionais da União Europeia, sendo a do Douro a maior da Península Ibérica. Essas participações, diversificadas e de grande nível técnico, passaram a constituir documentação relevante no processo de informação, esclarecimento e debate público em que as duas componentes políticas do Grupo CEUE/EVN estão empenhadas.

Foi referida a Directiva da União Europeia segundo a qual, antes do ano 2000, deverão depurar-se todas as águas residuais das povoações com mais de 15.000 habitantes e antes de 2005 as de mais de 1.000, em confronto com a situação em Espanha em que mais de 40 por cento das águas residuais não têm qualquer tipo de depuração nos caudais, com reflexo agravador na situação em Portugal que é, já de si, bem pior.

Os participantes no Encontro reforçaram a sua convicção de que só uma estratégia global, quer a nível regional, nacional, ou bi-nacional e a nível comunitário, pode travar e inflectir a perigosa evolução que se está a observar no que respeita aos recursos hídricos, com reflexos muito preocupantes e perigosos relativamente a um desenvolvimento equilibrado e que tenha em atenção privilegiada a vertente ambiental.

Foram apontadas algumas questões e propostas concretas:

- recusa do dogma do modelo de crescimento, questionando-o;
- restauração da florestação com espécies autóctones;
- particular atenção à qualidade da água;
- racionalização dos consumos;
- revisão, alteração e controlo dos regadios;
- evitar perda de água nas redes;
- promoção e adopção de técnicas de cultivo poupadoras de água;
- reciclagem e reutilização de águas do regadio e turismo.

Também foi proposto e decidido estimular acções institucionais, a nível regional (promovendo a articulação intra e inter-regional), nacional (desburocratizando a gestão e tornando-a efectivamente participada), bi-nacional (defendendo a informação, a coordenação, e o princípio de convénios adequados às situações), também comunitário, como tradução estratégica privilegiando a defesa, a todos os níveis, dos objectivos da coesão económica e social e do equilíbrio ambiental.

Relativamente ao Parlamento Europeu, os deputados presentes comprometeram-se, a exemplo do que já fizeram antes, a concretizar iniciativas, alargando-as a deputados de outros grupos, como também o procuraram fazer no passado. Essas iniciativas procurarão promover tomadas de posição do PE, enquanto instituição, e junto da Comissão e do Conselho.

Foi manifestada a inquietação com o Plano Hidrológico Espanhol e as suas consequências ambientais em Portugal (cujos recursos hídricos provêm em 40 por cento de Espanha). Nessa matéria foi considerada a necessidade de estreita articulação dos dois países na gestão de recursos hídricos internacionais e de um Plano Hidrológico Português com compatibilização de ambos no quadro da defesa dos interesses bilaterais e do ambiente.

Ficou decidido continuar este encontro com um outro, a realizar em Portugal, em princípio no distrito de Portalegre, em 16 e 17 de Junho próximos.

Lisboa, 24 de Abril de 1995

NOGUEIRA PROTESTA

O líder do PSD, Fernando Nogueira, foi na quinta-feira passada a Bruxelas protestar junto do presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, contra o financiamento pela União do plano hidrológico espanhol, alegando que atenta contra os interesses portugueses, informou a Agência Lusa.

De acordo com a insólita notícia - é bom lembrar que Nogueira foi até há bem pouco tempo membro do Governo e nunca se manifestou preocupado com o assunto -, o presidente do PSD foi alertar Santer para o facto de a União Europeia estar a financiar projectos de um plano que carece do acordo de um dos países directamente interessados - Portugal.

O súbito despertar de Fernando Nogueira para a questão dos recursos hídricos, como sucede de resto com a ministra do Ambiente, Teresa Patrício Gouveia, é tanto mais estranho quanto se sabe que, durante meses e meses, o Governo não se cansou de afirmar que a situação estava sob controlo, e de garantir que as autoridades espanholas nada fariam sem informação prévia às suas congéneres portuguesas. Contradições do PSD em fase de 'oposição' a si próprio, como convém em véspera de eleições.

RUANDA

O Comité da Migração, Refugiados e Demografia (CMRD) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (CE) declarou-se "horrorizado" com os acontecimentos registados a 22 de Abril no campo de refugiados ruandês de Kibeho.

Segundo um comunicado divulgado pela Agência Lusa, na sequência de uma reunião realizada quinta-feira passada em Estrasburgo, os parlamentares do CE pediram às autoridades ruandesas que de futuro impeçam a ocorrência de tais "atrocidades e violações dos Direitos Humanos", e exortaram o governo de Kigali (dominado pela minoria tutsi) a melhorar as condições de vida dos desalojados ruandeses, na sua maioria hutus, e dos milhares de detidos concentrados nas prisões superlotadas do país, suspeitos de participação no massacre de civis tutsis perpetrado em 1994.

No seu comunicado, os parlamentares europeus apelam ainda para que os governos dos Estados membros do Conselho da Europa façam "tudo o que estiver ao seu alcance" para "estabelecer a segurança, fornecer a assistência humanitária e assegurar o envio de um número suficiente de observadores internacionais dos Direitos Humanos" para o Ruanda. Segundo o CE, o processo de reconciliação e reconstrução "daquele país africano, que implica, nomeadamente, o regresso dos cerca de dois milhões de refugiados que ainda se encontram nos países vizinhos, não poderá concretizar-se enquanto não cessarem "os actos de vingança".

INFLAÇÃO AUMENTA

A inflação acelerou no fim do primeiro trimestre na União Europeia, situando-se a subida de preços em relação a igual mês do ano passado em 3,3 por cento em média dos 15 Estados membros, segundo dados do departamento de estatísticas comunitário (Eurostat).

O valor de Março está ligeiramente acima dos 3,2 por cento de inflação homóloga registados em Fevereiro em média na UE, acrescenta.

O Eurostat assinala que esta evolução reflecte principalmente o crescimento da inflação homóloga em Itália, Portugal e Espanha nos três primeiros meses de 1995.

Segundo o departamento de estatísticas comunitário, as mais baixas taxas de inflação homóloga registaram-se na Bélgica e Finlândia, ambas com 1,7 por cento, e na França (1,8 por cento). Na Grécia, aquele indicador situou-se em 10,3 por cento.

PRONORTE

Eventuais alterações ao regulamento do subprograma Pronorte, levaram o eurodeputado Honório Novo a questionar a Comissão Europeia. Após recordar que, à luz do regulamento em vigor, 60 por cento das verbas inscritas no referido programa se destinariam às 18 cidades consideradas médias na região Norte do País, desde que tivessem aprovado o respectivo Plano Estratégico", o eurodeputado dá conta de notícias vindas a público sobre alterações ao regulamento que, no essencial, privam as referidas cidades de cerca de 10 milhões de contos do financiamento global previsto para o período de 1994/1999. Estando agendada para o próximo dia 9 de Maio a análise de candidaturas com base nessas alterações, pergunta o eurodeputado: "A Comissão conhece e vai aceitar as alterações do Regulamento do Subprograma B do Pronorte? Em caso negativo, tenciona intervir para impedir ainda a selecção de candidaturas previstas para 9 de Maio com base nas referidas alterações? Tem a Comissão consciência de que, a serem aceites tais alterações, será afectado o princípio político, tantas vezes afirmado, de promover a desenvolvimento de pólos regionais que contrariem a excessiva concentração urbana?" Resta esperar que a resposta chegue em tempo útil.

EXEMPLOS

Depois de o Canadá ter conseguido quase quintuplicar as suas quotas de pesca, em relação ao anterior acordo NAFO, e estendido a sua zona de jurisdição para além das 200 milhas da Zona Económica Exclusiva (ZEE), legítimo se toma concluir que a violação do direito internacional compensa. A esta conclusão estão já a chegar outros países, como é o caso do Chile e da Argentina, que querem regulamentar as zonas até às 400 milhas da sua costa. Depois do exemplo do Canadá, não se vê porque não o hão-de fazer. Ou há moralidade...

Vietname

Vinte anos depois da vitória a batalha do desenvolvimento

O Vietname recordou os seus três milhões de mortos no conflito com os Estados Unidos, reiterando nesta ocasião o empenho em ganhar uma outra guerra, a do desenvolvimento.

Na véspera das cerimónias comemorativas do vigésimo aniversário da conquista de Saigão e da reunificação do país, o primeiro-ministro Vo Van Kiet, discursando em

Hanoi, apontou a vitória alcançada sobre a intervenção norte-americana como estímulo para uma política de renovação económica que se deseja bem sucedida para "fazer sair o país da pobreza".

"A vitória das forças armadas vietnamitas na Primavera de 1975 entrou para sempre na nossa história", sublinhou Vo Van Kiet, em sessão solene no

palácio da Amizade vietnamita-soviética, em Hanoi.

"Mais do que nunca é preciso que todos os vietnamitas se unam, desenvolvendo todos os esforços conducentes à prosperidade do país. Devemos prestar particular atenção às novas gerações para a tarefa que nos espera na construção e defesa do Vietname", acrescentou, evocando a herança do "tio Ho".

O primeiro-ministro convidou igualmente os dois milhões de "Viet Kieu" - os vietnamitas radicados no estrangeiro - a participarem "na construção do país devastado por quase um século de dominação colonial e por guerras desencadeadas pelas forças de agressão estrangeiras".

Insistindo na "solidariedade nacional" sem "discriminações de ordem social ou reli-

giosa", Kiet prometeu que o Vietname prosseguirá da maneira mais radical e global a sua "política de abertura" ao resto do mundo e apelou a uma mais vigorosa luta contra os "fenómenos negativos" da sociedade e as "fraquezas" da economia cujo desenvolvimento - disse - é significativamente peado "pela burocracia, pela corrupção e pela má gestão do Estado".

PCP saúda comunistas vietnamitas

Por ocasião da vitória do povo vietnamita na guerra de libertação contra a intervenção norte-americana, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista do Vietnam a mensagem que transcrevemos.

"Por ocasião do 20º aniversário da vitória definitiva do povo vietnamita sobre a bárbara guerra de agressão do imperialismo norte-americano, os comunistas portugueses dirigem-vos as mais calorosas saudações fraternais e os votos mais sinceros de pleno sucesso nas vossas tarefas actuais de desenvolvimento do Vietnam socialista.

"A longa luta libertadora do povo vietnamita, dirigida pelo partido Comunista do Vietnam, sucessivamente contra a dominação colonial francesa, a ocupação fascista japonesa e a agressão imperialista norte-americana, inspirou gerações de combatentes pela emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos no mundo inteiro. A histórica vitória de 30 de Abril de 1975 foi antes de tudo a vitória do heróico povo vietnamita. Mas é justamente celebrada também como uma vitória da solidariedade internacionalista contra o imperialismo e pela paz e o progresso social.

"É com essa mesma solidariedade internacionalista que hoje os comunistas portugueses seguem atentamente a política e o trabalho dos comunistas e do povo do Vietnam para incentivar o desenvolvimento e renovação do socialismo, melhorar as condições de vida de todo o povo, garantir a independência e soberania da sua Pátria. Saudando os vossos êxitos nesse caminho, manifestamo-vos o nosso firme desejo de manter e desenvolver os tradicionais laços de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos."

Jerusalém

Israel prossegue política de colonização

Dirigentes palestinos condenaram as autoridades israelitas por confiscarem terras pertencentes aos árabes na zona de Jerusalém-leste, qualificando o facto como "uma forma extrema de terrorismo".

"A política de facto consumado em relação às actividades dos colonatos em Jerusalém e noutras partes constitui uma forma extrema de terrorismo dirigido contra o povo palestino", disse Saab Erekat, o chefe da delegação palestina nas negociações com Israel.

"Com estas acções, Israel procura abrir o caminho para expulsar de Jerusalém os palestinos", denunciou Erekat após a reunião semanal do gabinete palestino.

O Primeiro-Ministro israelita, Yitzhak Rabin, anunciou a vontade de prosseguir a colonização judaica de Jerusalém, assumindo a responsabilidade pela confiscação, em Abril, de 53 hectares de terras na zona oriental da cidade santa, a mais importante dos últimos 15 anos.

O conjunto de Jerusalém foi proclamado capital unificada de

Israel, mas a OLP considera o sector oriental da cidade como a capital de um futuro Estado palestino.

Cerca de 160.000 judeus residem numa cintura de 10 novos bairros em Jerusalém-Oriental - quase metade da população do sector.

A municipalidade israelita recebeu "luz verde" para construir 2.500 novas residências no novo bairro judaico de Har Homa, na parte oriental da cidade, principalmente sobre terrenos palestinos expropriados no passado.

As negociações para a determinação do estatuto final de Jerusalém estão apazadas para Maio de 1996, mas no início da semana Israel confiscou 140 acres de terrenos em duas zonas árabes de Jerusalém-leste para aí construir bairros judaicos.

Na sequência da confiscação, o presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, decidiu formar um comité presidido por ele próprio, com o objectivo de "confrontar no terreno as acções das autoridades israelitas e preservar a identidade árabe-palestina de Jerusalém".

Bolívia
Governo decreta estado de sítio

A Central Operária Boliviana (COB) suspenderá os movimentos de protesto e o governo boliviano libertará todos os dirigentes sindicais detidos, segundo acordo anunciado pelas duas partes.

O acordo foi assinado em La Paz, depois de prolongada reunião à porta fechada mediada pela igreja católica. Nela participaram vários ministros e os principais líderes da COB que se encontravam na clandestinidade, depois das detenções de outros dirigentes sindicais.

O governo anunciou no entanto que manterá em vigor o estado de sítio decretado no passado dia 18.

O acordo, ou "acta de entendimento", tem por objectivo a continuação das negociações entre o governo e a COB, interrompidas com o decreto de estado de sítio e detenção de centenas de dirigentes sindicais, entre eles o secretário executivo da central operária, Oscar Salas.

Este o último desenvolvimento da situação na Bolívia, depois da declaração do estado de sítio e a prisão de centenas de sindicalistas, como resposta ao ascenso da luta popular contra as graves consequências sociais da aplicação de políticas económicas neoliberais.

Em fins do mês de Abril, o presidente Gonzalo Sanchez de Lozada decretou o estado de sítio (o quarto nos últimos dez anos) em todo o país, pelo período de 90 dias. Uma medida agravada ainda com o recolher obrigatório. As liberdades cívicas foram suspensas, proibidas as manifestações de rua e reuniões de carácter político, sindical ou associativo.

Estas medidas repressivas vêm na sequência da luta dos professores, que se desenvolve há cerca de dois meses, e se traduz numa greve que mobiliza 80.000 professores. Outras formas de luta têm vindo também a ser utilizadas - manifestações de rua quotidianas, greves de fome, actos simbólicos de crucificação.

À luta dos professores, alvo de brutal repressão em Março passado, vieram juntar-se, ao apelo da COB, outros sectores de trabalhadores, como os mineiros, os trabalhadores da saúde e da função pública. Como reivindicação comum, exigem melhores salários e manifestam-se contra as privatizações promovidas pelo actual governo.

No momento em que foi decretado o estado de sítio, estavam em curso negociações tendentes a um possível acordo. Mediadora do encontro, a igreja católica avançou entretanto a denúncia de que o país "está em vias de cair num perigoso jogo de massacre da democracia".

A Bolívia é um país extremamente pobre, com 60% da população a viver abaixo do limiar da pobreza e uma percentagem de desemprego da ordem dos 21 por cento. 20,5% da população é analfabeta e a taxa de mortalidade infantil é particularmente elevada - 85 por 1.000.

A situação socioeconómica e política do país é marcada pelo cultivo de coca - com tudo o que tal produção implica em termos de peso dos traficantes de droga, violência, assassinatos, ameaças de intervenção estrangeira, mais concretamente dos Estados Unidos, confrontos entre o exército e camponeses a quem de facto não são criadas condições reais para produções alternativas.

Grã-Bretanha

Um dos sindicatos que defendem os interesses das enfermeiras britânicas, reunido em congresso anual, decidiu abandonar um preceito interno que impedia há 24 anos as suas filiadas de entrarem em greve.

A decisão da "Community and District Nurses Association" (5.000 membros em todo o país), tomada pela esmagadora maioria de 98 por cento das votantes, traduz o descontentamento das enfermeiras face às restrições orçamentais do governo que implicam designadamente baixas de efectivos e o encerramento de hospitais.

OMS

A SIDA é a epidemia que se propaga mais rapidamente a nível mundial e o tabagismo está a tornar-se na principal causa individual e evitável de morte, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

O documento da OMS aponta, por outro lado, a pobreza como a principal causa de morte e diz que 99 por cento de todas as doenças transmissíveis ocorrem no mundo em desenvolvimento. Porém, o quadro não é totalmente negro: nos últimos 15 anos a mortalidade infantil diminuiu em 25 por cento e a esperança de vida a nível mundial aumentou para uma média de 65 anos, disse este responsável da OMS.

Mafia

O julgamento dos presumíveis assassinos do juiz antimafia Giovanni Falcone, considerado o processo do século, começou em Caltanissetta (Sicília), depois de adiado por duas vezes. No banco dos réus estarão o "padrinho dos padrinhos" da mafia, Tótó Riina, e mais 40 arguidos, alguns figuras de destaque na Cosa Nostra, como Nitto Santapaola e Leonardo Bagrella.

O processo deverá prolongar-se por mais de um ano. O assassinio ocorreu em 23 de Maio de 1992 e causou a morte de Falcone, da mulher, Francesca Morvillo, também magistrada, e três guarda-costas.

Para além dos autores de um crime que abalou a Itália, neste julgamento estarão também no banco dos réus as relações complexas entre o mundo político italiano e a mafia. O julgamento não irá ser fácil porque, para além de alegadas intimidações aos próprios juizes do processo, muitas testemunhas poderão ter medo de depor devido a ameaças de represálias.

China

Mais de 3,2 milhões de pessoas de várias regiões da China e do estrangeiro vivem e trabalham em Pequim, segundo inquérito divulgado pela imprensa na capital chinesa.

Pequim, que tal como Xangai e Tianjin constitui um distrito especial da China, tem mais de onze milhões de habitantes, excluindo-se a população flutuante que em muitos casos se torna residente permanente.

Dos 3,295 milhões de população flutuante de Pequim, 2,380 milhões estão dispersos pelos oito distritos urbanos e suburbanos da cidade, dado que trabalham a 75 por cento na agricultura, nas indústrias, na construção, nos transportes e no comércio e serviços. Do total, 81 por cento tem entre 15 e 45 anos e 79 por cento é camponês.

Abiel Prieto, deputado da Assembleia Nacional Cubana, membro do Conselho de Estado da República de Cuba e da Comissão Política do Partido Comunista Cubano - recentemente entre nós - é antes do mais um homem ligado à vida cultural do seu país, autor de diversos livros de contos e ensaios.

E a nossa entrevista - dificilmente inserida num programa sobrecarregado - começou justamente pela situação da cultura na Cuba destes dias de dificuldades, e de uma crise que parece dar os primeiros sinais de uma possível superação.

Neste momento vivemos, na área da cultura, o paradoxo de um grande crescimento do talento criador, de par de grandes limitações de recursos.

Há pessoas de diferentes gerações com muito talento, com uma boa formação profissional, graças ao sistema de ensino de artes. E isto em todas as formas de expressão artística. Na música - vive-se agora um grande momento da música cubana. Nas artes plásticas, em que se registou também um salto. Na literatura. Na dança. No teatro. Pode-se dizer que, em geral, há um movimento de muita gente, jovem e menos jovem, de diversas gerações, com múltiplas mensagens artísticas para expressar.

E o paradoxo - ou a contradição - é que, precisamente neste momento, temos grandes limitações de recursos materiais.

Temos a crise no livro. Com o problema do papel, a produção de livros é mínima. E muitos jovens talentos defrontam assim obstáculos acrescidos. Apostamos na sua divulgação através das revistas. Mas é naturalmente insuficiente.

Nas artes plásticas há dificuldades na aquisição dos materiais para a criação - pincéis, acrílicos, cartolinas. Também na música se fazem sentir muitas dificuldades na compra de instrumentos. No cinema, a própria película virgem é difícil de arranjar. Uma série de problemas que temos que enfrentar.

Neste momento estamos a tentar algumas experiências de comercialização da arte, no mercado internacional. Combinando estas experiências com formas socialistas de subvenção e apoio às manifestações artísticas - que necessariamente terão de ser protegidas.

Temos registado alguns êxitos - para já ainda limitados - na difusão internacional da música popular. Estamos também a comercializar as artes plásticas cubanas - um ponto em que o bloqueio não se aplica, não apenas em relação ao mercado europeu, mas ao próprio mercado norte-americano. E nos Estados Unidos há um grande interesse pelas artes plásticas cubanas.

Com os fundos obtidos com a venda de obras de arte, estamos a financiar a rede de museus, a rede de bibliotecas, as Casas de Cultura, o sistema de ensino público. Estamos ainda a financiar a produção de livros. E a proteger a arte experimental - no necessário apoio aos jovens que estão a trabalhar numa linha experimental - pois as leis do mercado artístico tendem a deformar a criação.

A introdução do factor lucro na esfera cultural não envolverá os seus riscos?

Sempre considerámos a esfera da cultura como a da educação ou da saúde. Ou seja - não relacionada com nenhum mecanismo de mercado. Entretanto as circunstâncias levaram-nos a utilizar o mercado artístico como forma de obtenção de fundos. Precisamente para proteger a própria vida artística, pois não é possível o autofinanciamento nesta área. E desde já com alguns êxitos.

No cinema, por exemplo, temos uma produção nacional muito aceitável. Estamos agora a recorrer à co-produção. Contactamos com produtores estrangeiros que estejam interessados em produzir em Cuba, em particular companhias europeias. Fazemos assim filmes baratos. Não se trata de grandes obras. Mas desta forma estamos a tentar proteger o cinema nacional. Mesmo assim, a produção de cinema cubano tem vindo a ser muito limitada.

Penso que em geral as pessoas sentem que há pontos essenciais em que a igualdade não pode ser posta em causa - a saúde, a educação, a cultura, a segurança social. Isso é muito importante. As pessoas sabem que, se o filho de um camponês rico adoecer irá ser tratado da mesma forma que o filho de um operário.

Mas há sempre a oportunidade de entrar para outro curso. A carreira pedagógica, por exemplo, continua a ter particular procura no país, pois temos uma infraestrutura escolar enorme. Em Cuba não há um único professor sem trabalho. Pelo contrário, vão-se sempre formando mais professores.

Um dado importante - não temos praticamente desistência escolar. Para isso fazemos um trabalho junto das famílias, a nível de bairro. Pois a desistência escolar só pode ser combatida directamente no lugar, no local de residência da criança.

Na verdade, não há crianças cubanas sem professor ou sem escola. Mesmo nas áreas mais isoladas, nas montanhas.

Temos estado a falar de cultura, de ensino. E qual é a situação actual na área da saúde, da segurança social?

Há aqui uma ideia básica - apesar das gravíssimas carências materiais (no campo da alimentação, da saúde, dos transportes, limitações energéticas) a cultura, a vida cultural, nunca deixou por isso de ser considerada, como uma prioridade.

Mantém-se o festival anual de cinema latino-americano, que tem grande repercussão pública. Temos o nosso festival internacional de ballet, o festival internacional de guitarra, de música contemporânea, o festival internacional de bolero, que é uma música popular muito conhecida entre nós.

Também temos particular atenção pela vida cultural no dia-a-dia das pessoas, e não apenas em momentos e áreas específicos. As escolas de arte não foram fechadas, continuamos a apoiar diferentes associações culturais, nas universidades e escolas. Pensamos que seria muito perigoso dar resposta aos problemas actuais de forma estritamente pragmática, que limitasse as nossas prioridades à alimentação ou outras necessidades imediatas, nas universidades e escolas. Pensamos que seria muito perigoso dar resposta aos problemas actuais de forma estritamente pragmática, que limitasse as nossas prioridades à alimentação ou outras necessidades imediatas, nas universidades e escolas. Pensamos que seria muito perigoso dar resposta aos problemas actuais de forma estritamente pragmática, que limitasse as nossas prioridades à alimentação ou outras necessidades imediatas, nas universidades e escolas.

Um dos mais graves problemas que defrontamos nesta área é o da produção de livros.

Partindo da ideia de que uma das maiores dificuldades está na produção de livros, como se resolve, ou tenta resolver, a situação em relação às escolas?

Bom, livros escolares há sempre. Mas temos que nos apoiar muito mais nas bibliotecas escolares. Educamos as crianças para que protejam mais os livros, para que estes possam vir a ser utilizados por outras crianças.

E recorremos a vários expedientes. Por exemplo, com o fundo obtido com a comercialização internacional de obras de arte cubana - música e artes plásticas - conseguimos financiar uma edição de 300 mil exemplares de uma antologia de Martí para crianças da primária (estamos no ano do centenário da morte de Martí).

Mas de facto lutamos com muitas dificuldades. Tínhamos um movimento editorial muito forte. Nos anos 80, a nossa produção livreira era de 50 milhões por ano. Actualmente é de cerca de 300 mil.

No que respeita ao ensino superior, a tendência nos países capitalistas é fazer pagar aos estudantes pelos seus estudos universitários. E em Cuba?

Não. O ensino em Cuba é totalmente gratuito. A educação é universal e gratuita - e este é um princípio em que não queremos mexer, um princípio inegociável, apesar da crise. Mantemos assim a igualdade de oportunidades para todos.

Há entretanto diferenças no número de vagas, em função da importância económica de cada curso, tendo em conta a actual situação do país. Em alguns cursos o número de vagas é limitado e o seu acesso fica restringido aos que obtêm melhores resultados nas provas de acesso ao ensino superior e melhores médias no ensino secundário.

Mas há sempre a oportunidade de entrar para outro curso. A carreira pedagógica, por exemplo, continua a ter particular procura no país, pois temos uma infraestrutura escolar enorme. Em Cuba não há um único professor sem trabalho. Pelo contrário, vão-se sempre formando mais professores.

Um dado importante - não temos praticamente desistência escolar. Para isso fazemos um trabalho junto das famílias, a nível de bairro. Pois a desistência escolar só pode ser combatida directamente no lugar, no local de residência da criança.

Na verdade, não há crianças cubanas sem professor ou sem escola. Mesmo nas áreas mais isoladas, nas montanhas.

Temos estado a falar de cultura, de ensino. E qual é a situação actual na área da saúde, da segurança social?

Entre a crise e a criação - que perspectivas para Cuba?

Há aqui uma ideia básica - apesar das gravíssimas carências materiais (no campo da alimentação, da saúde, dos transportes, limitações energéticas), a cultura, a vida cultural, nunca deixou por isso de ser considerada como uma prioridade.

Somos o país com maior número de médicos, no Terceiro Mundo. E mesmo a nível mundial somos um dos países com maior número de médicos por habitante.

Apostamos em particular no sistema de médicos de família, que tem muita importância na prevenção das doenças. Médicos que trabalham ao nível de bairro, visitam as pessoas.

Mesmo no meio da crise, numa fase em que nos faltaram mesmo alguns medicamentos, mantivemos o nível de esperança de vida, que é de 75 anos.

Mantém-se igualmente os níveis de mortalidade infantil - cerca de 10 por 1000 nados vivos. No Brasil, por exemplo, é de 64 por mil nados vivos. Na América Latina e em África, esta percentagem é, em geral, muito elevada. Aliás, o mesmo se passa em algumas cidades dos Estados Unidos.

Neste período especial, ligado à crise, tivemos entretanto alguns problemas. Concretamente a percentagem de crianças nascidas com um baixo peso. Uma situação que tem muito a ver com a alimentação, a sobrecarga de trabalho, as deslocações em bicicleta durante a gravidez.

Temos uma grande preocupação com a melhoria da alimentação. Há problemas na agricultura. E de qualquer forma é impensável que o país se possa auto-abastecer no plano agrícola, no plano alimentar.

O pão, por exemplo. Nós não produzimos trigo. Temos que importar trigo para o fabrico de pão.

Mantemos preços subsidiados para um mínimo de alimentos, que permita manter um nível de proteínas, de vitaminas, etc., adequado.

Neste domínio, os preços são praticamente simbólicos. Paralelamente, há o espaço de mercado agropecuário, aberto às produções dos camponeses privados, de algumas empresas estatais. Aí os produtos são vendidos a preços mais elevados.

Actualmente estamos a fazer um estudo da situação das famílias de menores recursos, nomeadamente reformados, com o objectivo de ampliar o quadro de apoio da segurança social. Para apoiar as famílias de baixos rendimentos. Porque é muito importante que as pessoas sintam que não estão desamparadas. Isto é vital para o apoio popular que a revolução tem.

Assim, mantemos um sistema de saúde universal, gratuito. Fazemos esforços imensos para comprar medicamentos - como a insulina, por exemplo - para que ninguém morra por falta dos medicamentos adequados. E isto apesar de não podermos recorrer ao mercado farmacêutico dos Estados Unidos, o que nos obriga a trazer esses medicamentos de longe, com enormes custos de transporte.

Calcula-se que o Ministério cubano de Saúde Pública gasta 45 milhões de dólares anuais extra por não poder comprar directamente os medicamentos no mercado farmacêutico dos Estados Unidos. Um dos muitos custos do bloqueio.

Em relação ao bloqueio - haverá algumas perspectivas de vir a ser levantado?

Pelo contrário. Com a vitória dos republicanos nas últimas eleições parciais, está em preparação uma nova lei orientada para o reforço do bloqueio norte-americano. Com esta lei pretende-se aumentar as represálias contra os empresários e governos que pretendam - ou já tenham - relações comerciais com Cuba.

Paralelamente, está neste momento em curso um projecto de reconstrução do país, com base na existência de um importante número de reclamações, em torno de propriedades de cidadãos norte-americanos (ou mesmo cubanos, ligados à ditadura de Batista, e que hoje são cidadãos norte-americanos), confiscadas pela revolução - latifúndios, empresas açucareiras, edifícios de apartamentos.

Estes projectos de agravamento do bloqueio têm a ver, na nossa opinião, com a certeza, nos círculos de poder nos Estados Unidos, de que não conseguiriam derrotar a revolução cubana com a Lei Torricelli e com a política anticubana.

Há entretanto reacções muito positivas, a nível internacional, em relação a este projecto de lei. Da parte da União Europeia. Do Canadá, que é o nosso principal sócio comercial. Muitas personalidades - em todo o mundo - o têm condenado. Nos Estados Unidos há uma tendência - muito mais pragmática, muito mais realista - contra o reforço do bloqueio. Uma tendência que tem vindo a expressar-se em jornais de grande tiragem. Há empresários norte-americanos que visitaram Cuba e assinaram com empresas cubanas cartas de intenção, para o dia em que o bloqueio seja levantado.

O bloqueio é um facto muito real e um factor de pressão muito duro. Em cada dez iniciativas na área económica, oito são frustradas por força do bloqueio. Os embaixadores norte-americanos contam, entre as suas actividades quotidianas, exercer pressão sobre as empresas e governos, para que não negociem com Cuba. Há um exemplo terrível, de uma empresa holandesa, à qual comprámos, ao longo de dez anos, equipamentos destinados a crianças deficientes. E por pressão do bloqueio, estes fornecimentos cessaram.

São pressões reais, quotidianas, sistemáticas.

Apesar disto, continuamos a trabalhar seriamente, em Cuba, e pensamos que finalmente a economia começa ter sintomas de relançamento.

Há alguns sintomas bons, alguns sintomas estimulantes.

Que exemplos concretos dos sintomas positivos que se começam a fazer sentir no plano económico?

Pode-se dizer que em 1994 foi possível deter o processo de declínio da economia e relançar o crescimento.

Antes do mais, a produção de energia eléctrica.

A nossa produção de energia eléctrica baseia-se, fundamentalmente, no petróleo importado. Actualmente, a exploração de petróleo cubano, com uma qualidade já aceitável, está a ter uma importância crescente. Isto reflecte-se, na prática, na redução ao mínimo dos cortes de electricidade. Em 1983, chegámos a ter cortes de electricidade de 8 horas seguidas.

Por outro lado, melhorou o abastecimento em geral da população.

Cresceu a produção de níquel, que tem um bom preço no mercado internacional. O turismo tem vindo a registar também um sensível crescimento. Estamos a conseguir vender produtos da nossa indústria farmacêutica, em particular vacinas. Algumas fábricas puderam reactivar a laboração, em associação com capital estrangeiro, nomeadamente na indústria têxtil. As últimas colheitas de tabaco foram muito boas e de grande qualidade.

No que respeita à produção açucareira, é que precisaríamos que fosse muito maior. Infelizmente tivemos uma produção muito baixa neste sector. E para nós é essencial uma boa produção de açúcar para que a nossa economia mantenha um nível adequado de crescimento.

Desenvolvemos também outros sectores de actividade, como a agricultura, com peso crescente na alimentação dos cubanos.

A agricultura em geral tomou-se mais produtiva.

O peso cubano revalorizou-se em relação ao dólar. E isso é fundamental. Em 1993 e no primeiro semestre de 94, no mercado negro, trocava-se 120 pesos por um dólar. Actualmente, um dólar vale de 35 a 40 pesos. Há assim uma tendência de revalorização do peso cubano em relação às divisas estrangeiras, uma tendência que não sabemos se poderemos considerar já como estável e consolidada. Mas em qualquer dos casos trata-se de uma evolução muito animadora.

Estamos ainda a fomentar o trabalho por conta própria. Há hoje dezenas de milhares de cubanos a trabalhar por conta própria. E ainda um sector restrito da população, mas que tem a sua importância. Estas actividades desenvolvem-se em diferentes áreas como serviços, fabricação de alimentos, artesanato, calçado, roupas. São alternativas que vão surgindo.

Em geral mantêm-se um grande equilíbrio social.

Isso é muito importante, tanto mais que as medidas que entretanto tiveram que ser tomadas no plano económico podem tender a gerar ou agravar desigualdades sociais.

Sim, é verdade.

Qual é a actual situação nesse plano, e o que é que se faz para minimizar essa tendência?

Abiel Prieto ao "Avante!"

É verdade que tendem a aprofundar-se situações de desigualdade social. Por exemplo, um camponês cubano pode ganhar centenas de milhares de pesos no mercado agropecuário. E alguns trabalhadores por conta própria poderão chegar a enriquecer.

Tudo isto tem sido discutido no nosso país, nomeadamente nos locais de trabalho, e foi decidido estabelecer "medidas de ajuste".

Vamos aplicar um imposto progressivo, que atinja em particular quem tem recursos muito acima da média, de forma a proteger os que dispõem de pouco dinheiro.

Assim, o camponês que ganha centenas de milhares de pesos dará uma maior contribuição para o Estado.

Penso que em geral as pessoas sentem que há pontos essenciais em que a igualdade não pode ser posta em causa - a saúde, a educação, a cultura, a segurança social. Isso é muito importante.

As pessoas sabem que, se o filho de um camponês rico adoecer irá ser tratado da mesma forma que o filho de um operário. Não há clínicas privadas nem consultórios médicos particulares. Tal como não admitimos um ensino privado.

Todos os serviços são gratuitos e universais. De um transplante de um órgão ao mais elementar atendimento médico.

Pensamos que, na medida em que a moeda nacional se revalorize, podemos começar a pensar em aumentar os salários, antes do mais nas profissões que nos interesse estimular. Este é também um caminho para a igualdade social, de par do apoio social generalizado. E que pode contribuir para corrigir as deformações resultantes da economia dupla.

Podes dar-nos exemplos concretos?

Por exemplo, um médico ganhava muito mais que um trabalhador de outro sector. Podia comprar o seu automóvel. Agora, um trabalhador do turismo, ou da indústria de carpetes, pode ganhar mais que um médico.

Na medida em que a moeda cubana se revalorizar, poderemos começar a aumentar os salários e alterar esta situação.

Em plena crise, com problemas de alimentação, perdemos colheitas por falta de mão-de-obra na agricultura. As pessoas não querem trabalhar na agricultura. E no entanto somos um país agrícola.

A questão é que os salários dos trabalhadores agrícolas são muito baixos. Actualmente os salários no campo já estão a aumentar.

Isso é essencial, nomeadamente para algumas culturas importantes para a nossa economia, como é o caso do tabaco. Toda a manipulação com o tabaco - uma cultura com uma tradição muito particular no nosso país - requer um certo nível de especialização e o trabalho humano. O trabalho manual é fundamental, e há muitas fases do processo de fabrico que se não podem mecanizar.

Neste momento já há pessoas, famílias, a ir para a montanha para cultivar café. De facto já se está a registar um certo regresso ao campo. Para isso estamos a criar uma infra-estrutura social mínima na montanha e a dar prioridade à construção de habitação e de escolas no campo. Em qualquer dos casos a preferência pela vida nas cidades é uma tendência que não é fácil reverter.

Queres comentar o fenómeno dos "balseros" e em que medida é que isso tem a ver com uma falta de perspectivas que eventualmente poderá começar agora a ser ultrapassada com a recuperação económica?

Creio que temos que ter em conta vários factores.

Em primeiro lugar, a tendência universal de êxodo do sul para o norte, para o mercado laboral do norte, mais bem pago.

Isso, na América Latina, em relação aos Estados Unidos, tem sido permanente. Por isso mesmo os norte-americanos estabeleceram uma legislação muito dura contra a imigração, em particular relativa aos mexicanos, para tentar evitar a entrada dessa massa de imigrantes, na sua maioria clandestinos.

Durante muitos anos a propaganda das emissoras de rádio, dirigida a Cuba, divulgou a ideia de que qualquer cubano que chegue ilegalmente aos Estados Unidos será bem recebido e alvo de um tratamento especial. Foi

Se o sistema que vigora para os cubanos fosse aplicado a qualquer outro país latino-americano, a imigração assumiria proporções incalculáveis.

Texto Lígia Calapez
Fotos Jorge Caria



mesmo criada uma lei para os cubanos - actualmente suspensa - e que considera automaticamente como perseguido político qualquer cubano que vá para os Estados Unidos. Tem direito a um estatuto temporário de residente e no prazo de um ano consegue residência nos Estados Unidos. É um estatuto de claro privilégio para os cubanos, e que ao longo dos anos se tornou em objectivo para uma minoria de cubanos.

Nas entrevistas que fizemos a cubanos que foram para os EUA, muitos disseram que nada têm contra o socialismo. É uma imigração eminentemente económica, completamente explicável nesta situação de crise. Mas politizada pelos Estados Unidos.

É uma imigração que tem uma tradição. Nos anos 30, nos anos 40, os cubanos imigravam para os Estados Unidos, em busca de trabalho e de um nível de vida aceitável.

A posição de Cuba, como foi afirmada na última ronda de negociações com os Estados Unidos, é promover uma imigração legal e que os Estados Unidos cumpram os seus compromissos de entregar visas para a imigração legal, e não promover a imigração ilegal, utilizando-a com fins propagandísticos.

O nosso objectivo é que este processo decorra de forma natural.

Não tenho dúvidas de que haverá algumas centenas de milhares de cubanos que desejam imigrar. É perfeitamente natural. É um país subdesenvolvido, a atravessar uma crise económica séria, há uma comunidade cubana nos Estados Unidos, que pode oferecer algum apoio aos novos imigrantes, muitos têm lá família.

Se o sistema que vigora para os cubanos fosse aplicado a qualquer outro país latino-americano, a imigração assumiria proporções incalculáveis.

Estamos neste momento a trabalhar seriamente para normalizar as relações com a imigração cubana. Nomeadamente as relações culturais. Pretendemos relações normais, excluindo naturalmente o núcleo fascista que existe na Florida. É uma relação difícil, ainda muito tensa. Em Miami há muitas pressões contra o diálogo. Pressões que por vezes chegam a assumir a forma de ameaças. Mesmo a imprensa americana denuncia a falta de liberdade que há em Miami. É um ambiente fascizante, em quem quem proponha o diálogo é acusado de "agente de Fidel Castro". É uma espécie de "indústria anticastroista". Que dá dinheiro. E que no dia em que as relações entre Cuba e os Estados Unidos se normalizarem estará naturalmente condenada. Assim, opõem-se a qualquer gesto, qualquer indicio de aproximação.

E que poderemos dizer do regresso a Cuba de alguns "balseros"? É significativo?

Regressaram a Cuba algumas centenas de "balseros". E o interessante é o testemunho que trazem. Porque são pessoas formadas pelo conceito de dignidade nacional da revolução. E sentiram-se maltratadas. Viveram na própria carne o racismo norte-americano contra os latinos, contra os negros. Viveram na própria carne essa soberba imperial. E alguns revoltaram-se contra isso.

É interessante o testemunho que trazem dessa pequena amostra de como o pior da sociedade norte-americana - não se pode falar da sociedade norte-americana como algo de homogéneo - nos vê a nós, latinos, gente proveniente do mundo do sul.

Abutres e «classe política»

Em período pré-eleitoral é frequente o PSD fazer de «arrependido» e desdobrar-se fazendo oposição a si próprio. É o que acontece agora, por exemplo, com a questão da «transparência». O comportamento e as intenções contrariam as posições do PSD ao longo de toda a legislatura. Veremos ainda que mais coelhos serão tirados da cartola.

Neste quadro, convém lembrar que este tipo de actuação não é inédita. Recorde-se, por exemplo, que na véspera do acto eleitoral de 1991 o PSD viabilizou a aprovação da Lei Quadro sobre as Regiões Administrativas (Lei nº 56/91, de 13 de Agosto) e da Lei nº 44/91, de 2 de Agosto, sobre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. A primeira, para além das insuficiências congénitas, confirmou-se como uma espectacular exibição de hipocrisia política. A segunda degenerou em falta de apoio e insuficiência de meios das instituições metropolitanas, tanto mais que o PSD não controla nenhuma delas.

Hoje, o PSD insiste em acções que julga capazes de vencer os indecisos e os incautos. Vai nesse sentido o episódio da transparência, as inaugurações em que Fernando Nogueira anda à procura de um título para nelas figurar que não seja ilegítimo, escandaloso e demonstrativo da promiscuidade entre o partido e o Estado, a descoberta pelo PSD de que existe o 25 de Abril e o Primeiro de Maio, além de outros acontecimentos com eficácia mediática através dos quais o PSD tenta servir-se das funções oficiais para fins eleitorais. Podemos colocar também nesta categoria iniciativas do PSD com o encontro do PSD com ambientalistas, depois de tanta ineficácia em aspectos fundamentais neste domínio e de ainda há dias uma Comissão da CE ter repreendido o Governo por destinar as verbas do Fundo de Coesão mais para estradas do que para o ambiente; a falta de sentido do ridículo com que o PSD/Setúbal procurou lavar as mãos do caso Renault, do comportamento governamental e de todos os problemas que coloca a um país semiperiférico como Portugal em tempo de integração e de liberalização do comércio internacional, apelando a que os portugueses não comprassem carros daquela marca; a tentativa de disfarçar as responsabilidades do Governo no caso do Plano Hidrológico Espanhol apelando, através do PSD/Norte, a uma manifestação contra a Espanha. Recorde-se que, durante muitos meses, o Governo negou que houvesse qualquer problema, afirmou que se tratava de uma mera invenção das oposições, que não havia quaisquer razões para preocupação. As demonstrações desta irresponsabilidade estão nas páginas de alguns jornais e nas actas da Assembleia da República. Por outro lado, inviabilizou as unidades de gestão de bacia hidrográfica e as exigências de gestão conjunta de rios internacionais que os especialistas recomendam há dezenas de anos, não aprovou um Plano Hidrológico português. Agora, quando está à vista que estamos perante um problema de primeira importância, o PSD descobre em si um «espírito de Aljubarrota» que só a consciência pesada e a febre eleitoralista podem explicar...

Ambiente de fim de festa

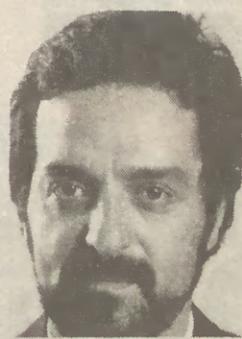
Mas, por outro lado, como sinal dos tempos, desta vez há no PSD os que não confiam na vitória, os que vivem em ambiente de fim de festa e por isso procuram acautelar o seu futuro à custa dos dinheiros públicos e de todos nós. Este tipo de atitudes projecta-se nas nomeações apressadas de obscuro pessoal «laranja» para lugares de topo da hierarquia da Administração Pública, como directores-gerais, secretários-gerais de ministérios, presidentes de institutos públicos, o presidente da CCR do Norte. Pacheco Pereira, num artigo publicado no *Diário de Notícias* a semana passada («Os Doze Abutres», 27 de

Abril), pedia ao «chefe» Fernando Nogueira uma «palavra pública e severa» contra quem assim mostra que não tem «confiança na vitória eleitoral no PSD» e não a impõe «como risco de todos os seus subordinados». É ele próprio que descreve este fenómeno: «A “segurança” é aqui dada por empregos ou lugares à prova de eleições e que não só garantiriam (e em alguns casos melhorariam) o status daqueles que os demandam como, em caso de reviravolta política, ofereceriam indemnizações suficientemente compensatórias, caso os novos poderes quisessem pôr em ordem a casa e substituir os prebendados.»

A questão, porém, deveria assumir uma dimensão essencialmente ética e de Estado, além de ser um problema doméstico do PSD: ninguém se deveria sentir autorizado para, em vésperas de eleições e de fim de legislatura, nomear tanta gente para cargos que frequentemente são de nomeação do Primeiro-Ministro e de um ministro, mas para um período de vários anos e para os quais é exigível uma qualificação diversa da mera fidelidade partidária. Podemos também incluir neste domínio de «fim de festa» a publicação apressada de certo tipo de diplomas como aquele com o qual o PSD tenta satisfazer clientelas e atentar contra a autonomia do Poder Local: é o caso do Decreto-Lei nº 55/95, que proíbe obras por administração directa de valor superior a 20 mil contos, o que corresponderia a desempregar milhares de trabalhadores das autarquias, dar mais um golpe no desenvolvimento das regiões deprimidas e deixar sem utilização valiosos parques de máquinas dos municípios.

Prometer o prometido

Uma das contradições que se coloca no momento em que o PSD diz querer recuperar o prestígio da chamada «classe política» é a de saber como é possível falar no «pacote de transparência», que provavelmente passará ao largo de questões essenciais, e não ter em conta comportamentos que contribuem para esse desprestígio? O PSD, por exemplo, virá em breve apresentar promessas e



LUÍS SÁ
Membro da Comissão Política

tações sociais, designadamente das pensões», etc. Refiram-se também promessas como «um desenvolvimento sustentado e gerador de emprego», «um desenvolvimento que promova o nível e a qualidade de vida e que contribua para a redução das assimetrias regionais», «proporcionar à população agrícola um nível de vida e de bem-estar semelhante ao dos demais sectores económicos», «afirmação da importância das pescas no conjunto da economia do País». Confronte-se ainda com a realidade de outras promessas contidas nesse programa eleitoral: a «integração que dê relevo à nossa soberania» transformou-se numa fuga para a frente e na preparação de novas fugas, no quadro da revisão do Tratado de União Europeia; a promessa de «uma democracia mais participada» traduziu-se no bloqueio dos mecanismos de participação, em particular dos sindicatos e das estruturas representativas das populações; a promessa de «promover a regionalização», deu origem ao facto político do anúncio do seu bloqueio; a intenção de «reforçar a eficácia das estruturas policiais» transformou-se numa reforma das polícias que através de acções como as «superesquadrões» colocou-as mais longe das povoações e negou os direitos dos seus profissionais, ao mesmo tempo que o problema da segurança das populações se transformava num problema essencial nos meios urbanos...

A desconformidade entre promessas eleitorais do PSD e realidade, o regabofe de fim de estação com que os quadros do PSD se atiram aos lugares públicos, a alternância de medidas demagógicas sem sequência e de medidas antipopulares e contra as regras democráticas mais elementares são uma fonte de desprestígio do grupo que assim mesmo se chama «classe política». Não será certamente o «pacote de transparência» que vai prestigiar esse grupo. Também não o será a chamada reforma do sistema político, que pouco mais é do que um pretexto para operações mesquinhas ten-

dentes a favorecer uma bipolarização artificial ou sistemas de partido dominante através da eleição de mais deputados com menos votos.

Neste quadro, o que importa acima de tudo é que se estabeleça uma fronteira entre a política concebida como alimentação de interesses pessoais e de clientelas, na base da falta de escrúpulos e a política entendida como projecto de transformação social libertador e progressista, como modo solidário, generoso, eticamente empenhado, de lutar pelos interesses colectivos.





Viva o 1.º de Maio!

“Toda a gente tem razões para vir ao 1º de Maio!”, afirmou-nos, sob sorriso algo enigmático, um manifestante que viera da Margem Sul e estava há horas de plantão sob o toldo duma cervejaria perto da Alameda Afonso Henriques. E apontava-nos o desfile que ia passando, vindo do Martim Moniz, mais de dois quilómetros lá ao fundo da Avenida Almirante Reis, aclamando com vigor todas as palavras de ordem gritadas à sua frente pelos coros dos manifestantes. Todas as razões. Em primeiro lugar razões de queixa, de denúncia e de protesto. De luta, portanto. O 1º de Maio promovido este ano em Lisboa pela CGTP-IN mobilizou uma impressionante manifestação de descontentamento popular contra a política do Governo do PSD, fazendo desfilar os mais variados protestos e denúncias e enunciando os inúmeros problemas que afligem os trabalhadores portugueses. As falências sucessivas, o encerramento de empresas, a desarticulação do sector produtivo nacional, a sangria dos postos de trabalho, os despedimentos colectivos e o desemprego imparável foram motes permanentes do desfile, à mistura com a caricatura e a ironia acutilantes tendo por alvo o Primeiro-Ministro Cavaco Silva e vários ministros do Governo PSD. Daí uma outra evidência, nas consignas que desfilaram neste 1º de Maio do movimento sindical unitário: a exigência de um novo governo e uma nova política para o País.

Mas, como dizia o manifestante da Margem Sul, toda a gente tem razões para ir ao 1º de Maio, porque esta jornada maior dos trabalhadores portugueses não se esgota na luta política: exprimiam-se, ali, também na festa e no convívio, na alegria de estar junto num encontro que é o de todos os trabalhadores do País. Daí o carácter sempre especial desta realização, onde os caminhos da liberdade abertos com a Revolução de Abril ali se palmilham por multidões ano a ano renovadas, levando ao grande espaço da Alameda Afonso Henriques a expressão genuína da vontade e dos anseios dos trabalhadores portugueses.

As comemorações do 1º de Maio do movimento sindical unitário em Lisboa começaram logo de manhã, com a realização da 14ª Corrida Internacional do 1º de Maio, prova de atletismo promovida pela USL/CGTP-IN e que, na edição deste ano, contou com a inscrição de 1542 atletas, nacionais e estrangeiros, nomeadamente atletas vindos de França, Espanha, Itália e Marrocos. A prova realizou-se, como sempre, nas principais avenidas de Lisboa e a partir das 10 horas.





Discurso de Carvalho da Silva

Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, proferiu a principal intervenção na gigantesca festa do 1º de Maio realizada na Alameda Afonso Henriques, em Lisboa. Condensamos aqui o seu discurso.

«(...) O dia internacional do trabalhador comemora-se, este ano, num quadro em que os trabalhadores e o país atravessam grandes dificuldades.

«Não se operou a necessária e possível modernização do país, apesar da conjuntura económica favorável e dos apoios financeiros da comunidade.

«O aparelho produtivo — agricultura, pescas, minas, vários sectores industriais — vai sendo destruído, provocando o encerramento de numerosas empresas e fazendo crescer o desemprego.

«Os indicadores económicos provam a gravidade dessa situação: quebra continuada da produção, do investimento, do rendimento das famílias e do consumo privado, e extrema dependência face ao exterior.

«É uma política económica que privilegia a actividade financeira, permite a especulação, fomenta a corrupção e o clientelismo político.

«É esta realidade que desmente as demagógicas promessas de Cavaco Silva de colocar Portugal no pelotão da frente da comunidade europeia.

«É hoje evidente na sociedade portuguesa um profundo mal-estar social. A insegurança, a marginalidade, a exclusão social e as incertezas do futuro, são, infelizmente, realidades preocupantes do nosso dia-a-dia.

«Aumentaram as desigualdades sociais, em resultado da cada vez mais injusta repartição da riqueza e dos rendimentos. Diminuíram-se os salários reais. Agravou-se a carga fiscal que penaliza, em particular, as classes trabalhadoras.

«O trabalho infantil continua a ser impunemente explorado.

«Os mais de 430 mil desempregados inscritos nos Centros de Emprego são um libelo acusatório e o retrato do fracasso da política do PSD. Cerca de metade destes desempregados, são desempregados de longa duração e a maior parte não recebe subsídio de desemprego.

«Para os jovens, o ensino é cada vez pior e arranjar emprego é uma tarefa crescentemente condenada ao insucesso.

«A governamentalização das instituições, a partidarização do aparelho de Estado, o clientelismo político e a corrupção, o autoritarismo e a incapacidade de diálogo, os bloqueios à participação dos cidadãos e das suas organizações na vida democrática, tem sido uma prática continuada e crescente dos governos PSD, deteriorando a vida democrática e afectando o funcionamento das instituições políticas.

«A evolução negativa que se vem verificando no plano económico e social, vai liquidando, na prática, as liberdades e a democracia.»

Desafio aos partidos políticos e semana de 40 horas

«(...) As próximas eleições legislativas abrem uma oportunidade para se operar uma mudança de orientação estratégica, designadamente, nas políticas económica e social.

«Aos partidos políticos, fazemos o desafio para que assumam compromissos concretos para com os trabalhadores e o povo quanto aos conteúdos e formas de concretizar uma nova política.

«Nesse sentido, a CGTP-IN apresenta aos partidos políticos e à sociedade uma plataforma "Para uma Nova Política Económica e Social" que consubstancia as principais reivindicações sociolaborais, e que no seu entender, devem integrar uma nova política para o país.

Viva o 1.º de Maio

«Entendemos que no cume do debate político dos tempos próximos tem de estar a questão do emprego e do combate ao desemprego considerando que o emprego tem de ser o objectivo central da política económica.

«O desemprego não é nem pode ser considerado uma fatalidade de inevitável.

«É chocante e inaceitável que se esteja a atirar para o desemprego milhares de trabalhadores com 40 e poucos anos.

«(...) Numa situação de desemprego massivo e tendo presente o aumento de produtividade verificado nos últimos anos, a redução dos horários de trabalho é um imperativo.

«A redução dos horários de trabalho é uma necessidade social para melhorar a organização da vida das pessoas, das famílias e da sociedade.

«A redução dos horários de trabalho é uma exigência que decorre da crescente utilização das máquinas e das novas tecnologias, permitindo uma melhor organização do trabalho e a criação de mais emprego.

«O Governo e o patronato têm de cumprir os compromissos de redução progressiva da duração semanal do trabalho.

«Por isso, a CGTP-IN declarou 1995 como o ano das 40 horas.

«Muitos trabalhadores de diversos sectores de actividade têm conseguido, com a sua luta, alcançar este objectivo. Isso dá-nos alento, como nos dá alento a vitoriosa luta dos trabalhadores metalúrgicos da Alemanha que impuseram a redução dos horários de trabalho para as 35 horas simultaneamente com aumentos salariais.»

«Portugal tem de encerrar um ciclo de atrasos»

«As desigualdades salariais têm-se agravado e os trabalhadores de mais baixos rendimentos estão a ser fortemente penalizados. O salário mínimo distanciou-se dos salários médios, sendo inadmissível a manutenção na Administração Pública de um salário mínimo inferior ao nacional.» (...)

(...) «A segurança social representa um factor extremamente importante para a coesão da sociedade, pois assegura os rendimentos de milhões de portugueses que perderam ou viram diminuídos os seus rendimentos do trabalho.» (...)

(...) «Portugal tem necessariamente de encerrar um ciclo de atrasos, incertezas e privações para caminhar no sentido do progresso e bem-estar.

«Neste 1º de Maio, exortamos os trabalhadores a intensificarem a luta pelo emprego, pelos salários, pela redução dos horários e pelos seus direitos.

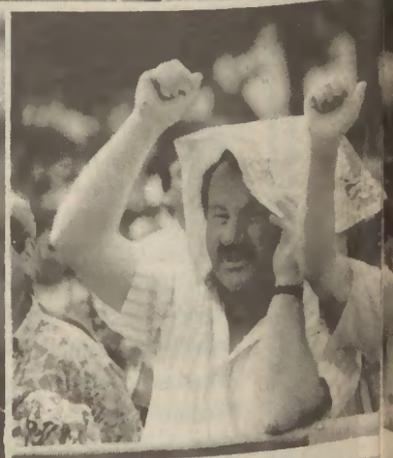
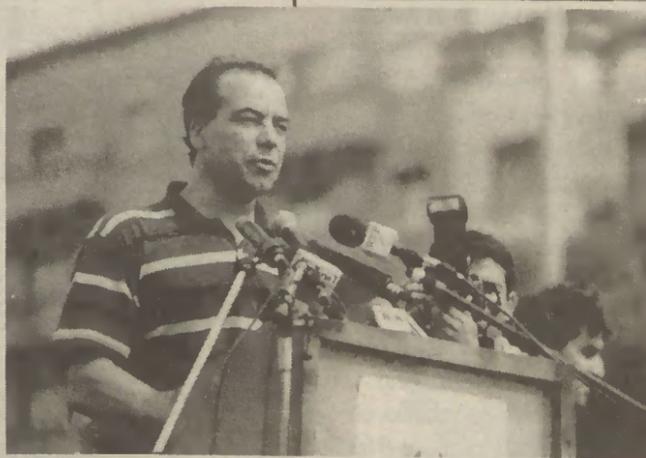
«Vamos lutar pela actualização urgente dos salários mínimos e das pensões de reforma.

«Vamos reclamar medidas eficazes de apoio e de combate ao desemprego.

«Neste 1º de Maio, exortamos todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores a realizar, a nível nacional, uma semana de luta — de 5 a 9 de Junho — pela redução dos horários de trabalho.

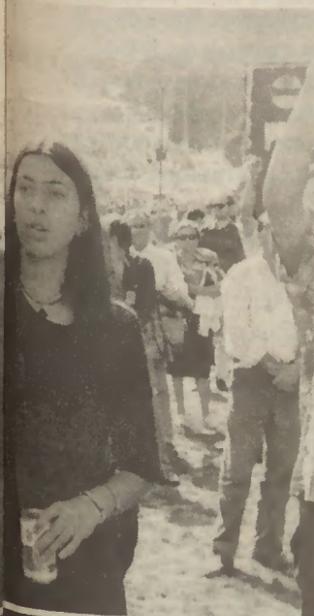
«A proposta que fazemos é que, durante essa semana, nenhum trabalhador faça mais de 40 horas de laboração.

«O período que vivemos é propício à apresentação de reivindicações e à obtenção de resultados.»





io!



A Redacção foi para a rua vender o «Avante!»

O «Avante!» tomou a iniciativa. Um grupo de camaradas da Redacção promoveu, em plena festa do 1º de Maio, em Lisboa, a venda militante do nosso jornal. Com a participação activa do nosso Director, Carlos Brito, da Comissão Política, e de outros camaradas destacados — o caso do nosso camarada António Dias Lourenço, do Comité Central — marcámos encontro na Alameda, pouco antes de o desfile ter início, já a festa começara. E num curto espaço de tempo, cerca de quinhentos jornais foram vendidos, na Alameda e pela avenida abaixo.

Valeu a pena, foi a conclusão de todos quantos se encontraram no fim para fazer as contas e chegar à conclusão de que o nosso «stock» — modesto afinal — se esgotara. Entre muitos leitores habituais, que declinavam a nossa proposta, fomos encontrar muitos dos «outros» — aqueles que raramente compram o «Avante!» — porque não há ninguém que lho proponha. Houve até quem — e não foi caso único — nos mostrasse a sua alegria por se reencontrar com o único semanário de esquerda e lamentasse não o

ler há muito. Camaradas em cuja organização o «Avante!» deixou de ser vendido ou que, não sendo militantes assíduos, eram leitores fiéis, amigos que não são membros do Partido mas costumavam comprar e ler o nosso jornal, reformados que se encontram desligados do Partido, muitas foram as saudações por esta iniciativa que foi coroada de êxito.

Para os membros da Redacção foi particularmente gratificante o convívio com os nossos leitores. Que saudaram este ou aquele artigo, esta ou aquela secção que costumam ler, que fizeram uma ou outra crítica ou sugestão. Mas estamos certos de que, para outros vendedores que não os jornalistas, pode também ser gratificante a troca de impressões que naturalmente aparece enquanto se procura os trocos e se propõe o «Avante!».

Nem toda a gente que abordámos era leitora habitual. E mais uma vez concluímos que, na venda militante, há sempre mais um novo leitor a conquistar, a convencer.

Como o mostrou esta iniciativa do 1º Maio.



Os jornalistas do «Avante!», acompanhados de alguns camaradas mais próximos, saíram no 1º de Maio à conquista de novos leitores

A Conferência Episcopal reuniu-se em Plenário

A situação social

Ao que se diz, a recente sessão do plenário da Conferência Episcopal Portuguesa produziu e vai divulgar dois documentos importantes: um deles, condenando os excessos do neoliberalismo; o outro, abordando a questão das novas seitas religiosas, aparentemente responsáveis pela constante sangria a que estão sujeitas as comunidades católicas.

Como é evidente, cada um destes assuntos exige tratamento diferente. E, ainda, por razões a que seguidamente aludiremos, o comentário apenas terá características de análise provisória.

Ao que se diz — a nossa expressão reticente — apenas serve para alertar que a Conferência Episcopal continua a fazer uma nítida discriminação entre os órgãos da comunicação, o que representa exercício de uma das modalidades de censura prévia. Para aqueles que, normalmente, fazem coro com a hierarquia, a informação é regular, privilegiada e abundante; para os outros, não. Estes, entre os quais nos contamos, são obrigados a analisar os «assuntos da Igreja» através da leitura de textos comentados por terceiros. Ao fim e ao cabo, é a Igreja a grande prejudicada...

De qualquer modo, ao que se diz na imprensa portuguesa, o episcopado terá, finalmente, reconhecido que a sociedade portuguesa vive «uma espécie de terrorismo... causado pelo desemprego, pela criminalidade, por certos tipos de medo ou de pânico, pelas arbitrariedades do mundo da violência, por algum terrorismo urbano e não, somente, pelas carências socioeconómicas, no seu todo» (D. Januário Torgal Ferreira, in «Correio da Manhã», 28.4.95).

Também, ao que se diz, os bispos portugueses não terão chegado tão longe que relacionassem essa «espécie de terrorismo» que a Igreja detectou com o terrorismo do grande capital, tão largamente responsável pela exploração do homem, pelo desemprego, pela miséria e pela exclusão. Ainda assim, longe vão já os tempos em que os bispos portugueses aplaudiam os «sucessos» sectoriais do neoliberalismo e se deixavam afectivamente arrebatar pelas ideias de uma Nova Cristianização identificada com o Mercado Comum.

Reconheça-se, entretanto, que a caracterização feita pelo episcopado da sociedade nacional parece justa, em princípio. Nomeadamente, quando referem serem responsáveis, a traços gerais, os níveis políticos responsáveis, pelo «imediatismo de soluções, cupidez desenfreada do lucro, falta de transparência, múltiplas formas de corrupção e ausência de referências ou valores éticos que devam presidir às decisões» (Ibidem, CM, 28.4.95).

Como é natural, face a estas denúncias, um tanto inesperadas, seria de aguardar que o episcopado português assumisse, no plano social, posições desassombradas, a nível do papel histórico que a igreja nacional para si mesma reclama.

Mas, não!... Os bispos limitaram-se a verificar que «há um certo tipo de tédio e de cansaço e as pessoas já vão dizendo que, relativamente a decisões eleitorais, vai haver uma larga percentagem de abstenções... em resultado da falta de esperança, em muitos que viam no voto a força bem decisiva, inteligente e nobre de um povo». Compungidos, os bispos portugueses constataram que «agora, uns estão a subir as escadas do poder e, enquanto a sobem, descem-na os que estiveram em cima e deixaram tantas promessas por cumprir» (Ibidem, CM, 28.4.95).

É esta velha rotina episcopal, ronceira, incapaz de mudança, que ofende o homem comum, mesmo que disso ele não se aperceba.

Enquanto os crimes são cometidos a ocultas, na fase em que o processo poderia ser bloqueado, os bispos, colocados em posições privilegiadas, junto ao povo, silenciam.

Mais tarde quando, à custa de tanto sofrimento, já toda a gente sabe o que se passou e a denúncia se transforma em acto gratuito, os bispos denunciam alguns dos actos criminosos cometidos pelo poder.

Entretanto, a igreja-instituição prossegue imperturbavelmente o seu caminho. Se o poder mudou, viva o poder! Se importa mobilizar os crentes para a luta por melhor justiça social, desmobilizem-nos!...

A tragédia da hierarquia portuguesa não representa exclusivo seu. Na Alemanha, em França, em Espanha ou em Itália, tudo se passa como entre nós. Para os próprios crentes, começam a ser olhados com indiferença ou como um grupo de estranhos indesejados.

Mas uma outra igreja vai surgindo. Talvez que também ela faça parte do mundo de amanhã.

■ Jorge André

II Guerra Mundial

A Batalha de Berlim (3)

Vitória! Vitó

Era total o desespero do «Führer», que, afundado no «bunker» da Chancelaria, emitia directivas sem nexos. O dia 30 de Abril de 1945 ficará para sempre na grande História da Guerra Patriótica da URSS. Hitler, enlouquecido, dera as suas derradeiras ordens: «É melhor entregarmos Berlim aos americanos e aos ingleses do que sermos esmagados pelos russos na nossa capital.»

Mas a batalha de Berlim atingia o auge. O Exército Vermelho estava no centro da cidade e pretendia pôr fim a tudo aquilo no dia 1º de Maio. Os alemães resistiam furiosamente casa a casa e, nestas, andar por andar, cave por cave, telhado por telhado. As tropas de Berzarin, Kuznetsov, Bogdanov, Katukov e Chuikov preparavam o momento final de toda a guerra.

O assalto ao «Reichstag»

Às 11 horas da manhã do mencionado dia 30, o 3º exército de choque (Kuznetsov) já está em luta pelo «Reichstag» cuja defesa tinha sido confiada a unidades SS — cerca de 6000 homens com tanques, canhões de assalto e artilharia. Em massa, forças do 3º exército cujo primeiro escalão é constituído pelo 79º Corpo de Atiradores reforçado pelas 150ª (1) e 171ª Divisões de infantaria e pela 23ª brigada de tanques (?), lançam-se ao ataque.

No comando destas tropas encontrava-se Semion Perevertkin, Herói da URSS, que se distinguira na batalha de Moscovo. O 79º Corpo de Atiradores (major-general Perevertkin, e chefe do Estado-Maior, coronel Letukov) já tinha ultrapassado o Ferbidung-Kanal e ocupado a Boiselstrasse Station, assim como a «Komische Oper» e a Purlizstrasse Station. Ao abrirem as portas da prisão de «Moabit», soldados da 150ª Divisão libertaram milhares de detidos políticos e de prisioneiros de guerra. As ordens do major-general Perevertkin eram claras:

«1. A 150ª Divisão apturará a parte ocidental do edifício do «Reichstag»;

2. A 171ª Divisão capturará a parte oriental.»

No cumprimento destas ordens, a batalha pelo «Reichstag» atingia, à uma hora da tarde, as mais dramáticas proporções. Sucediavam-se as barragens de fogo da artilharia soviética. Na entrada principal do simbólico edifício do Parlamento germânico, lutava-se corpo a corpo, mas à granada. Os batalhões do

tenente Samsonov, capitão Neustroiev e major Davidov, todos da 171ª Divisão, conseguiam irromper, às 14.25, pelos andares inferiores do «Reichstag», mas as forças que o defendiam reforçadas com pára-quedistas não cederam. Às 6 da tarde, o comando soviético ordenou novo ataque em massa e, então, a entrada de milhares de soldados no famoso lugar realizou-se com o ímpeto que o destino das coisas impunha enquanto, lá fora, as destruições eram horripilantes e espectaculares, o sangue corria, o fumo dos fogos ganhava os céus — milhares de corpos de soldados soviéticos jaziam às portas da mais simbólica casa do povo alemão que havia lançado contra a URSS a bárbara guerra com que pretendia destruí-lo. Mas a vitória sorria. Era uma vitória monumental, mas estranha. Estranha, porque não culminava numa corrida à vingança. Estranha porque o Exército Vermelho, vencedor, era, afinal, um exército que queria impor a paz.

Bandeira soviética sobre o «Reichstag»

Às 9.50 da noite, o sargento Iegorov e o furriel Kantaria, surgiam no topo do «Reichstag» onde içavam, finalmente, a bandeira da vitória, o vermelho estandarte da URSS com as suas históricas e simbólicas foices e martelo, a oiro. Nesse decisivo momento, Kuznetsov telefonou para o posto de comando da 1ª Frente Bielorrussa

gritando para Jukov: «Camarada Marechal! A bandeira vermelha flutua sobre o «Reichstag»!»

Resposta: «Camarada Vasili: Do fundo do coração, os meus parabéns para si e

para todos os seus homens. O glorioso e histórico feito das suas tropas nunca será esquecido pelo povo soviético.»

Depois, Georgi Jukov emitia a sua Ordem de Serviço nº 6, cujo texto era o seguinte: «As tropas do 3º exército de choque do coronel-general Kuznetsov venceram a resistência do inimigo e tomaram o edifício central do «Reichstag». Hoje, dia 30 de Abril de 1945, a bandeira soviética está hasteada no Parlamento alemão. O major-general Perevertkin do 79º Corpo de Atiradores, o coronel Negoada da 171ª Divisão e o major-general Chatilov da 150ª Divisão distinguiram-se, particularmente, na conquista da importante posição. Congratulamo-nos com a vitória conseguida. Noto e distingo todos os soldados, sargentos, oficiais e generais das 171ª e 150ª divisões e o comandante do 79º Corpo de Atiradores, major-general Perevertkin, que dirigiu pessoalmente o combate, pela coragem e audácia demonstradas que culminaram no grande êxito conquistado. Os soldados, sargentos, oficiais e generais que se dis-



tinguiram nos combates pelo «Reichstag» serão propostos para o reconhecimento do governo soviético pelo Conselho Militar do 3º exército de choque.

A hora da vitória final e total está próxima. A bandeira soviética flutua em todos os edifícios principais de Berlim! Camaradas soldados, sargentos, oficiais e generais da 1ª Frente Bielorrussa! Avante, pela vitória final! O nosso último golpe acabará com a fera nazi no seu próprio covil e dar-nos-á o triunfo completo sobre a Alemanha hitleriana. Assinado: Georgi Jukov, Comandante da 1ª Frente Bielorrussa e Marechal da URSS; Konstantin Telegin, tenente-general e Membro do Conselho Militar da Frente; M. Malinin, coronel-general e Chefe do Estado-Maior da Frente.»

Adolf Hitler está morto

A 1 de Maio, com efeito, os nazis que ainda se entrenchavam em sectores do «Reichstag», não podendo já continuar o impossível combate contra as vagas de exércitos soviéticos, renderam-se. A luta de vida ou de morte pelo famoso edifício terminava. Quem tinha chegado a esse fantástico lugar de onde não se arredavam os olhos do mundo? Era o homem soviético filho da Revolução leninista de Outubro de 1917. O cidadão que combatia por um mundo diferente e fora obrigado a pegar em armas para que esse mundo pudesse algum dia concretizar-se. O camponês humilde, feito soldado, a quem os nazis haviam saqueado a

ria! Vitória!

terra que o alimentava, assassinado os familiares e violado as esposas, as noivas, as irmãs, as mães. O operário que resistira em Leninegrado e se transformara em convicto combatente. O comunista que defendera Moscovo e se aguentara até à vitória famosa de Stalinegrado.

Estamos, ainda, a 1 de Maio. Só os blocos de construções onde funcionava o governo alemão continuavam na posse dos nazis. Aí, situava-se a Chancelaria do «Reich» e o «bunker» onde Adolf Hitler vivera os seus últimos momentos e se suicidara às 15.50 do dia anterior. Às 3.50 da manhã, o general Krebs, chefe do Estado-Maior das Forças Terrestres Alemãs entrava em contacto com o 8º exército soviético que Chuikov comandava, para negociar o armistício. Eis a declaração assinada por Goebbels, que Krebs entregou ao general soviético:

«De acordo com a última vontade do «Führer», o general Krebs está autorizado a informar os chefes do povo soviético de que Adolf Hitler pôs fim à sua existência, de livre vontade, às 15.50 do dia 30. Em virtude dos seus direitos legais, o «Führer» entregou todo o poder a Martin Bormann, ao almirante Dönitz e a mim próprio. É essencial estabelecer contacto com as autoridades soviéticas para que se organizem negociações de paz.»

O Marechal Jukov, dada a importância deste documento, enviou o general Sokolovski, seu ajudante imediato, ao posto de comando de Chuikov com instruções para exigir a rendição incondicional da Alemanha nazi. E telefonou para o Kremlin, de onde lhe disseram: «O camarada Stalin foi-se deitar.»

«Então, por favor, acorde-o. Trata-se de assunto urgente que não pode esperar até de manhã.»

Stalin surgiu ao telefone: «O filho da mãe, finalmente, foi-se. Pena que não o tenhamos apanhado vivo. Onde está o corpo?»

Jukov respondeu: «Segundo Krebs, queimaram-no.»

«Diga a Sokolovski que não aceitamos quaisquer conversações. Exigimos a rendição incondicional!»

O fim

Krebs, evidentemente, não aceitava as condições de rendição que a URSS impunha.

O seu plano era a negociação de uma paz separada com o Exército Vermelho e uma paz diferente com os aliados ocidentais.

Às 10.40, as forças soviéticas renovaram o ataque aos últimos redutos dos nazis. Às 18

horas, Goebbels e Bormann rejeitavam o conceito de rendição incondicional do Exército Vermelho — tudo para que, meia hora mais tarde se iniciasse, com incrível ímpeto, o assalto final à Chancelaria imperial onde os restos mortais do «Führer» se encontravam.

Mas o 5º exército de choque (Berzarin) havia ocupado o edifício central dos Correios e atacado o Ministério das Finanças junto à Chancelaria. Também o Ministério da Aviação e as instalações da Gestapo acabaram de cair para a 301ª Divisão do exército de Berzarin.

Destacava-se, agora, o vulto cinzento da Chancelaria imperial. Havia neblina. Uma águia enorme e a cruz suástica adornavam a fachada do edifício.

O comandante de uma secção de canhões de assalto, Denisiuk, ordenou: «Fogo! Fogo contra os assassinos nazis!»

A batalha pela última das derradeiras posições hitlerianas foi particularmente dramática, mas Anna Nikulina, do departamento político do 9º Corpo de Atiradores, conseguiu chegar ao telhado da Chancelaria imperial onde hasteou a bandeira vermelha da URSS.

A 2 de Maio, tudo estava terminado em Berlim. O que restava da guarnição da capital do «Reich» (mais de 134 000 homens) entregou-se, finalmente. Mas certos grupos de tropas SS procuravam, desesperadamente, a fuga. Goering, Himmler, Keitel, Jodl, fugiram também. Foram encontrados os corpos incinerados de Adolf Hitler, Eva Braun, Goebbels, a mulher e os filhos.

principais exércitos, o 3º de Tanques (Guardas) de Ribalko, o 4º, de Leliuchenko, o 3º exército, de Gordov e o 28º exército de Luchinski, se lançou sobre esses objectivos. Era preciso destruir o exército de Schörner, ainda praticamente intacto, e libertar a Checoslováquia. Mas da captura de Dresden fora encarregado o 5º exército (Guardas) de Zadov.

Praga estava em total ebulição. Tinha-se verificado um levantamento popular, a 5 de Maio, que Schörner se preparava para afogar em sangue. O 13º exército (Pukov) e os 1100 tanques dos exércitos de Ribalko e Leliuchenko assumiram a ofensiva, a 6. Mas a 20ª divisão «Panzer», a divisão «Hermann Goering» (Panzer) e a 2ª Divisão motorizada combateram obstinada e furiosamente.

Nickhoff, entretanto, no comando da guarnição de Breslau (40 000 homens) rendia-se às 18 horas desse dia. Os exércitos de tanques corriam a incrível velocidade. Combatia-se de dia e de noite. E Schörner proclamava às suas tropas: «A propaganda inimiga está a espalhar falsos rumores de que a nossa Alemanha se teria rendido. Aviso de que a guerra contra a URSS prosseguirá.»

Ainda a 7 de Maio, a 2ª Frente Ucrâniana (Malinovski) aparecia nas imediações de Praga. Integrados nela, os famosos 7º exército (Guardas) de Chumilov e o 6º exército de Tanques (Guardas) de Kravchenko. Dresden cairia, a 8, para Zadov e Ribalko. Gordov tomava Meissen. O 2º exército polaco (Swierczewski) e as forças de Koniev lutavam em pleno território checo. Mas, em Praga, a repressão nazi andava à solta.

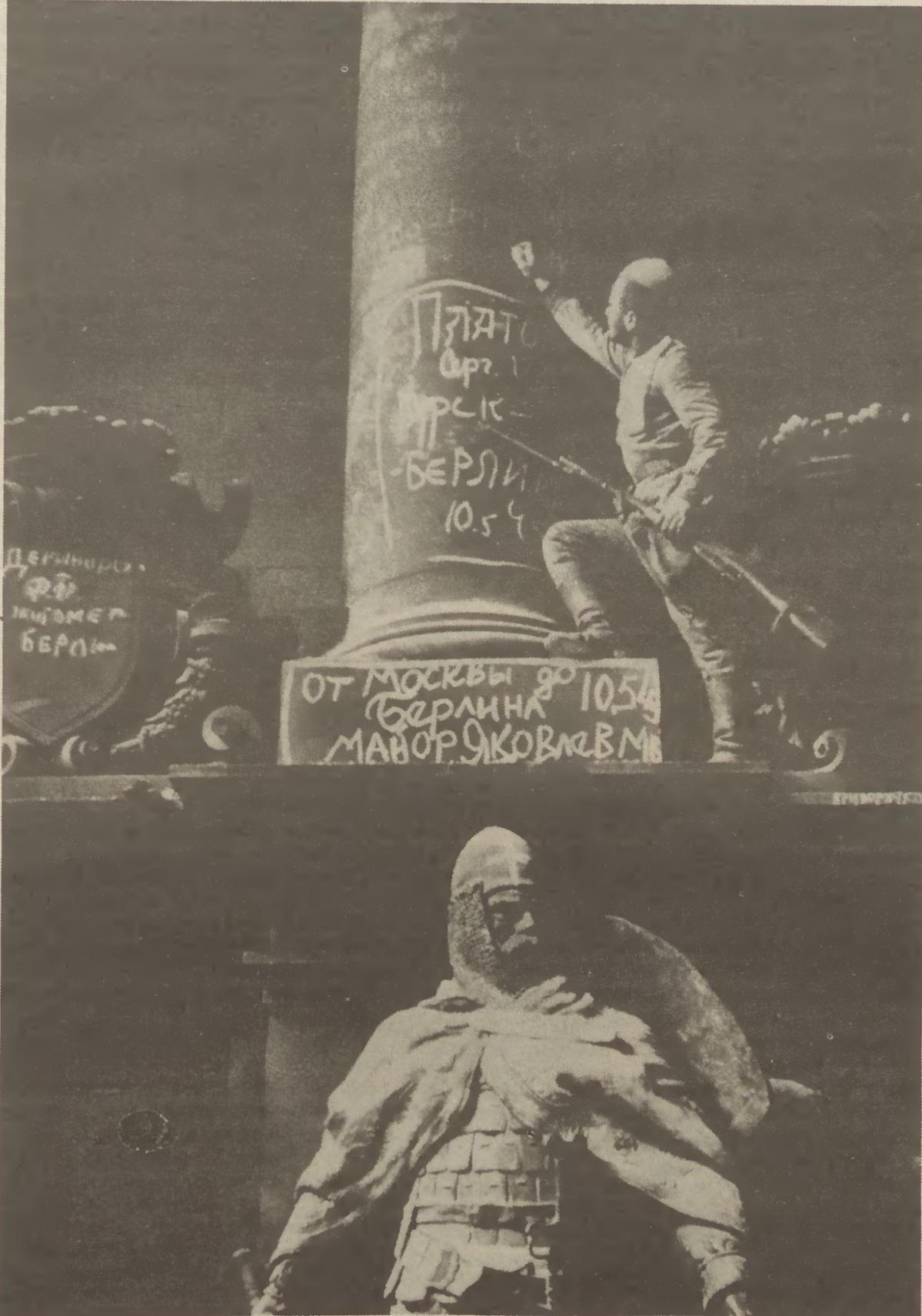
Às 3 da manhã de 9 de Maio os tanques do Exército Vermelho (2) entravam na grande capital onde os patriotas combatiam unidades SS.

Sete horas depois, os tanques de Ribalko e Leliuchenko haviam derrotado completamente o chamado «Grupo de Exércitos Centro», nazi, e, à uma da tarde, essas poderosas formações de carros de combate conseguiam a ligação com Kravchenko que vinha do Sul.

A libertação de Praga e Dresden estava consumada. Mas durante essa semana de épicos e históricos combates, as forças de Koniev aprisionavam

o traidor Vlasov, numa localidade a 40 quilómetros de Plzen, o ex-general soviético que havia mudado de campo e combatia pelos nazis.

«Prisioneiros» também estavam, agora, Leliuchenko, Ribalko e Gordov. «Prisioneiros» do povo de Praga, que os vitoria e considerava como seus filhos. «Prisioneiros» de todos os povos do mundo que lhes aprenderam os nomes para os guardarem no coração.



A 7, Stalin, telefonava de Moscovo: «Os alemães assinaram hoje em Rheims um tratado de rendição incondicional com os aliados ocidentais. Foi o povo soviético que sustentou os maiores sofrimentos em toda a guerra, não os aliados. Assim, os alemães terão de assinar a sua rendição perante todos os países da coligação anti-Hitler.»

Isto, com efeito, aconteceu no dia 8 de Maio de 1945.

Dresden e Praga

Mas as tropas da 1ª Frente Ucrâniana (Ivan Koniev) tinham recebido outras missões: Dresden e Praga aguardavam, também, a sua hora de libertação. E mudando de tumo, toda a Frente e os seus

(1) Sob o comando do Herói da URSS general Chatilov;

(2) Do tenente-coronel Morozov;

(3) Leliuchenko e Ribalko.

Curdos ganharam um combate em Estrasburgo

■ Miguel Urbano Rodrigues

O debate sobre a invasão, pela Turquia, do Norte do Iraque teve desenvolvimentos inesperados na última sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo.

A delegação turca, cumprindo ordens do governo de Ancara, cometeu erros em cadeia, numa manobra de chantagem que não produziu o efeito que esperava. Inicialmente, as pressões de bastidores funcionaram. A Comissão Política alterou o texto da recomendação ao Comité de Ministros que pedia a suspensão imediata da Turquia dos seus direitos de representação como membro do Conselho da Europa. Ao plenário foi submetido um novo texto que se limitava a sugerir ao Comité que considere a suspensão no caso de a Turquia não cumprir até final de Junho as exigências mínimas apresentadas pela Assembleia de acordo com os estatutos, as regras e os princípios do Conselho da Europa.

Esse texto é tão insuficiente e ambíguo que o Grupo da Esquerda Unitária Europeia o submeteu a severas críticas. A delegação turca, entretanto apoiada sobretudo por conservadores ingleses e alemães (os franceses ficaram mudos), assumiu o papel de vítima. Não somente rejeitou a recomendação como remotou o discurso segundo o qual o movimento nacional curdo não passa de um bando de terroristas.

O debate suscitou tanto interesse que mais de 60 deputados se inscreveram para falar. A presença nas galerias de parlamentares curdos condenados a pesadas penas (à revelia) pelo Supremo Tribunal da Turquia contribuiu para que a sessão transcorresse numa atmosfera emocional. Aliás, a entrada desses deputados e dos acompanhantes (intérpretes) no Palácio da Europa foi dificultada pelo chefe do Protocolo (um funcionário de nacionalidade turca) que, alegando a necessidade de reforçar as medidas de segurança, os forçou diariamente ao cumprimento de formalidades burocráticas e até então inéditas. Os seus documentos de identidade eram fotocopiados e o convite, individual, a cada um implicava a responsabilização de um deputado membro da Assembleia (assumi com prazer essa tarefa a pedido dos parlamentares curdos).

A manobra turca

Encorajada por intervenções que lhe eram favoráveis (o processo de inscrição dos oradores suscitou dúvidas), a delegação turca invocou o regulamento para exigir a votação nominal. A recomendação, para ser aprovada, teria, assim, de alcançar dois terços dos votos emitidos.

O optimismo turco foi, porém, desmentido pela votação. Numa Assembleia com 238 deputados efectivos, representando 34 países, apenas 29 se pronunciaram contra o projecto de recomendação (15 abstenções).

A delegação turca, não sem algum espalhamento, tomou então a decisão de se retirar (abraçada pelos seus amigos da direita europeia) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa até que o «Comité de Ministros tome uma decisão que respeite a Turquia e a sua soberania», no dizer do seu porta-voz.

O gesto teve algo de aventureiro. Não será fácil para o Comité de Ministros desautorizar a Assembleia, não obstante a pouca importância que lhe atribui. A tese de vice-primeiro-ministro turco, segundo a qual a reco-

mendação aprovada «contém elementos susceptíveis de encorajar a desintegração do país», é ridícula. Em contrapartida, o presidente da Assembleia, Miguel Angel Martinez, enuncia o óbvio ao recordar que «uma Assembleia Parlamentar respeitadora dos princípios democráticos, cujo cumprimento exige de todos os candidatos à adesão ao Conselho da Europa, não pode tolerar violações flagrantes no âmbito da Organização».

A jogada turca de retirar do Norte do Iraque uns milhares de soldados na véspera da sessão de Estrasburgo não funcionou. Mas, forças influentes desenvolvem actividade intensa para evitar que a tímida condenação da Turquia pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa produza efeitos práticos.



As Ciências Sociais e a transição para a democracia

O papel das Ciências Sociais na «transição para a democracia» da URSS e dos países do Leste da Europa foi tema de um dos debates da sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Publicamos a seguir excertos da intervenção que sobre o assunto pronunciou, em nome do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, o deputado Miguel Urbano Rodrigues:

«O projecto de recomendação entra num terreno perigoso. Algumas das suas conclusões e sugestões estão impregnadas de voluntarismo e idealismo na medida em que atribuem às ciências sociais uma função que as condiciona. Em primeiro lugar, o emprego frequente da palavra democracia numa acepção limitada, inseparável da economia de mercado e daquilo a que o relator chama a globalização da competitividade económica implica uma escolha à partida. Negando aquilo que nos diz, e bem, sobre a objectividade e a independência das ciências sociais, o sr. Berger corre o risco de cair no dogmatismo e de fazer uma opção ideológica não assumida.

A implosão da URSS e a destruição das estruturas da economia centralizada nos países da Europa Oriental não demonstrou ao nível da teoria política e económica uma superioridade definiti-

va do modelo liberal sobre o socialismo de raiz marxista. O que aconteceu foi a falência de um modelo de sociedade que na maior parte dos casos tinha muito pouco de socialista na teoria e na praxis. Ao lembrar que os esforços teóricos e metodológicos ocidentais são insuficientes para explicar as novas realidades económicas, sociais e políticas da Europa Oriental, o relator não somente se pronuncia — cito — pela «reinvenção das sociedades» — como, indo mais longe, esboça um caminho de inspiração liberal. Ora, colegas, a história ensina que as sociedades não são reinventadas. Transformam-se tendo sempre os povos como sujeito da mudança. Não se trata de um acto de vontade exterior, nem da criatividade de uma elite. O objectivo das Ciências Sociais é estudar a realidade social e tentar compreendê-la e nunca a invenção artificial de uma nova sociedade. O prof. Florestan Fernandes, o criador da sociologia crítica no Brasil, lembra-nos que a reflexão do sociólogo, para ser útil, fecunda e séria deverá sempre questionar a realidade social e o pensamento. Não é compatível com a aceitação prévia de modelos e sistemas. Ora, neste final do milénio, assistimos a uma tentativa de ressurreição e imposição de velhas teorias liberais concebi-

das durante a fase de arranque do capitalismo. As consequências nefastas das privatizações selvagens na Rússia, na Europa Oriental e noutros lugares conferem uma dramática actualidade às advertências do historiador britânico Eric Hobsbawm.

(...) O caos que alastra na Rússia justifica as reservas do relator sobre os perigos de políticas impostas para mudar rapidamente a sociedade nos países do Leste. Mas o sr. Berger parece esquecer o que se passa em alguns países do Terceiro Mundo com sectores da economia muito avançados. No México, por exemplo. São precisamente as reformas que, segundo o relator, conduzem à democracia e ao bem-estar, que encontramos na origem do desastre mexicano. Aquilo que se passou no México tem valor de símbolo. Todas as receitas neoliberais foram aplicadas com rigor no país de Guauhtemoc: desregulamentação, privatizações maciças, redução do orçamento social, taxas de juros altas, abertura total da economia no contexto do Acordo de Livre comércio com os EUA e o Canadá. E, contudo, o México iria à banca-rotta sem os 47 mil milhões de dólares de ajuda urgente que tiveram como contrapartida a perda da sua independência real.»

Defesa dos curdos

Na intervenção que apresente, fiz a crítica e o desmascaramento da atitude hipócrita das grandes potências, nomeadamente os EUA, a Alemanha, o Reino Unido e a França.

«O cúmulo do farisaísmo — sublinhei — encontramos-lo, porém, na atitude da delegação turca, ouvimos os nossos colegas turcos falar com indignação da violação dos direitos do homem na Bósnia e dos crimes (efectivamente repugnantes) na Chechénia, da responsabilidade do Governo do sr. Ieltsin, mas, simultaneamente justificam e aplaudem a invasão do Norte do Iraque pelo exército turco e a repressão ali desencadeada contra refugiados curdos.

«Porventura o Conselho de Segurança tomou posição sobre um crime tão grave? Não. No que diz respeito à Casa Branca, esqueceu inclusive o tema dos direitos ao homem, tão caro ao Presidente dos EUA, quando se trata da Cuba Socialista.

(...) «Quero salientar que não sou antiturco. Pelo contrário. Distancio-me daqueles que, desconhecendo a história profunda, olham a Turquia como um pólo de barbárie. Respeito e admiro a importante contribuição dos povos turcos para a complexa e contraditória evolução da humanidade. Não esqueço nem o génio dos pensadores e artistas do Renascimento tímida e da época de ouro otomana nem o espírito criador, e sob certos aspectos, revolucionário, de princípios como Mahmud de Gahzni, Ulugh Beg, Husain-i-Baikara, Mahomed II, Solimão o Magnífico, Babur e o mogol Akbar o Grande. E é precisamente essa admiração que me leva hoje a lamentar com amargura que os actuais ocupantes do Poder na Turquia se tenham afastado tanto de tudo aquilo que resta na memória colectiva da obra desses grandes turcos do passado. Ao recusar-se a reconhecer a identidade do povo curdo, eles a esquecem e negam.

«Que pede, afinal, o Movimento nacional curdo da Turquia? Muito pouco. A resolução final da Conferência Internacional sobre o Curdistão, de Bruxelas, em 1994, demonstra com clareza que os curdos da Turquia não são separatistas. Pretendem, pelo contrário, ter activa participação no desenvolvimento de uma Turquia democrática como cidadãos não discriminados. Os curdos, insisto, querem chegar pelo caminho da negociação e do diálogo ao seu objectivo histórico, ou seja, ao reconhecimento da sua identidade nacional. Não renunciam ao direito de falar e escrever a sua bela língua, de ter jornais, rádios e canais de televisão. Ora, tudo isso lhes é vedado pelas leis turcas.»

Itália

Eleições regionais

■ Fosco Giannini (*)

No domingo, 23 de Abril, tiveram lugar em Itália as eleições regionais. Quinze regiões, em dezoito, foram chamadas às urnas para renovar os Conselhos e os Presidentes regionais.

As eleições administrativas aconteciam numa fase política aparentemente muito favorável às forças de direita, na oposição ao Governo Dini, que pediam há tempos, seguras de vencer, eleições gerais antecipadas.

O êxito eleitoral das eleições regionais, ao contrário, desiludiu fortemente tanto o líder fascista da Alleanza Nazionale, Gianfranco Fini, como o líder da Forza Italia, Silvio Berlusconi.

Ao contrário do que, logo a seguir ao fecho das urnas, as sondagens anunciavam (davam as forças de direita como vencedoras em nove regiões de Itália), o escrutínio eleitoral real ratificava a vitória das forças de esquerda e do centro-esquerda em nove regiões italianas, e em seis apenas venciam as forças de direita.

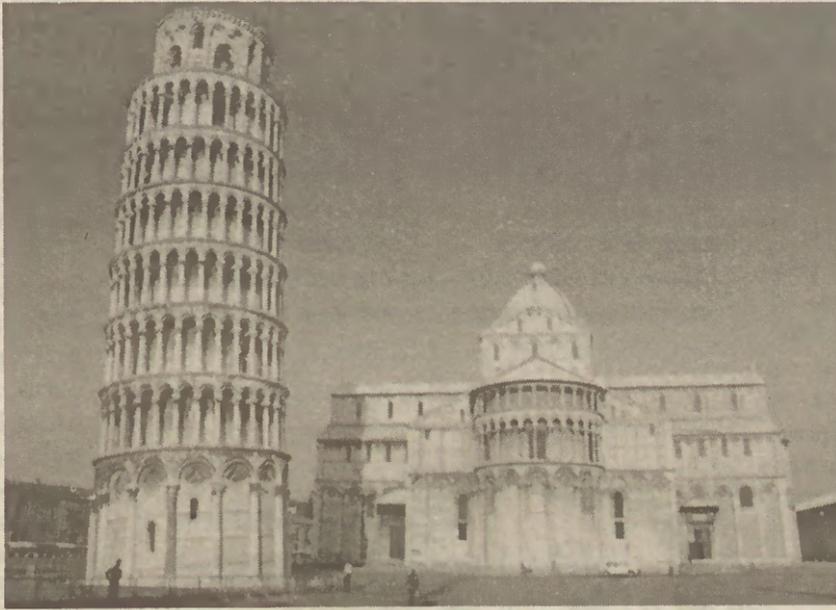
Em termos absolutos, estas eleições regionais revelam que o mais forte partido italiano é o PDS de Alemagna (1), o segundo é a Forza Italia, o terceiro é a Alleanza Nazionale e o quarto é a Refundação Comunista.

A Forza Italia apresentou-se a estas eleições junta com a direita do Partito Popolare e obteve 23,3% dos votos, apenas 3,3% a mais do que quando se havia apresentado sozinha nas eleições gerais de 94 e obteve 20%.

A maior frustração é certamente a do líder fascista da Alleanza Nazionale, a quem todas as sondagens atribuíam um grande crescimento. A AN consegue apenas mais 0,7%, e passa de 13,6 para 14,3% dos votos. Fini, que há meses e meses era quotidianamente entrevistado e "cortado" pelos grandes *mass media*, desapareceu no seguimento das eleições dos programas televisivos e deixou apenas uma mensagem oficial na qual se admite o "stop" eleitoral.

O Partido Democrático da Esquerda (PDS) passa dos 21,2% das legislativas de 94 para os 25% actuais e torna-se no primeiro partido italiano. Os Verdes passam dos 2,8 para os 3,2%. A Liga de Umberto Bossi, que saiu há alguns meses do governo de Berlusconi possibilitando assim a queda desse governo e que, por esse motivo, foi duramente atacada pelas forças de direita, "controla" de algum modo a sua crise política e mantém-se nos 6,9% dos votos, tendo averbado 9,1% em 94.

A grande revelação destas eleições regionais é no entanto representada pelo Partido da Refundação Comunista, que passa dos 6,6% das legislativas de 94 para os actuais 8,7% dos votos, o que significa que cerca de dois milhões e 100 mil italianos expressaram o seu acordo com as posições de classe do PRC.



O grande número de votos dado à Refundação é ainda mais significativo pois se verificou de modo homogêneo em toda a Itália, o que quer dizer que os comunistas estão a partir de agora radicados em todo o país. No Norte de Itália, o PRC obtém 7,9%; no Centro obtém 10,3% e no Sul (velho feudo das forças clericais, da direita e da Mafia), obtém 8,8%.

"Um resultado", declarou Fausto Bertinotti, secretário-geral do PRC, "que ultrapassa todas as nossas expectativas e se torna mais importante pelo facto de o nosso Partido obter as mais altas votações nas zonas operárias e entre os jovens. Em todas as nossas iniciativas eleitorais, a presença massiva de jovens rapazes e raparigas desmentiu o falso estereótipo segundo o qual o nosso Partido seria um partido residual".

Pode ler-se em "Il Manifesto", o diário independente de ins-

piração comunista, mas nem sempre de acordo com o PRC: "A significativa votação obtida pelo PRC nas áreas suburbanas das grandes cidades do Norte - por exemplo nas zonas proletárias e subproletárias de Turim - confirma que a Refundação desempenha um papel de atracção do voto popular (seja operário, seja "plebeu"), esse mesmo voto popular que há um ano fora subtraído à esquerda pelas forças populistas da direita, criando um verdadeiro problema democrático".

A linha política para as eleições regionais da Refundação Comunista era uma linha de unidade com as forças de esquerda e democráticas para bater o cartel da direita. Em diversas regiões, tal unidade foi conseguida e verificou-se a vitória da esquerda. Em outras regiões, o PDS sofreu a chantagem das forças católicas e moderadas que não queriam que a Refundação entrasse na aliança. Em duas grandes e importantes regiões de Itália (o Piemonte e a Calábria), onde o PDS se apresentou apenas acompanhado pelas forças moderadas excluindo o PRC, a direita conseguiu, por poucos votos, a vitória, embora, tanto no Piemonte (onde o PRC obteve 9% dos votos), como na Calábria (onde os comunistas obtiveram 9,3%), se a esquerda se tivesse apresentado unida teria certamente conquistado o governo das regiões.

"No Piemonte", afirmou o chefe do grupo comunista na Assembleia, Oliviero Diliberto, "o PDS apoiou, como candidato à presidência da Região, Giuseppe Pichetto, um homem da Cofindustria (2), enquanto na Calábria apoiou Tommaso Veraldi, um patrão do velho regime democrata-cristão. Não se bate a direita com uma política ultramoderada: é esta a lição que se retira das eleições regionais. Só uma esquerda unida, com um programa que defenda os interesses populares, poderá derrotar, nas próximas eleições gerais, a direita ultraliberal e subversiva de Berlusconi e de Fini.

(*) Da Secção Exterior do PRC e de "Liberazione"

(1) O PDS é o ex-Partido Comunista Italiano

(2) A Cofindustria é a confederação patronal italiana.

Promoção e venda

de «candidatos a Primeiro-Ministro»

■ Carlos Gonçalves

Vão-se conhecendo ou deixando antever aspectos avulsos das campanhas eleitorais que PSD e PS se preparam para levar a cabo nas próximas eleições legislativas e desde logo ressaltam alguns aspectos mais visíveis e significativos.

É o caso da total transferência para o espaço mediático da actividade política que desenvolvem, toda ela centrada no objectivo do espectáculo mais eficaz e melhor produzido, conforme o «público» a que se destine e que se visa atingir muito mais como (tele)espectador passivo, isolado e silencioso face ao produto que é «vendido», do que como cidadão com intervenção na sociedade.

Aliás, a obsessão da «política espectáculo» atingiu níveis de desvario no «Congresso do Entrudo», cujo produto de promoção e venda foi o branqueamento do PSD e o seu relançamento para as próximas eleições e nas «Cortes Gerais» do PS, onde o «sabonete» foi a credibilidade de Guterres como primo-ministeriável.

Mas no desenvolvimento da campanha de mistificação bipolarizadora e redutoramente personalizada nas imagens de Nogueira e Guterres, assiste-se e sobretudo anunciam-se, na razão inversa da respectiva seriedade, novos «picos» de espectacularização da política - «presidências abertas» itinerantes, utilização de meios sofisticados e imoralmente dispendiosos, debates televisivos em directo entre o herdeiro do cavaquismo e o respectivo alternante e o mais que a seu tempo se verá.

A imagem de Guterres e Nogueira (para o caso a ordem dos factores é arbitrária), exaustiva e especificamente trabalhada para as próximas eleições pelos laboratórios de marketing, «engenharia de perfis» e consultadoria de imagem, está agora em fase de produção mediática com o suporte de todos os truques do «show business».

As opções publicitárias que enformam o «produto final», ou seja, a «embalagem», o desempenho, expressão dramática e coreografia, o discurso e as próprias propostas políticas do «candidato a primeiro-ministro», estão decididas na base de son-

gens e estudos de psicologia social que procuram resposta para questões como: *que falta ao produto Guterres, da marca PS, para ser mais comprado (ou votado?)*, ou então, *de que correcções carece o produto Nogueira para manter a quota de mercado anteriormente alcançada por outros produtos da marca PSD?*

Por isso, Nogueira aparece, hoje em dia, procurando transmitir uma «humanização» do discurso PSD, dando-lhe um recorte de «preocupação com os problemas do dia-a-dia», «distanciando-se» da postura arrogante do cavaquismo, abrindo-se ao «diálogo» com as forças sociais e mesmo com os adversários, terçando armas pela «transparência» e pela «separação entre negócios e política» e «fazendo a cultura da oposição», travestindo-se sem escrúpulos no contrário daquilo que foram características dominantes do PSD e do seu Governo, em que exerceu altíssimas responsabilidades.

Por isso Guterres surge como «o homem que sabe o que quer para o país», ou como portador e ofertante da «nova maioria», «competente», «pragmático», «solucionador», «liderante» e «decidido», «governamentalizável» e «incontestável» no respectivo partido, assumindo-se como nova versão, revista e aumentada, do cavaquismo à PS, sem verosimilhança nem vergonha.

E a confusão assim criada entre publicidade e política, ou entre política e espectáculo, ressalta como expressão fim de século da «ideologia mediática», de mistificação entre a realidade e a sua imagem superficial e espectacular.

E a isto se junta o papel que PS e PSD atribuem às sondagens, como elemento que, mais do que os princípios, vai dando forma às respectivas políticas, ou como instrumento de intimidação do cidadão isolado, que se procura condicionar eleitoralmente para

votar de acordo com a «bipolarização». A utilização abusiva e sistemática, pelo PS e PSD, destas práticas e concepções, traduz uma degenerescência do respectivo conceito de acção política, que assim se transforma em política politiqueria, causa imediata de descrença na democracia e despolitização, sendo que, também neste caso, não se vislumbram diferenças significativas entre aqueles dois partidos.



A acentuada protagonização e profunda mediatização do fenómeno político é hoje um dado objectivo, que cumpre gerir com eficácia e dignidade, repudiando a «política espectáculo», defendendo direitos e aspirações dos trabalhadores e do povo e denunciando o «conto do vigário» dos «candidatos a primeiro-ministro».

PONTOS CARDEAIS

Corridinho

Cavaco Silva andou este fim-de-semana pelo Algarve a dançar o corridinho e a fazer inaugurações. Ele foi um Centro de Saúde que já funciona há três meses, ele foram as obras da barragem de Odeleite que têm metros e metros de profundidade e estão para lavar e durar até que a água chegue, ele foi outro Centro de Saúde em Tavira, ele foram as obras da Estação de Tratamento de Águas do mesmo concelho... Entre um almoço animado com Rancho Folclórico (onde é que a gente já viu isto?) e um pé de dança, Cavaco ainda encontrou tempo para falar aos jornalistas e dizer da sua

apreensão e confiança (!!!) quanto à resolução do problema do Plano Hidrológico Espanhol através da "via diplomática e do diálogo".

Como quem dá uma grande novidade, referiu que "a maioria dos rios (que correm em Portugal) nasce em Espanha", pelo que os dois países "têm de cooperar no planeamento e gestão dessas bacias hidrográficas". Existe mesmo, garantiu, um documento assinado por responsáveis dos dois países, que Cavaco espera seja cumprido. O mais curioso foi Cavaco afirmar que "recentemente tivemos conhecimento de um plano em fase de elaboração para a bacia do Guadiana, o qual

não correspondia aos interesses portugueses, e daí termos apresentado as nossas objecções".

Recentemente? Não correspondia? Objecções? Ou o corridinho lhe fez mal à cabeça ou Cavaco ficou perturbado com a ideia de Filipe Menezes, da distrital do Porto do PSD, da fazer uma manifestação de protesto contra o Plano Hidrológico Espanhol. O PSD, que prefere as inaugurações ao debate político, está a ficar tão amnésico que ainda corre o

risco de acreditar que voltámos ao tempo dos Filipes. Isto de, em tempo de eleições, querer ser governo e oposição, às vezes dá nisto.

Estudos

"Como cidadão interesse-me pelos problemas do meu tempo e nestes últimos dez anos tive mais tempo livre para estudar, pelo que agora estou mais preparado" - a frase é de Ramalho Eanes, pode ler-se no "DN" do

passado dia 28 e com ela se esclarece finalmente o mistério do ciclo da água com que o general respondeu à controversa afirmação de Cavaco Silva de que "a água não passa duas vezes debaixo da mesma ponte".

Para os mais distraídos, lembra-se que a questão é sobre as candidaturas à Presidência da República, com Eanes a querer repetir a dose e Cavaco a ver se prova. O general, comparado à água, engasgou-se primeiro, tossiu depois, e finalmente encontrou a réplica que lhe pareceu mais convincente, sem abandonar o tema. Demorou quase um mês a lembrar-se que a água evapora-se, condensa-se e precipita-se, o que, para dez anos de estudo, é um bocado lento. Efeitos da seca, que isto de misturar política com figuras de estilo nem sempre faz crescer água na boca.

Além disso

O socialista Carlos Candal afirmou há dias à TSF que para ele é "um ponto de honra" impedir a instalação de uma incineradora em Estarreja, decisão que considera um rematado disparate. À falta de outros argumentos, presume-se que a oposição se deve ao facto de se tratar da terra natal do político socialista, que em defesa do berço admite até recorrer aos tribunais. Isto, claro, em hipótese meramente académica, que o melhor argumento de Candal para garantir que a incineradora não irá para Estarreja é verdadeiramente demolidor: "Além disso, este Governo vai cair e esta ministra do Ambiente vai dar uma volta". O que Candal não diz, nem o PS, é como pensam os socialistas resolver a questão dos lixos. Uma vez que a principal preocupação do partido de Candal parece ser a de mandar os ministros "dar uma volta", em vez de "dar uma volta" à política que vêm seguindo, é de temer que, se forem Governo, os socialistas - a exemplo do que acontece em Estarreja - encontrem uma Câmara da oposição, desta vez social-democrata, disposta a fazer o frete ao Governo, enquanto os vereadores da sua cor política se armam em oposição, o que não incomoda ninguém e colhe sempre dividendos.

FRASES da SEMANA

"Num processo de ascensão curricular que se tem acentuado nos últimos anos, assessores e chefes de gabinete têm tido alguma mobilidade vertical, ascendendo a cargos políticos como "ajudantes" de ministro e nalguns casos mesmo a ministro."

☛ (José Pacheco Pereira - «Diário de Notícias», 27.04.95)

"Vamos fazer uma grande manifestação do nosso Portugal, da nossa agricultura e dos nossos rios contra o Plano Hidrológico de Espanha."

☛ (Luís Filipe de Menezes, Presidente da Distrital do Porto do PSD e Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares - «Teleguarda da TVI», 01.05.95)

"O 1º de Maio é o 1º de Maio, e merece ser comemorado, mesmo quando os tempos parecem ir contra a causa dos trabalhadores e a favor do capitalismo. Como liberal, gostaria de me declarar aqui a favor da causa dos trabalhadores e do capitalismo."

☛ (João Carlos Espada - «Público», 01.05.95)

"Esta adesão do "novo" PSD ao 25 de Abril pode ter várias interpretações: por um lado, Nogueira e Azevedo Soares, numa estratégia que levanta alguma celeuma a nível da própria direcção executiva estratégica, parecem decididos a travar, com o PS, a batalha pelo centro, deixando a direita."

☛ (Julião da Barra - «Semanário», 29.04.95)

"Vou criar um movimento social."

☛ (Torres Couto - «O Diabo», 03.05.95)

"Guterres tem 90 nomes para formar governo PS"

☛ (título do «Expresso», 29.04.95)

"A opinião pública identifica os dois partidos (PSD e PS) com traços suficientemente distintos e diferenciados. Não tenho a menor dúvida."

☛ (Jaime Gama, em entrevista ao «Expresso», 29.04.95)

"Na hipótese, altamente provável, de os portugueses optarem pelo PS, devem fazê-lo no sentido de lhe conferirem maioria absoluta."

☛ (idem)

"Pela minha experiência posso afirmar, seguramente, que Portugal voltará para trás, o interior será esquecido, se não houver estabilidade."

☛ (Cavaco Silva, em Martinlongo - «Público», 01.05.95)

"(Êxitos do Governo foram) as reformas que permitiram a Portugal entrar na modernidade e devolver ao exercício do poder uma certa dignidade introduzindo mais rigor, mais competência, menos palavreado e um certo empenho em cumprir as promessas."

☛ (Cavaco Silva, em entrevista ao «El País», 30.04.95)

"É por isso que a energia de pensamento que move esta poesia não deve assustar-nos. Ela propõe-se como linha rasa da humildade mais obstinada perante o imenso desafio que é o das palavras e o da realidade. Este pensamento não forma conceito, é evanescente e biodegradável, desfaz-se numa lógica de fumo, no tecido mais raro da matéria."

☛ (Eduardo Prado Coelho - «Público - Leituras», 29.04.95)

PONTOS

NATURAIS

A palavra a quem a trabalha

MULHERES

Simane del Mar tem 29 anos e recentemente nasceu-lhe um filho. Não tem emprego porque, quando estava grávida, foi despedida de uma empresa onde trabalhava havia quatro anos.

Em teoria, as mulheres têm os mesmos direitos que os colegas, mas na prática as mulheres espanholas recusam-se a ter filhos com medo de serem despedidas.

(Euronews, TV2)

VÍRUS

Sou uma vítima de Hollywood e tenho o vírus de Hollywood. Faço filmes de Hollywood e sou pago com o dinheiro de Hollywood. Estou a lutar contra o vírus, em busca de uma cura para o vírus de Hollywood.

(Dustin Hoffman, Jornal da SIC)

PARAÍSO CAPITALISTA

O denominador comum de todas estas patologias é a exclusão social. São pessoas que perderam a dignidade ou que estão em vias de a perder ou que têm medo de a perder e que acima de tudo precisam de diálogo e acima de tudo precisam de existir, precisam que os tratem por «senhor».

(Christian, médico, reportagem de Cândida Pinto, Jornal da SIC)

CENÁRIO

Escusado será dizer que da Venezuela não guardo boas recordações. Mas a minha história é suave e quase ridícula se comparada



com o que se vê entre o aeroporto de Caracas e o hotel, a 20 minutos de distância por táxi: uma costa feia e estragada, de praias poluídas, tendo por cenário a mais horripilante miséria debaixo de um tempo desumanamente quente e húmido. Mais do que tudo, a sensação de perigo iminente, tornada pior pela presença excessiva de polícia e tropa.

(Miguel Vale de Almeida, in Público)

TELEVISÃO

Com o aparecimento de um grande número de canais privados, assistiu-se a um nivelamento de programas e esse nivelamento está a ser feito por baixo. Em vez do fortalecimento, cada vez mais constatamos a homogeneização dos programas. E é exactamente por isso que o serviço público de conhecer uma nova juventude. O serviço público é uma ideia sempre nova no domínio do audiovisual, porque é necessário hoje mais do que nunca oferecer aos telespectadores e aos ouvintes uma gama mais larga de programas que reflectam melhor as suas preocupações e aspirações.

O Estado tem de ser razoável e deve financiar os canais públicos de forma a que possam assumir a sua missão. Se o Estado obrigar os canais públicos a viver quase exclusivamente das receitas comerciais, evidentemente que os condiciona a um comportamento demasiadamente comercial.

(Philippe Bélingard, Presidente da Comissão Jurídica da UER, in Público, de 28 de Abril)

mário
Castron

Ponto de Encontro CDU na Baixa de Lisboa

A partir de hoje
há um Ponto de Encontro CDU
na Baixa de Lisboa
- esquina da R. da Assunção com a R. Augusta

Hoje às 17h
José Casanova faz a apresentação da iniciativa



Freguesia da Ajuda AMIZADE COM CUBA

Almoço-convívio
e debate sobre a situação social em Cuba
com a presença do Embaixador em Portugal,
German Blanco Pujol, e de José Casanova:
dia 13 de Maio, às 13h
na Assoc. 2 de Maio
(Lg. do Cantinho, ao cimo da Calç. Ajuda)
Inscrições: CT da Ajuda



14 de Maio

MATANÇA DO PORCO NA QUINTA DA ATALAIA

Inscrições:
Com. Concelhia de SETÚBAL - tel. 522273

CONVÍVIO NO CT ALCÂNTARA

Baile • Convívio • Petiscos - 6 Maio - 15h

as drogas nas sociedades humanas

5 de Maio, às 21h.
Sede Nacional da JCP
(rua Sousa Martins, nº8)



Conferência de Álvaro Cunhal em Peniche

O camarada Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP, desloca-se no próximo domingo a Peniche onde, a convite do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, proferirá uma conferência sobre «A Fortaleza de Peniche enquanto prisão política e a Fuga de 1960». A conferência, que terá início às 15h30, realiza-se no Salão Nobre da Fortaleza.

Sintra prepara Assembleia Concelhia

Nos próximos dias, realizam-se as seguintes reuniões plenárias, preparatórias da 3ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra, para discutir o projecto de Resolução Política a apresentar à Assembleia e eleger os delegados da célula ou organização respectiva:

- da célula da Câmara/SMAS - hoje, quinta-feira, às 21h, no CT de Rio de Mouro;
- de Sta. Maria/S. Miguel e S. Martinho - hoje, quinta-feira, às 21h30, no CT de Sintra;
- de S. João das Lampas - sexta-feira, dia 5, às 21h30, no CT local, com a participação de Jaime da Mata;
- de Almargem do Bispo - sexta-feira, dia 5, às 21h, na Casa do Augusto em Albugos, com a participação do camarada António Cordeiro;
- de Montelavar e Pêro Pinheiro - sábado, dia 6, às 21h, no CT de Montelavar, com a participação de António Cordeiro;
- de Queluz - sexta-feira, dia 12, às 21h30, no CT de Queluz, com a participação de Deolinda Santos;
- de Colares - sexta-feira, dia 12, às 21h30, no CT de Mucifal, com a participação de Jaime da Mata;
- de Agualva-Cacém - sexta-feira, dia 12, às 21h30, no CT de Cacém, com a participação de António Cordeiro;
- dos militantes das empresas do concelho de Sintra - sábado, dia 20, às 16h30, no CT de Cacém.

A Comissão Concelhia de Sintra reúne, entretanto, para ultimar projectos e propostas, no dia 13, a partir das 15h, no CT de Rio de Mouro.

A 3ª Assembleia da Organização Concelhia de Sintra está marcada para 27 de Maio.

Almoço-convívio em Algueirão

Democratas de Algueirão-Mem Martins estão a organizar um almoço-convívio para festejar o 25 de Abril no restaurante "O Sousa", nas Mercês, no próximo domingo, dia 7. Podem ainda ser feitas inscrições pelos tels. 9214498 e 9131355.

Plenários no concelho de Cascais

O plenário da freguesia de Cascais reúne-se em 6 de Maio (sábado próximo) - no Centro de Trabalho local, às 15h - e o da freguesia de Carcavelos no dia seguinte, também às 15h, com a participação do camarada Júlio Filipe, no Centro de Trabalho de Sassociros.

Montemor-o-Novo prepara Assembleia

São as seguintes as organizações do PCP do concelho de Montemor-o-Novo que nos próximos dias promovem plenários de militantes, preparatórios da 5ª Assembleia da Organização Concelhia:

- da freguesia de Lavre - dia 5, às 21h, na sala da Junta de Freguesia;
- da freguesia de Cortiçadas de Lavre - dia 5, às 21h, no Centro Cultural;
- de Maia - dia 11, às 21h, no Centro Cultural da Maia.



50.º ANIVERSÁRIO DA VITÓRIA SOBRE O NAZI-FASCISMO

Exposição no Vitória-Espaço Cultural
de 8 a 17 de Maio, das 16 às 20 horas

Segunda-feira, dia 8, às 17h30

INAUGURAÇÃO
com a participação de
CARLOS CARVALHAS
Secretário-geral do PCP

COIMBRA

Debate público
promovido pelo Sector Intelectual
de Coimbra do PCP
«O 50.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA
II GUERRA MUNDIAL
- da Guerra Civil de Espanha a 1945»
2ª feira, 8, às 21h30, no Salão de Convívio do PCP
com a participação dos camaradas
Albano Nunes e João Paulo Avelãs

AMADORA Jornadas de esclarecimento

com a participação de dirigentes sindicais
e activistas da CDU:

- Junto das EMPRESAS DE ALFRAGIDE
- dia 11 de Maio, a partir das 17h
- Junto das empresas TÊXTEIS DA DAMAIA
- dia 11 de Maio, a partir das 12h

Reformados de Vendas Novas

A célula dos Reformados realiza no próximo dia 11, no Centro de Trabalho e a partir das 16h, uma reunião para discussão da situação política e social e de questões do funcionamento da célula e da sua participação nas tarefas do Partido, nomeadamente no trabalho eleitoral que se avizinha.

EXCURSÃO A Baleizão

Domingo, 21 de Maio de 1995
ANIVERSÁRIO DA MORTE DE CATARINA

INSCRIÇÕES:

Nos Centros de Trabalho do PCP no Concelho do Seixal

FESTIVAL Juventude CDU

20 de Maio
Lisboa - Parque Eduardo VII
Junto à Feira do Livro

Convívio - Debate
Piquenique
Espectáculo - Música ao Vivo
Graffiti - Desporto
Cinéma
com a participação de Carlos Carvalhas

Aparece!

Informa-te nas sedes do PCP, da JCP ou dos Verdes

Almoço-convívio na QUINTA DA ATALAIA no dia 7 de Maio promovido pelas células da LISNAVE e SOLISNOR

10h - Prova de Atletismo
11h - Inauguração da reconstrução do Moinho da
Quinta da Atalaia
11h 30 - Futebol
13h - Almoço
14h 30 - Intervenção do camarada
Jerónimo de Sousa
15h - Animação cultural
16h 30 - Prova de Chinquilho
17h 30 - Encerramento

Inscrições até 4 de Maio
junto das células e pelo tel. 2752727

TEATRO

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto, Rua das Oliveiras. Tel. 2004540.
De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **A MORTE
E A DONZELA**, de Ariel Dorfman, encena-
ção de Fernanda Lapa, pelo Novo Grupo.

CASA DAS ARTES

Porto, R. António Cardoso, 175. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **AUTO DA ÍNDIA & COMPANHIA**, adaptação de textos de Gil Vicente, encenação de Acácio Carvalho, pelo Teatro Experimental do Porto.

CENTRO CULTURAL DE BELÉM

Lisboa, Pç. do Império. Tel. 3624190. Às 22.00. **DÍAS FELIZES**, de Samuel Beckett, encenação de Jacqueline Laurence, com Fernanda Montenegro e Fernando Torres (até 9/5)

COMUNA

Lisboa, Pç. Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A PULGA ATRÁS DA ORELHA**, de George Feydeau, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna.

CONVENTO DOS INGLÉSINHOS

Lisboa, Tv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **COMÉDIA EUFROSINA**, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, encenação de Silvana Pereira, pelo Teatro Maizum.

FORUM LUÍSA TÓDI

Setúbal. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **O GATO**, pelo TAS-Teatro de Animação de Setúbal.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES

Cascais. Marçães. tels. 4670320 e 4867933. De 3ª a dom. 21.30. **ESTÁ LA FORA UM INSPECTOR**, de J. B. Priestley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **LORCA ESPANHA CUMPLICIDADES**, dramaturgia e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7955822. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A MORTE E A DONZELA**, de Ariel Dorfman, encenação de Fernanda Lapa, pelo Novo Grupo.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais, 1-A. Tel. 3961515. **VAI VER SE CHOVE**, de George Courteline, encenação de Miguel Guilherme, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **NÃO HÁ NADA QUE SE COMA**, de Francisco Pestana, encenação de Rui Luís Brás. - De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **MARLY, A VAMPIRA DE OURINHOS**, de Carlos Queiroz Telles, encenação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO IBÉRICO

Lisboa, Rua de Xabregas, 54. De 5ª a dom. às 21.30. **O VENENO DO TEATRO**, de Rodolfo Sierra, encenação de José Blanco Gil, pela Companhia do Teatro Ibérico.

TEATRO MALAPOSTA

Olival Basto, R. Angola. Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A MORTE DE UM CAIXEIRO VIAJANTE**, de Arthur Miller, encenação de José Peixoto (até 7/5).

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. **Sala Estúdio - 2ª** às 21.30: **EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!**, de Mário Viegas.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **RICARDO II**, de Shakespeare, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Lg. da Trindade. Tel. 3420000. **Sala Estúdio - De 4ª a sáb. às 19.45. VALSA Nº 6**, de Nelson Rodrigues, encenação de Rodolfo Garcia Vasquez.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 - Necessitadas; cada um dos cânticos da Bíblia. 2 - Estimula; aqueles; relação; artigo antigo. 3 - Vara comprida de madeira para impelir na água pequenas embarcações; Astatino (s.q.); cruel; senhora (bras.). 4 - Pron. pess.; natas; ao acaso. 5 - Nome de letra; filtra; Osmio (s.q.); larva que se cria nas feridas dos animais. 6 - Planta herbácea, odorífera, usada em culinária (pl.); mencionara um texto; Rutênio (s.q.). 7 - Animal para abate; apelido; Érbio (s.q.); progenitora. 8 - Rapaz (pop.); sacrificam matando; invulgares. 9 - Partida; Alumínio (s.q.); saudáveis; espécie de escumilha. 10 - Agora; fragrâncias; textualmente. 11 - A primeira mulher; flanco; campeão; oração. 12 - Cânhamo de Manila; letra grega; existes; coluna simples. 13 - Planta vivaz e medicinal; descorara.

VERTICAIS: 1 - Momice; poeira; ave corredora. 2 - Árvore ou arbusto que produz avelãs; ovários de peixe. 3 - Poema; raiz; cólera. 4 - Eternidade; costurada; também (arc.). 5 - Cabelo branco; cintura; nociva; amaro. 6 - Altar de sacrifícios; isolamento; remoinho de água (prov.). 7 - Bens ou dinheiros dados à mulher que casa; silenciosa. 8 - Carta de jogar; tritura; a barlavento (naut.); preposição. 9 - Cobrem-se com roupa; cheia. 10 - Gracejas; atmosfera; catedrais. 11 - Astro-rei; antiga cidade da Caldeia; chefe etíope; base. 12 - O mais (ant.); intrigas (fig.); rim (ant.). 13 - Ressoa; aparência; estampilha. 14 - Média; tomar real. 15 - Onda (prov.); a tua pessoa; esmurrara.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

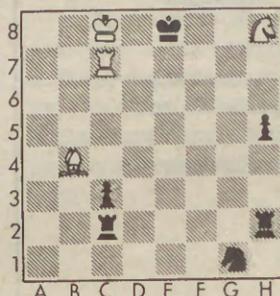
HORIZONTAIS: 1 - Culinária; manja. 2 - Amorável; gema; 3 - Pejo; ou; aedo; tu. 4 - Era; ás; al; fez. 5 - Ló; go; ápia; gama. 6 - Dó; abraço; ré. 7 - Camarão; úlcera. 8 - Oi; atarda; lá. 9 - Lá; só; iri; poro. 10 - Uba; ut; as; sir. 11 - Gana; Os.; orne; oa. 12 - Atirados; novo. 13 - Militarão; sobra.

VERTICAIS: 1 - Capelo; alugam. 2 - Úmero; abati. 3 - Loja; dão; anil. 4 - Iró; gomis; ari. 5 - Na.; ao; ou; At. 6 - Avós; ara; toda. 7 - Réu; abati; sor. 8 - II; aproara; sã. 9 - Aliá; riso. 10 - Ge.; acuda; RN. 11 - meda; ola; anos. 12 - Amo; evo. 13 - Na; farelos; Ob. 14 - Temerário. 15 - Aduza; orada.

XADREZ

DXI - 4 DE MAIO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X035
Por: OTTO WÜRZBURG
Pittsburgh Gazette Times, 1917

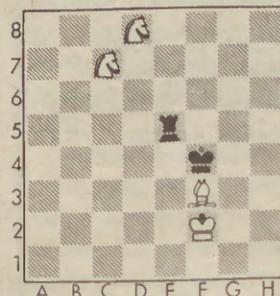
Pr: [6]: Ps. c3, h5 - Cg1 - Ts. c2, h2 - Rg8
Br: [4]: Ch8 - Bb4 - Tç7 - Rç8



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X036
Por: HENRI RINCK
La Stratégie, 1920

Pr: [2]: Tg5 - Rf4
Br: [4]: Cs. c7, d8 - Bf3 - Rf2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXI

Nº 1995X035 [O. W.]: 1. Tç5!, Tçc: 2. Td5. Td2: 3. Tg5 #1. ... Th2: 2. Tg5. Tg2: 3. Tg5 #

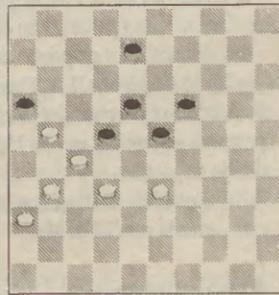
Nº 1995X036 [H. R.]: 1. Cç6! Tg4: 2. Cd5+. Rf5: 3. Cd6+. Rf4: 4. Cg6+. Rf5: 5. Cç6+ e g.

A. de M. M.

DAMAS

DXI - 4 DE MAIO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D035
Por: G. L. GORTMANS
GB, 1926

Pr: [6]: 8-16-18-19-22-23
Br: [6]: 21-27-31-32-33-36

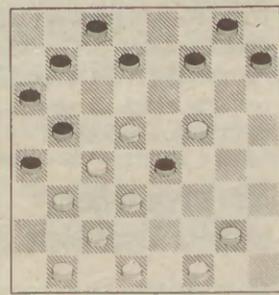


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO
Nº 1995D036
GOLPE Nº 119

Por: WALTER SIGNORI
Damasport Nº 6 Setembro 1965

1. 10-13, 21-17; 2. 13-18, 22-13; 3. 9-18, 23-20; 4. 12-15, 20-16; 5. 5-9, 28-23; 6. 6-10, 23-20; 7. 10-14, 32-28; 8. 8-12, 26-21; 9. 1-5, 17-13; 10. 14-19, 21-14; 11. 9-18, 30-26 **DIAGRAMA**



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXI

Nº 1995D035 [G. L. G.]: 1. 33-28, (22X33); 2. 32-28, (33X22); 3. 21-17, (22X11); 4. 27-21, (16X27); 5. 2X31=D+
Nº 1995D036 [W. S.]: 12. 19-23, 28-19; 13. 15-22, 26-19; 14. 11-15, 20-11; 15. 5-10, 14-5; 16. 7-30=D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 4

O Dia de Todos os Sucessos

«Broadway Bound» (EUA/1992). Real.: Paul Bogart. Int.: Anne Bancroft, Hume Cronyn, Jonathan Silverman. Cor, 100 min. Telefilme. (14.30, SIC)

Judith

«Judith» (EUA/Israel/). Real.: Daniel Mann. Int.: Sophia Loren, Peter Finch, Jack Hawkins, Hans Verner, Zaharira Charifari. Cor, 102 min. Guerra. (01.40, Canal 1)

SEXTA, 5

Coração de Aço

«Heart of Still» (EUA/1983). Real.: Donald Wyre. Int.: Peter Strauss, Pamela Reed, John Goodman, John Doucette, Barry Primus. Cor, 100 min. Telefilme. (14.30, SIC)

O Nome da Rosa

«Le Nom de la Rose» (Fr/RFA/It./1986). Real.: Jean-Jacques Audaud. Int.: Sean Connery, Christian Slater, Michael Lonsdale, Helmut Qualtinger. Cor, 119 min. Ver Destaque. (22.00, Quatro)

Os 39 Degraus

«The 39 Steps» (Gr.Br./1935). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Robert Donat, Madeleine Carroll, Lucie Mannheim, Godfrey Tearle, John Laurie, Peggy Ashcroft, Helen Haye, Wylie Watson. P/B, 78 min. Ver Destaque. (00.25, TV 2)

Vigaristas no Convento

«Nuns on the Run» (Gr.Br./1990). Real.: Jonathan Lynn. Int.: Eric Idle, Robbie Coltrane, Camille Coduri, Janet Suzman, Doris Hare. Cor, 88 min. Comédia. (00.50, Canal 1)

SÁBADO, 6

O Favorito dos Bórgias

«Prince of Foxes» (EUA/1949). Real.: Henry King. Int.: Tyrone Power, Orson Welles, Wanda Hendrix, Marina Berti, Everett Sloane. P/B, 103 min. Ver Destaque. (18.20, TV 2)

O Barco das Ilusões

«Show Boat» (EUA/1951). Real.: George Sidney. Int.: Kathryn Grayson, Ava Gardner, Howard Keel, Joe E. Brown, Marge Champion. Cor, 101 min. Ver Destaque. (23.45, Quatro)

Beija-me Idiota

«Kiss Me, Stupid» (EUA/1964). Real.: Billy Wilder. Int.: Dean Martin, Kim Novak, Ray Walston, Felicia Farr, Cliff Osmond. P/B, 119 min. Comédia. (23.40, TV 2)

Nunca Foram Vencidos

«The Undeclared» (EUA/1969). Real.: Andrew V. McLaglen. Int.: John Wayne, Rock Hudson, Tony Aguilar, Roman Gabriel. Cor, 115 min. «Western». (00.15, SIC)

Onde Pára a Mamã?

«Stepkids» (EUA/1992). Real.: Joan Micklin Silver. Int.: Griffin Dunne, Dan Dutterman, Patricia Kalember, Jenny Lewis, Ben Savage. Cor, 100 min. Comédia. (00.40, Canal 1)

Nome Trocado

«Conrack» (EUA/1974). Real.: Martin Ritt. Int.: Jon Voight, Paul Winfield, Hugh Cronyn, Madge Sinclair, Tina Andrews, Antonio Fargas. Cor, 102 min. Ver Destaque. (02.20, Canal 1)

DOMINGO, 7

Os 29 Irmãos

(Port./1965). Real.: Augusto Fraga. Int.: Carmen Mendes, José de Castro. P/B, 90 min. Drama. (16.50, SIC)

Polícia à Paisana

«Plain Clothes» (EUA/1988).

Real.: Martha Coolidge. Int.: Arliss Howard, Suzy Aimes, George Wendt, Diane Ladd, Seymour Casel. Cor, 98 min. Comédia Policial. (17.35, Canal 1)

Oficial e Cavalheiro

«An Officer and a Gentleman» (EUA/1982). Real.: Taylor Hackford. Int.: Richard Gere, Debra Winger, David Keith, Louis Gossett, Jr., Robert Loggia. Cor, 120 min. Ver Destaque. (22.20, SIC)

SEGUNDA, 8

Alex e a Feiticeira

«Alex and the Gypsy» (EUA/1976). Real.: John Korty. Int.: Jack Lemon, Geneviève Bujold, James Woods, Gino Ardito. Cor, 95 min. Drama. (14.30, SIC)

O Dia Mais Longo

«The Longest Day» (EUA/1962). Real.: Kenn Annakin, Andrew Martin, Bernard Wicki. Int.: John Wayne, Robert Mitchum, Henry Fonda, Robert Ryan, Richard Burton, Sean Connery, Rod Steiger, Roddy McDowall. P/B («colorizado»), 180 min. Ver Destaque. (21.15, Quatro)

Air America

«Air America» (EUA/1990). Real.: Roger Spottiswoode. Int.: Mel Gibson, Robert Downey, Jr., Nancy Travis, David Marshall Grant. Cor, 108 min. Comédia/Guerra. (22.20, SIC)

Agente Oculto

«Fear» (EUA/1990). Real.: Rockne S. O'Bannon. Int.: Ally Sheedy, Lauren Hutton, Michael O'Keefe, Stan Shaw, Dina Merrill. Cor, 91 min. Telefilme. (01.45, Canal 1)

TERÇA, 9

Guerra em Las Vegas

«The Vegas Strip Wars» (EUA/1984). Real.: George Englund. Int.: Rock Hudson, Sharon Stone, Pat Morita, James Earl Jones. Cor, 100 min. Telefilme. (14.30, SIC)

Fuga ao Holocausto

«Lena, My 100 Children» (EUA/1987). Real.: Ed Sherin. Int.: Linda Lavin, Torquil Campbell, Cynthia Wild, Leonor Harris. Cor, 95 min. Ver Destaque. (21.30, Quatro)

Europa

«Europa» (1991). Real.: Lars Von Trier. Int.: Jean-Marc Barr, Barbara Shukowa. Cor, 110 min. (00.30, SIC)

A Fúria de Um Amor Selvagem

«Love Savage Fury» (EUA/1979). Real.: Joseph Hardy. Cor, 100 min. Telefilme. (00.55, Canal 1)

QUARTA, 10

Cruzeiro Aterrorador

«Cruise into Terror» (EUA/1978). Real.: Bruce Kessler. Int.: Ray Milland, Hugh O'Brian, John Forsythe. Cor, 100 min. Telefilme. (14.30, SIC)

Espirito de Morte

«In the Spirit» (EUA/1990). Real.: Sandra Seacot. Int.: Jeannie Berlin, Olympia Dukakis, Peter Falk, Melanie Griffith, Elaine May. Cor, 120 min. Comédia. (22.00, Quatro)

O Cadillac do Amor

«Coupé de Ville» (EUA/1990). Real.: Joe Ross. Int.: Patrick Dempsey, Arye Gross, Daniel Stern, Alan Arkin, Annabeth Gish. Cor, 94 min. Comédia Dramática. (01.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 4

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonhos de Mulher
14.20 Malha de Intrigas
15.15 Vizinhos
15.40 Gente Remota
16.40 Rumo a Avonlea
17.25 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade me Enganas
19.05 Desencontros

Sexta, 5

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonhos de Mulher
14.20 Malha de Intrigas
15.15 Vizinhos
15.40 Noite Mágica
16.40 Rumo a Avonlea
17.25 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade me Enganas
19.00 Desencontros

Sábado, 6

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Praça de Touros
13.00 Notícias
13.15 Sonhos de Mulher
14.00 Made in Portugal
14.30 Clube Disney
16.05 As Aventuras de Brisco County
17.00 Arca de Noé
17.50 Futebol: Boavista-Benfica
19.55 Totoloto
20.00 Teletjornal
20.40 Desencontros (Compacto)
21.35 Noite Mágica
22.30 Parabéns
00.20 24 Horas
00.40 Onde Para a Mamã
(ver «Filmes na TV»)
02.10 Nome Trocado
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.20 O Favorito dos Borgias
(ver «Filmes na TV»)
20.05 Forum Musical
20.35 Praia da China
21.30 Músicas dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 TV2 Desporto
23.40 Beija-me, Idiota
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Buêrére
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lóco
18.00 Justiça Selvagem
19.00 Vidas Cruzadas
20.00 Irmãos Coragem
21.00 Jornal da Noite + A Semana
22.15 Uma Noite de Sonho
23.50 Último Jornal
00.05 Vá para Fora Cá Dentro
00.15 Nunca Foram Vencidos
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Caixa de Perguntas
12.30 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
17.00 O Céu como Horizonte
18.15 Em Busca de...
19.25 Teletjornal
20.00 Caixa Alta
21.35 Diz-me Com Quem Andas
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Por Trás do Crime
23.30 Últimas Notícias
23.45 O Barco das Ilusões
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 7

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.20 86-60-86
15.00 Beverly Hills - V Série
15.45 Emoções Fortes
16.10 A Lei de Burke
17.00 A Grande Pirâmide
17.35 Polícia à Paisana
(ver «Filmes na TV»)
19.15 Casa Cheia
19.55 Joker
20.00 Teletjornal
20.40 Futebol: Sporting-Porto
22.40 Eu Tenho Dois Amores
23.40 Domingo Desportivo
01.10 24 Horas
01.30 No Calor da Noite

CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 Um País de Floresta
14.45 Circo
15.45 TV2 Desporto
19.15 As Teias da Lei
20.05 Música ao Domingo: «A Companhia Kirov em Londres»
21.05 O Bicho Homem
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo (Tema: Emigrantes)

SIC

- 11.00 Buêrére
13.00 National Geographic
14.00 Walker, o Ranger do Texas
14.50 Big Show Sic
16.50 Os 29 Irmãos
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Médicos sem Fronteiras
20.00 Assuntos de Família
21.00 Jornal da Noite
22.20 Oficial e Cavalheiro
(ver «Filmes na TV»)
00.50 O Senhor que se Segue
01.55 Último Jornal
02.10 No Fim do Mundo

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.00 Regina Coeli
12.15 Missa
13.45 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
17.00 Adultos à Força
18.00 O Poder da Lei
18.55 Trocado em Miúdos
19.25 Teletjornal
20.00 O Novo Ciclo
21.00 Especial Eleições Francesas
22.10 Não te Enerves
23.00 Chuedo
24.00 Jornal do Mundo
00.30 Bang Bang
01.00 Últimas Notícias

Segunda, 8

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonhos de Mulher
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.30 Eu Tenho Dois Amores
16.40 Rumo a Avonlea
17.25 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Corpo Santo
20.00 Teletjornal
20.30 Historial da Casa de Bragança
21.30 Desencontros
22.30 Concerto Mundial da Libertação
24.00 Caminhada sem Tréguas
00.50 24 Horas
01.30 Remate
01.45 Agente Oculito
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.05 A Casa do Caçador
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.05 Que Família
20.35 Magazine - «Saúde»
21.15 Segunda Parte
21.40 Ver para Ler
21.50 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Magazine - «Teatro»
23.10 Teatro: O Rei Lear
02.10 As Teias da Lei
01.05 Souvenirs

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Alex e a Feiteira
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Ponto de Encontro
22.20 Air América
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.40 Flash Back

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.40 A Hora do Recreio
14.35 A Escolha É Sua!
17.10 Jornal Nacional
17.30 O Leão da Estrela
(ver «Filmes na TV»)
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.30 Em Busca da Esmeralda Perdida
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TV1 Jornal
00.05 Prolongamento
00.40 Dar que Falar
01.40 Novos Ventos

Terça, 9

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonhos de Mulher
15.05 Vizinhos
15.30 Com Peso e Medida
16.45 Rumo a Avonlea
17.25 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade me Enganas
19.00 Corpo Santo
20.00 Teletjornal
20.30 Prova Oral
21.30 Desencontros
22.30 Nico d' Obra
23.00 A Mulher do Sr. Ministro
23.30 Cabaret
24.00 24 Horas
00.40 Remate
00.55 A Fúria de Um Amor Selvagem
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.15 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.10 Rotações
21.10 Magazine - «Cinema»
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Especial Europa
(documentário e debate)

Quarta, 10

CANAL 1

- 08.05 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Táxi
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sonhos de Mulher
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Vizinhos
15.30 Cabaret
16.40 Rumo a Avonlea
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Corpo Santo
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Teletjornal
20.30 A Monarquia e o Imaginário Popular
21.30 Desencontros
22.30 Futebol: Marítimo-Futebol Clube do Porto
00.30 24 Horas
01.10 Remate
01.30 O Cadillac do Amor
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.00 Televidas
17.05 A Sombra da Dúvida
18.05 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
19.30 Universidade Aberta
20.05 Futebol: Arsenal-Saragoça
22.15 Ver para Ler
22.30 TV2 Jornal
23.00 Acontece



«Desencontros», a novela portuguesa, promovida na RTP ao horário nobre

- 20.00 Teletjornal
20.40 74.5 Uma Onda no Ar
21.30 Isto Só Vídeo
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.45 Coisas da Vida
00.45 24 Horas
01.25 Remate
01.40 Judith
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.05 Perigo nas Montanhas
18.00 Escola Paraíso
18.25 Rua Sésamo
18.50 Caderno Diário
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.20 Belle Époque
21.10 Magazine - «Ver Artes»
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Investigação de Um Crime
23.35 Musical: «Juan Manuel Serrat»
00.25 Souvenirs

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Dia de Todos os Sucessos
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.35 Os Trapalhões em Portugal
22.15 A Máquina da Verdade
23.15 A Noite da Má-Língua
00.20 Último Jornal
00.35 Internacional SIC

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.00 Aif
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Pelo Contrário
23.30 TV1 Jornal
24.00 Protagonistas
00.30 Dar que Falar

- 20.00 Teletjornal
20.40 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Desculpem Qualquer Coisinha
21.55 Seleção de Esperanças
23.25 Contos Assombrosos
23.55 24 Horas
00.35 Remate
00.50 Vigaristas no Convento
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 17.05 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.00 O Mundo em Guerra
21.00 À Roda do Mundo
21.35 Ver Para Ler
21.40 RTP/Financial Times
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Investigação de Um Crime
23.10 Musical: Prémios Grammy Apagou
00.25 Os 39 Degraus
(ver «Filmes na TV»)
01.45 Souvenirs

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Coração de Aço
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Mini Chuva de Estrelas
22.40 Minas e Armadilhas
23.50 Os Donos da Bola
00.15 Último Jornal
00.35 Playboy

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.00 Aif
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Trapos & Companhia
22.00 O Nome da Rosa
(ver «Filmes na TV»)
24.00 TV1 Jornal
00.30 Dar que Falar

O fim da II Guerra celebrado com música: segunda-feira, no Canal 1, vedetas Pop como os «Simple Minds»; terça, na TV2, fanfarras, Borodin e Beethoven



Laurence Olivier em «Rel Lear» - a sua primeira interpretação de um personagem de Shakespeare para televisão. Teatro a não perder, segunda à noite na TV2

- 00.15 Concerto da Reconciliação
01.45 Souvenirs

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Guerra em Las Vegas
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.15 Último Jornal
00.30 Europa

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.15 Fora de Jogo
21.30 Fuga ao Holocausto
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TV1 Jornal
24.00 Jornal de Negócios
00.30 Dar que Falar
01.20 Caixa de Perguntas

- 23.15 Reportagem
00.10 As Teias da Lei
00.55 O Som do Silêncio
01.35 Souvenirs

SIC

- 11.00 As Receitas do Dia
11.30 Olhos nos Olhos
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Notícias
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 O Milagre da Mina
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Cenas de um Casamento
22.20 All You Need Is Love
23.20 Só para Inteligentes
00.35 Último Jornal
00.50 Tostões e Milhões

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 MacGuyver
21.00 Fora de Jogo
21.30 Espírito de Morte
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TV1 Jornal
00.30 Prós e Contras
01.10 Dar que Falar

Por isto e por aquilo...

O Nome da Rosa

(Sexta, 22.00, Quatro)

Baseado no famoso romance de *Umberto Eco*, este filme de *Jean-Jacques Arnaud* ultrapassa, com extrema competência e um assumido e louvável sentido de risco, as dificuldades que se julgaria difíceis de superar - as da sua «impossível» adaptação ao *écran*. A história, que se desenrola no ano de 1327, acompanha o itinerário do monge *Guillaume de Baskerville* e do noviço *Adso de Melk* até uma abadia beneditina dos Alpes para inquirir sobre a estranha morte de um outro monge. Sem ignorar que muita da riqueza filosófica e reflexão teológica do romance original - e, sobretudo, todo o trabalho de investigação de *Eco* sobre os mecanismos da linguagem - se apagam perante a sobrevalorização do grande espectáculo cinematográfico, é necessário reconhecer que, como apontam as referências, *Arnaud* consegue criar um objecto de grande beleza visual que se diria inspirado na pintura de *Breughel*.



Um fotograma de «O Nome da Rosa», de Jean-Jacques Arnaud

Os 39 Degraus (00.25, TV 2)

O cidadão canadiano *Richard Hannay*, de férias em Londres, é involuntariamente envolvido, por um incidente casual com uma espectadora (afinal, uma agente secreta), no mesmo teatro londrino onde assistia a um espectáculo, numa complicadíssima intriga de espionagem em que se trata de destruir uma rede de espíões relacionados com segredos atômicos - e, após inenarráveis e perigosas peripécias, em que é não só perseguido pelos espíões como também pela polícia que dele desconfia e vai no seu encalce, acaba por descobrir, na companhia de uma professora que se lhe atravessa no caminho, o segredo dos *trinta e nove degraus* naquele mesmo

Bill, *Can't Help Loving That Man*, *Make Believe* e, sobretudo, o clássico *Old Man River*.

Nome Trocado (Sábado, 02.20, Canal 1)

Numa semana em que a programação cinematográfica televisiva de novo se aproxima de um nível extremamente sofrível - particularmente chocante no caso do *Canal 1*, que outrora ocupava lugar cimeiro na matéria - é verdadeiramente criminoso que este canal do «serviço público» reserve para uma tal hora da madrugada um filme que, do conjunto das verdadeiras mistelas

para os «secundários», mas o filme acabou por consagrar definitivamente *Richard Gere* que aqui é excelentemente acompanhado por *Debra Winger*.

O Dia Mais Longo

(Segunda, 21.15, Quatro)

Realizado por três cineastas (*Kenn Annakin*, *Andrew Martin* e *Bernard Wicki*) e povoado por uma autêntica legião de vedetas do *écran*, esta superprodução americana é um dos «épicos» da II Guerra Mundial de maior sucesso junto do público e acompanha longamente os preparativos e o desenrolar do desembarque na Normandia em 6 de Junho de 1944. Originalmente rodado em «preto-e-branco» (como seria de esperar para um filme de guerra, tema que nem sempre se deu bem com a utilização da cor), é de temer que a versão que (precisamente um ano depois de já tê-la transmitido) novamente nos é proposta pela *Quatro* seja a mesma que foi desvirtuada pelo tratamento da *colorização* por computador. Isso não

impede que, com a devida manipulação dos botões do televisor na reposição da excelente fotografia em preto-e-branco, se deixe de mais uma vez apreciar este verdadeiro espectáculo que, não sendo naturalmente uma peça cinematográfica irrepreensível, é bem adequada à comemoração dos cinquenta anos do término do trágico conflito mundial e apresenta sequências bem espectaculares - sobretudo as que foram imaginadas pelo britânico *Kenn Annakin*, que em particular se dedicou às que reproduzem o lançamento dos páraquedistas do *Special Air Service*, encarregados de preparar o terreno para a invasão, por mar, dos aliados.



Madeleine Carroll e Robert Donat, em «Os 39 Degraus», uma obra-prima de Alfred Hitchcock

teatro do centro de Londres. Um filme que é justamente considerado o melhor da «fase inglesa» de *Alfred Hitchcock* e em que completamente se afirma o sentido de *suspense* que sempre rodeou as suas maiores obras posteriores. Entre tantíssimas outras, é verdadeiramente exemplar a sequência no comboio, montada pelo cineasta com impressionante destreza e capacidade de construir grandes momentos de tensão, nunca isentos de um irresistível e desarmante humor. E no que se refere às habituais preversidades de *Hitchcock*, é impossível resistir àquela com que, neste filme, o realizador mais uma vez nos surpreende: a escolha do actor *Godfrey Tearle* (extraordinariamente parecido com *Franklin Delano Roosevelt*) para desempenhar o papel do chefe dos agentes inimigos!...

O Favorito dos Bórgias (Sábado, 18.20, TV 2)

Homem de mão de *Cesar Borgia*, *Orsini* é encarregado da missão de seduzir *Camila*, a esposa do conde *Varano*, e de assinar este. Mas, perante a felicidade que reina em *Citta del Monte*, ele vira-se contra o próprio mestre e será salvo da vingança de *Borgia* graças a *Mario Belli*, alma danada de *Cesar*, que por sua vez o trai. Rodado na Itália, em cenários naturais evocando admiravelmente a época medieval através da maravilhosa fotografia de *Leon Shamroy*, o filme afasta-se dos mecanismos convencionais dos estúdios e ganha assim em autenticidade, com *Orson Welles* interpretando magistralmente o papel de *Cesar Borgia*.

O Barco das Ilusões (Sábado, 23.45, Quatro)

Esta versão do realizador *George Sidney* é a menos conseguida das três adaptações ao cinema do romance de *Edna Ferber* e parte do musical saído da pena da famosa dupla *Jerome Kern-Oscar Hammerstein II*, que também inspirara a versão bem melhor realizada em 1936 por *James Whale*. De qualquer modo, trata-se de um espectáculo musical agradável de ver e de ouvir, já que, na banda sonora, figuram excelentes e famosas canções como

que nos são propostas em horário relativamente mais favorável, pelo menos se destaca pela temática e pela qualidade do trabalho que normalmente caracteriza os filmes de um realizador como *Martin Ritt*. Neste caso, o cineasta debruça-se com grande sensibilidade sobre a adaptação de um romance de *Pat Conroy*, *The Water is Wide*, que nos conta a história de um professor de uma escola de estudantes negros numa ilha da Carolina do Sul. E atenção para a excelente interpretação de *Jon Voight* no papel principal.

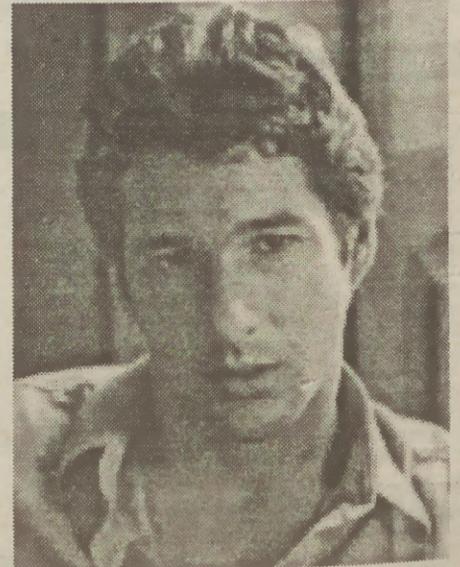
Oficial e Cavaleiro

(Domingo, 22.20, SIC)

Erguer ao mesmo tempo um grande êxito comercial e de público e um filme com qualidades não negligenciáveis, é obra de que nem todos os cineastas se podem gabar - mas é o que aconteceu a *Taylor Hackford* ao transpor para o cinema um argumento de *Douglas Day Stewart* que se debruça, à boa maneira de Hollywood, sobre um tórrido melodrama entre dois inadaptados - um estudante rebelde, oficial da marinha, e uma jovem operária farta de uma vida sem perspectivas. A interpretação do grande actor negro *Louis Gossett, Jr.* valeu-lhe um Oscar



Orson Welles e Tyrone Power, intérpretes principais de «O Favorito dos Bórgias»



Debra Winger e Richard Gere, intérpretes principais de «Oficial e Cavaleiro», de Taylor Hackford

Fuga ao Holocausto (Terça, 21.30, Quatro)

Baseado num célebre livro de *Kuchler-Silberman*, este telefilme que as referências qualificam como bastante superior à habitual qualidade mediana e estandardizada do formato televisivo conta a odisséia de *Lena*, uma judia que, fazendo-se passar por católica, escapa à perseguição nazi e procura salvar do holocausto as vidas de uma centena de crianças e levá-las para Israel no imediato pós-guerra. Uma história impressionante, num filme manchado, entretanto, pela calúnia anticomunista subjacente ao argumento e segundo a qual tal fuga seria também motivada pelo alegado e «crescente semitismo das novas autoridades comunistas polacas»!...

■ Francisco Costa

Onde se fala de cobardia, coragem, solidariedade e ganância

Ele surgiu, vindo aparentemente do desconhecido, aqui há uns meses. Pé ante pé, a pouco e pouco, começou por fazer umas crónicas sobre economia. Experimentado o terreno, deixaram-no aventurar-se por outros domínios e passou a tocar uma ampla e enciclopédica variedade de assuntos, desde a dita economia à cultura e ciência, passando pela actividade social e pela política. Afeiçoando-se ao microfone, pronuncia tudo do que diz com a (no ver dele) mais apurada dicção, destacando as palavras umas das outras, jamais deixando confundir-se ou sobrepor-se, no discurso corrido, a terminação de um vocábulo com o começo de um outro e (parecendo muito admirar os locutores do antigamente) cuida de colocar um gutural *a* antes de cada palavra que pronuncia - não vá o brilhantismo dos seus textos perder fulgor em clareza e sonoridade.



ra - seguida de uma absurda *sondagem*, a propósito, à saída dos participantes de tal repasto! O que nós ainda estávamos guardados para ver!

Irmão rico, irmão pobre

Mas nem tudo foi omisso na matéria informativa sobre o 1º de Maio nas nossas televisões. A excepção, pela positiva, foram dois admiráveis trabalhos jornalísticos que o *Jornal da Noite* da SIC nos proporcionou nesse dia.

No primeiro, pudemos ver os rostos marcados pela luta e ouvir as palavras tocadas por contagiante coragem e abnegação, de três sindicalistas - hoje no desemprego - que se destacaram com os seus valorosos camaradas de trabalho em dramáticas jornadas de combate contra a estratégia, por parte do Governo, de destruição da capacidade produtiva do país, geradora de crescente desemprego, exclusão social e salários em atraso: foram eles **Sérgio Moiteiro**, vidreiro da

Paulatinamente foi apurando o discurso e tornando mais explícito o verdadeiro sentido das suas ideias, transformando-se por fim numa das vozes que, com maior desfaçatez e arrogância, hoje aposta no *ultraliberalismo* mais descabelado. Porventura para contrabalançar a crescente tendência de quase só convidar comentadores e analistas vindos das áreas do bloco central - PSD e PS - a estação que o descobriu entendeu dar-lhe a oportunidade de falar, agora, todos os dias, talvez para «marcar a diferença». Ainda para pior!

Dá o sujeito pelo nome de **Pedro Arroja** e os microfones que o acolhem são os da TSF. Parecendo às vezes ir *contra a corrente*, criticando amiúde e pela extrema-direita um Governo que deve considerar aflitivamente «social-democrata», as aparências do que costuma dizer de mais *contestatário* têm justificado, aliás, algumas distraídas *chapeladas* com que **António Macedo** - o fogoso condutor das manhãs-TSF - costuma brindar tudo aquilo que, na sua ingénua generosidade, entende insinuar-se com vantagem para o ouvinte, por entre os constantes disparos dos abundantes *écrans* de publicidade, *separadores* e noticiário sobre o trânsito.

E deve ter sido o sucesso daquilo que, de original, tem para nos dizer este novo *líder de opinião* que terá justificado o convite da dinâmica estação para agora botar faladura, não já apenas de manhã, mas mais três dias por semana, à tarde, depois das 18 horas, para *discutir tudo com todos*, no dizer pomposo do *spot* que o anuncia.

Só que, na passada sexta-feira 28 de Abril (antecipando-se um mês à data, afinal, mais apropriada - o 28 de Maio) **Pedro Arroja** entendeu que era finalmente chegada a hora de, numa semana em que se comemorava Abril, se debruçar ao microfone sobre a figura que se comemorava Abril, se debruçar ao microfone sobre a figura de **António de Oliveira Salazar**, essa admirável personagem que, pelo que foi dito, até parecia não ter nada a ver, coitado, com a ditadura fascista derrubada pela Revolução dos Cravos. E foi ouvir **Arroja** cometer o... arrojo de espalhar aos quatro ventos as qualidades que, pelos vistos, a esmagadora maioria dos portugueses nunca havia sequer suspeitado no ditador. À falta, arrelhiadora, de um gravador e de uma cassete à mão, não me foi possível registar o espantoso rol de «benfeitorias» com que o famigerado «Botas» brincou durante 48 anos o nosso povo. Mas ficaram-me ainda na memória os habituais lugares-comuns sobre a «estabilidade das finanças», o ter «poupado o país à II Guerra Mundial», o «escudo forte», etc., etc. Com um único senão que, apesar de tudo, **Arroja** não teve a lata de rodear: a falta de liberdade... esse pequeno *pormenor* que terá ensombrado a grandeza de tão elevado estadista.

Só é de estranhar que, desta vez, o cronista não tenha confrontado as suas tão arrojadas opiniões com os telefonemas dos ouvintes. É que foi precisamente escolher a sexta-feira, um dos dois dias da semana em que a TSF ainda não o pôs a *discutir tudo com todos* depois das 18 horas. Pura coincidência, por certo. Já todos sabíamos que **Salazar**, além de fascista, era cobarde. Quanto a **Arroja**, o problema deve ter sido faltar-lhe ainda o desprante para se confrontar, ao telefone, com a opinião pública em relação a temas tão quentes (mas ainda tão frescos na memória) como o que resolveu escolher para a semana de Abril...

Dos piqueniques em público aos almoços em família

Perguntará o leitor a que propósito é que, numa crónica de televisão, venho aqui falar de rádio. Não é talvez de estranhar: pelo andar da carruagem, não será surpresa ver dentro em pouco o tal **Arroja** vir a ser convidado pelos canais de televisão para se juntar ao reduzido exército de comentadores e analistas que, indo a todas e afinando no essencial pelo mesmo diapasão, vão construindo na prática aquilo que alguns caridosamente chamam de «democracia de opinião» - mas cada vez mais se configura com uma verdadeira «ditadura de opinião».

Que mais uma vez foi (com as raras excepções que merecem destaque e referência) a tónica e a expressão generalizada dos noticiários que, nestes dias, se ocuparam das comemorações de Abril e de Maio. Talvez porque a grandeza destas datas não se costuma dar bem com as reduzidas dimensões da pequena caixa televisiva... É sintomático, por exemplo, que nos *telejornais* dos três mais vistos canais de televisão, as manifestações populares do 1º de Maio nas ruas tenham sido transformadas, nas imagens, em pouco mais do que reduzidos piqueniques (!) e que, mesmo essas, não tenham sido primeira notícia dos respectivos alinhamentos, chegando uma das *manchetes* do telejornal da TVI ao cúmulo de bradar «O 1º de Maio é uma sobremesa, para almoços e jantares!» - só mais tarde se percebendo que esta abusiva generalização afinal tinha a ver com a reportagem da almoçarada que os TSD (!) haviam feito para promover o seu futuro e ansiado primeiro-ministro **Fernando Nogueira**

Marinha Grande, que nos falou, emocionado e solidário, dos dramas e das recentes lutas da **Manuel Pereira Roldão**; **Fernando Neves**, mineiro do Pejão, que com impressionante clareza e contensão de palavras, traçou em cruas palavras o desolador panorama de uma região intimamente identificada com as suas minas; e **José Carreira**, um rosto já esquecido das câmaras e dos projectores, que recordou a marginalização a que foi sujeito mas valorizou as reivindicações de uma verdadeira organização sindical para a polícia. Tudo culminando com uma reportagem sobre uma empresa de Sever do Vouga - a **IMOC** - hoje destruída e descapitalizada pelos seus detentores, através de transferências obscuras de capital para outra empresa, deixando os seus trabalhadores na iminência da miséria.

Foram estes pedaços da realidade trágica deste país de escandalosos contrastes em matéria de distribuição do rendimento, realçados em notáveis trabalhos jornalísticos realizados com objectividade e transparência, bem «escritos» e sonorizados do ponto de vista televisivo e, sobretudo, isentos de protagonismo por parte dos (anónimos) repórteres envolvidos - caso raro nos dias que vão correndo.

No segundo trabalho televisivo, foi a outro nível de responsabilidade política que a reportagem da SIC se dedicou: aos políticos parlamentares e à actual discussão sobre a chamada «dedicação exclusiva». A primeira qualidade, entre todas, foi a recusa de sensacionalismo, implícita mas objectiva, que a repórter **Anabela Neves** adoptou na crítica e sempre delicada abordagem dos «políticos», estando da reportagem ausentes as habituais e pérfidas generalizações com que agora é moda destruir a sua imagem, como se todos eles fossem iguais entre si - antes optando por, dando-lhes de mão beijada a palavra, a alguns deles os deixar enfatuada e sobranceiramente retratar-se a si próprios, em particular quanto à desmesurada dimensão dos seus avultadíssimos proventos (sempre por eles considerados apenas «razoáveis para viver», uma espécie de «trocos», como bem referiu a repórter) e à escandalosa acumulação de cargos com que o Governo lhes sustenta todas as ostentações. E foi instrutivo ver a distância ética e moral que separa a forma de estar na sociedade e na política da deputada comunista **Odete Santos** em contraste com um **Ángelo Correia** ou um **António Maria Pereira** ou um **Álvaro Barreto**. E concluir, quanto a estes últimos, como funcionam e são nefastos os meandros do poder laranja e o tráfico de influências que lhe estão no cerne.

Bem haja, por isso, à SIC. Já não era sem tempo!

de FOICE

O português suave

"Queria dirigir a primeira palavra aos desempregados de Portugal, lembrando-lhes que, a partir daqui, o PSD de que me orgulho de ser presidente é um partido que pensa neles e está com eles."

Esta "primeira palavra aos desempregados" disse-a Fernando Nogueira após almoçar.

Nada mais assisado que encher a barriga quando se tem pela frente a tarefa de pensar nos que têm fome.

E o facto é que se trata de uma palavra superlativamente de primeira: foi dita no primeiro de Maio, pelo primeiro dirigente do PSD e na primeira vez que dirigente e dirigidos comemoraram o Dia dos Trabalhadores, o que constituiu a grande novidade da saison.

Apesar de virgens no assunto, Fernando Nogueira e companheiros estavam informados que as comemorações do 1º de Maio se fazem na base de concentrações.

Vai daí, operaram como sabem: concentraram-se todos à mesa e almoçaram. Nada a dizer. Quem dá o que tem - nem que seja a pulsão epicurista - a mais não é obrigado.

Rezam as crónicas que Nogueira estava inicialmente muito vermelho e algo nervoso, o que é natural em quem começou por fazer doutrina para dentro do próprio partido. "A partir daqui", disse ele no português suave que nunca o larga, "o PSD de que me orgulho de ser presidente é um partido que pensa neles e está com eles".

"Eles" são os desempregados.

Trata-se de uma afirmação de alcance insuspeitado. Duma penada, Nogueira confirma que o PSD não pensava nos desempregados e garante que vai fazê-lo a partir de agora.

Só não se percebe por que carga de água um partido que, em 10 anos de governação, desenvolveu uma política que lançou mais de 400.000 pessoas no desemprego exactamente por não pensar nelas, o há-de fazer agora, depois de um almoço, com a facilidade de quem toma a sobremesa.

Mas Nogueira percebe, quanto mais não seja pela experiência acumulada de almoços e sobremesas. E explicou-o, com encantadora suavidade. O segredo está num "Pacto para a Modernização de Portugal", numa "cumplicidade estratégica" entre empresários, trabalhadores e governo e recusando "a luta de classes" nas empresas, pois estas "não podem ser palco de conflitos".

O que, pelos vistos, o suave Nogueira não percebe é que isto reproduz, sem tirar nem pôr, o que diz o grande patronato quando "pensa" nos trabalhadores.

"Pensamentos" há anos levados à prática - tantos como os que o PSD demorou a descobrir a sua vocação para "pensar" nos desempregados - e traduzidos numa enxurrada de despedimentos colectivos, ordenados em atraso, encerramento fraudulento de empresas, contratos a prazo, à tarefa e à hora, perseguição a sindicalistas, repressão nas empresas, cerceamento de direitos e liberdades, degradação de salários, exploração do trabalho infantil, arbitrariedade patronal à solta. E também traduzidos em mais de 400.000 desempregados - os tais em quem o PSD desatou agora a pensar.

Mas apesar de estreante nas comemorações, Fernando Nogueira não deixou de "pensar" em quem sempre as fez - os trabalhadores e quem com eles lutou e luta na defesa dos seus interesses e do País. Segundo ele, o 1º de Maio "não deve ser um dia de movimentação de massas nem de ostentação de cartazes violentos", pois "não é com críticas que se criam postos de trabalho".

Deve ser através de almoços.

Suaves, com serviço de mesa, de carteira recheada. E pensando imenso nos desempregados.

■ HC

PCP divulga cabeças de listas para Lisboa, Santarém, Braga, Faro e Coimbra

Um primeiro conjunto de candidatos indicados pelo PCP para as listas da CDU - Coligação Democrática Unitária - às próximas eleições legislativas, é hoje divulgado pelo «Avante!». Para Lisboa são indicados os dois primeiros lugares da lista, enquanto se indicam os nomes e alguns dados biográficos dos cabeças de lista de Santarém, Braga, Faro e Coimbra, tal como ontem foram noticiados pelo Gabinete de Imprensa do Partido.

Em Lisboa, o cabeça de lista será Carlos Carvalho (Secretário-geral do PCP, deputado, 53 anos, economista), figurando logo a seguir na lista deste distrito Luís Sá, (Membro da Comissão Política do PCP, deputado, 43 anos, licenciado em Direito).

Em Santarém, Maria Luísa Raimundo Mesquita (Professora do Ensino Secundário, 46 anos, membro da Assembleia Municipal de Santarém) encabe-

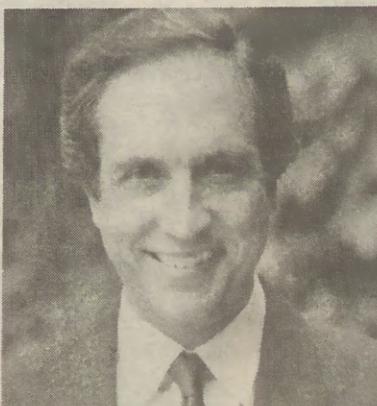
çará a lista dos candidatos por aquele distrito.

No distrito de Braga, o primeiro candidato da lista da CDU será António Lopes (Membro da Comissão Política do PCP, 47 anos, responsável pela Organização Regional de Braga). Em Faro, a lista da CDU será encabeçada por Carlos Luís Figueira (Membro da Comissão Política do PCP, 50 anos, responsável pela Organização Regional do Algarve).

No distrito de Coimbra, o primeiro candidato a figurar na lista da CDU será António Avelãs Nunes (Professor universitário, 55 anos, membro da Comissão Coordenadora Nacional da CDU). Avelãs Nunes é candidato independente.

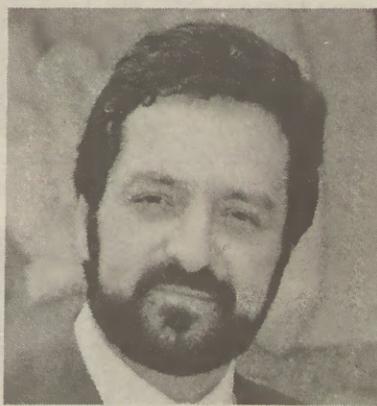
A medida que, nas próximas semanas, forem sendo conhecidos oficialmente os nomes dos restantes candidatos, o «Avante!» noticiará nas suas páginas essa informação.

LISBOA



Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

Economista
53 anos de idade
Deputado na Assembleia da República
Secretário-geral do PCP



Luís Manuel da Silva Viana de Sá

Licenciado em Direito e mestrado em Ciência Política
43 anos de idade
Foi deputado ao Parlamento Europeu
Deputado na Assembleia da República
Membro da Comissão Política do PCP

SANTARÉM



Maria Luísa Raimundo Mesquita

Professora do Ensino Secundário, a leccionar actualmente em Santarém, licenciada em Filologia Românica e mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa.
46 anos de idade.

Foi deputada à Assembleia da República entre 1983 e 1985 tendo integrado a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Foi dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

É membro da Assembleia Municipal de Santarém desde 1977, e membro da Comissão Concelhia de Santarém do PCP.

COIMBRA



António José Avelãs Nunes

Professor do Grupo de Ciências Económicas na Universidade de Coimbra
55 anos de idade

Foi membro do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra e do Senado da Universidade.

Foi membro da Redacção da Revista «Vértice» pertencendo actualmente ao seu Conselho Editorial.

Entre Maio de 1974 e Setembro de 1975, exerceu as funções de Secretário de Estado nos Governos Provisórios de então.

É membro da Assembleia Geral da Universidade de Coimbra, Presidente do Conselho Pedagógico da sua Faculdade e responsável pela cooperação com os Palop's.

É membro do Conselho da Presidência do Conselho Português para a Paz e a Cooperação.

É membro da Assembleia Municipal de Coimbra, eleito pela CDU.
Candidato independente.

BRAGA



António Joaquim de Azevedo Ferreira Lopes

Membro da Comissão Política do PCP
47 anos de idade

Entre 1972 e 1974 desempenhou funções de responsabilidade partidária em Coimbra, Figueira da Foz e Mealhada.

Após o 25 de Abril, passou a trabalhar no Minho tendo sido membro da Direcção da Organização Regional do Norte e do Executivo e Secretariado da Direcção Regional do Minho.

Membro efectivo do Comité Central do PCP eleito nos sucessivos Congressos realizados desde 1976.

É actualmente responsável pela Direcção da Organização Regional de Braga.

Foi membro da Comissão Política do PCP entre 1983 e 1990, tendo sido reeleito no XIV Congresso em 1992.

FARO



Carlos Luís Figueira

Membro da Comissão Política do PCP
50 anos de idade

Desempenhou funções de responsabilidade no trabalho partidário no Porto e nas Beiras.

Membro efectivo do Comité Central do PCP eleito nos sucessivos Congressos realizados desde 1976.

É actualmente responsável pela Direcção da Organização Regional do Algarve.

Foi membro da Comissão Política do PCP entre Dezembro de 1988 e Maio de 1990, tendo sido reeleito no XIV Congresso, em 1992.

